

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

BEATRIZ FERNANDA ALMEIDA DA SILVA

**A CRIAÇÃO DA FAFI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
PARANAVAÍ, REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ (1965-1972)**

BEATRIZ FERNANDA ALMEIDA DA SILVA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**A CRIAÇÃO DA FAFI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
PARANAÍ, REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ (1965-1972)**

BEATRIZ FERNANDA ALMEIDA DA SILVA

**PARANAÍ
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE PARANAVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**A CRIAÇÃO DA FAFI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PARANAVAÍ,
REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ (1965-1972)**

Dissertação apresentada por Beatriz Fernanda Almeida da Silva, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Formação docente interdisciplinar.

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: Márcia Marlene Stentzler

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Beatriz Fernanda Almeida da
A Criação da FAFI e a formação de Professores em
Paranavaí, região Noroeste do Paraná (1965-1972) /
Beatriz Fernanda Almeida da Silva. -- Paranavaí-
PR, 2023.

115 f.: il.

Orientador: Márcia Marlene Stentzler.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Ensino: "Formação Docente
Interdisciplinar") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2023.

1. FAFI. 2. Formação de Professores. 3. História
da Educação. 4. Faculdades Isoladas. 5. Ensino
Superior. I - Stentzler, Márcia Marlene (orient).
II - Título.

BEATRIZ FERNANDA ALMEIDA DA SILVA

**A CRIAÇÃO DA FAFI E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PARANAÍ,
REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ (1965-1972)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Marlene Stentzler (Orientador) – UNESPAR

Profa. Dra. Ednéia Rossi Moraes – UEM – Maringá/PR

Profa. Dra. Maria Simone Jacomini Novak – UNESPAR

PARANAÍ, 30 DE MARÇO DE 2023.

Dedico este trabalho

Dedico este trabalho primeiramente ao meu filho, Miguel Almeida Tesser, que é o sol da minha vida e foi a luz que me fez persistir e chegar até esta etapa, por ele a palavra desistência saiu dos meus planos e por ele é que eu me levanto todos os dias desde seu nascimento.

Dedico também *in memoriam*, ao professor e secretário da FAFIPA/UNESPAR, Demerval Nunes da Silva, na época do meu TCC, só pude concluir minha pesquisa com êxito, graças a sua ajuda. Às vezes na nossa caminhada neste planeta, precisamos apenas de alguém que nos estenda a mão.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos serão breves, mas cheios de gratidão.

Agradeço a meu filho, por mesmo sendo tão pequenino, ter paciência com sua mãe, que por muitas vezes, deixou de lhe dar a atenção devida, para realizar esta pesquisa, escrevo esta parte com lágrimas aos olhos, pois nesta caminhada fomos dois, meu filho não soltou a minha mão e muitas vezes foi quem enxugou minhas lágrimas.

Agradeço à minha orientadora, pela paciência, pelo exemplo, pelo conhecimento que dividiu comigo, pelas críticas que me aperfeiçoaram, pela mão amiga, caminhar com uma mulher que tem uma trajetória tão linda me fez querer continuar na caminhada também.

Agradeço às professoras Dra. Maria Simone Jacomini Novak e Dra. Ednéia Rossi Moraes, pelo interesse e disponibilidade a fazer parte da banca de qualificação e defesa. É um grande prazer ter duas mulheres compartilhando seus conhecimentos comigo.

Aos professores da UNESPAR, do colegiado de Pedagogia e do PPIFOR, grandes exemplos, tenho orgulho dessa instituição e me sinto honrada de ter os professores que tive. Gratidão a cada um.

Aos meus amigos, do mestrado, que não desistiram e não me deixaram cair, fizemos uma corda, onde cada um se prendeu e onde cada um segurou o outro.

A todos os amigos que encontrei no caminho e que contribuíram para a pesquisa, dando algum “jeitinho” de me ajudar, na Câmara Municipal de Paranavaí, na Prefeitura de Paranavaí, nos Colégios, nas bibliotecas de Paranavaí, Cartórios, na administração da UNESPAR, gratidão a cada ser iluminado que eu conheci nessa caminhada, foram essenciais.

Aos participantes da pesquisa, sempre solícitos a compartilharem suas histórias, na minha pesquisa tivemos uma grande dádiva, não recebemos nenhum não. Muitas fotografias, portas abertas, histórias compartilhadas.

Agradecimentos à CAPES / CNPq, pela bolsa de estudos recebida, por meio dela consegui manter meu desempenho nesta pesquisa.

*Se caíste, ergue-te e anda. Caminha para frente.
Regressa aos teus deveres e esforça-te a cumpri-los.
Ora, pedindo a Deus mais força para a marcha.
Muitas vezes a queda é uma lição de vida. Quem cai
sente do valor do perdão aos caídos. O futuro te
espera[...] Segue e confia em Deus*

Chico Xavier

SILVA, Beatriz Fernanda Almeida. **A Criação da FAFI e a Formação de professores em Paranavaí, região noroeste do Paraná (1965-1972)**. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí. Orientadora: Márcia Marlene Stentzler. Paranavaí, 2023.

RESUMO

Nesta pesquisa objetivamos compreender como a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí/PR (FAFI), contribuiu para a formação de professores em Paranavaí e região. A investigação delimita-se entre 1965 (ano em que a FAFI foi criada) e 1970 (ano em que a primeira turma de formandos colou grau). Ao longo de sua existência a FAFI passou por mudanças nas denominações, as quais serão discutidas ao longo do texto. Concebemos que instituições educacionais, em particular as de ensino superior, tem um papel ímpar no desenvolvimento de uma cidade e região, por isso torna-se necessário estudar e conhecer como foi organizada. Justificamos a seguinte pesquisa demonstrando que a FAFI nasceu como parte de projetos mais amplos, de cunho socioeducacional e político, graças a pessoas que sonharam e lutaram para que ela existisse e a transformação que esta instituição trouxe para a vida de muitas pessoas que por ali passaram, logo, esta pesquisa tem o intuito de contribuir para a escrita da história da educação regional e nacional. A narrativa que organizamos se pauta em fontes documentais localizadas no arquivo do *campus*, as quais revelam aspectos da trajetória desta instituição, bem como de práticas nela desenvolvidas, ou seja, da micro-história dessa instituição. Essas fontes documentais se entrecruzam com a pesquisa realizada através da escuta de histórias contadas por antigos alunos da instituição, evidenciando suas memórias e representações, assim como as notícias que circularam entre leitores da cidade e região, via Diário do Noroeste. Essas fontes foram fundamentais para conhecermos a instituição com os olhos da sociedade, ou seja, com um olhar macro. A pesquisa, de cunho sócio histórico pauta-se na análise documental, bibliográfica e também registros de memórias educacionais, arquivos institucionais e privados, dentre eles livros, atas, fotografias, jornais e notícias da internet. Organizamos a narrativa com base na história sociocultural, a partir de Chartier (1990) e Le Goff (1990), entre outros. Buscamos também amparo em outras pesquisas, como de Anísio Teixeira (1989), para entendermos a organização do Ensino Superior no Brasil. A pesquisa possibilitou estudar aspectos da história desta Instituição de Ensino Superior, e se aproximarmos da realidade e demandas locais para a formação de professores que atuaram em escolas primárias e secundárias, as quais estavam sendo construídas naquela época.

Palavras-chave: Formação de professores; FAFI; Faculdades. Ensino Superior.

SILVA, Beatriz Fernanda Almeida. **The creation of FAFI and teacher training in Paranavaí, Northwest Region of Paraná (1965-1972)**. 115 f. Dissertation (Master in Teaching) – State University of Paraná. *Campus* of Paranavaí. Supervisor: Márcia Marlene Stentzler. Paranavaí, 2023.

ABSTRACT

In this research we aim to understand how the creation of the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras of Paranavaí/PR (FAFI), contributed to the formation of teachers in Paranavaí and region. The investigation is limited between 1965 (the year in which the FAFI was created) and 1972 (the year in which the first group of graduates graduated). Throughout its existence, FAFI has undergone changes in names: in 1990 it was state-owned and named Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras of Paranavaí/PR (FAFI). In 2012, it became the campus of the Universidade Estadual do Paraná (Unespar). We conceive those educational institutions, in particular those of higher education, have a unique role in the development of a city and region, so it becomes necessary to study and know how it was organized. FAFI was born as part of broader projects, of a socio-educational and political nature, thanks to people who dreamed and fought for it to exist, so this research aims to contribute to the writing of the history of regional and national education. The first four courses were offered from 1966 onwards: Science, Geography, Portuguese/French and Portuguese/English Literature, and Pedagogy. The narrative that we organize is based on documentary sources located in the campus archive, which reveal aspects of the trajectory of this institution, as well as the practices developed therein, that is, the micro-history of this institution. These documentary sources intertwine with interviews with graduates of the first classes, highlighting their memories and representations, as well as news that circulated among readers in the city and region, by *Diário do Noroeste*. These sources were fundamental for us to get to know the institution through the eyes of society, that is, with a macro view. The socio-historical research is based on document analysis, bibliography and field research, using primary and secondary sources and records of educational memories, institutional and private archives. We organize the narrative based on sociocultural history, from Chartier (1990) and Le Goff (1990), among others. We also seek support in other studies, such as Anísio Teixeira (1989), in order to understand the organization of Higher Education in Brazil. As a result, the research made it possible to study aspects of the history of this Institution of Higher Education, approaching the reality and local demands for the training of teachers to work in primary and secondary schools, which were being built at that time.

Key words: History of Education; University education; Teacher training; Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira Faculdade de Medicina, Bahia, fachada.....	23
Figura 2 – Primeira Faculdade de Medicina, Bahia, internamente	24
Figura 3 – Ofício ao Conselho Estadual de Educação.....	34
Figura 4 – Mapa da área que pertencia a Braviaco em 1925.....	39
Figura 5 – Divisão política do Paraná em 1960.....	41
Figura 6 – Nelson Seiji Akiyoshi	44
Figura 7 – Primeira Sede da FAFI.....	45
Figura 8 – Fundos da primeira sede da FAFI.....	47
Figura 9 – Primeira Ata do Conselho de Curadores da FAFI (1966).....	48
Figura 10 – Diretor Devanir Roque Eugenio (1966-1972)	51
Figura 11 – Primeiro vestibular da FAFI (1966).....	52
Figura 12 – Edital do vestibular (1971).....	55
Figura 13 – Colação de grau dos licenciandos da FAFI.....	56
Figura 14 – Integrantes da comunidade diante de uma faixa	59
Figura 15 – Ginkana é a atração dos festejos da FAFI (1971)	60
Figura 16 – Benfeitor da Universidade (1973).....	61
Figura 17 – Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí.....	63
Figura 18 – Frente do Histórico Escolar de Ciências (1972)	72
Figura 19 – Verso do Histórico Escolar de Ciências (1972).....	73
Figura 20 – Frente do Histórico Escolar de Pedagogia (1972)	76
Figura 21 – Verso do Histórico Escolar de Pedagogia (1972)	77
Figura 22 – Frente do Histórico Escolar de Geografia (1972)	80
Figura 23 – Verso do Histórico Escolar de Geografia (1972).....	81
Figura 24 – Frente do Histórico Escolar de Letras/Francês (1972).....	84

Figura 25 – Verso do Histórico Escolar de Letras/Francês (1972)	85
Figura 26 – Professores da FAFI durante colação de grau em 1970.....	87
Figura 27 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (1).....	89
Figura 28 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (2).....	90
Figura 29 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (3).....	91
Figura 30 – Diploma de formanda do Curso de Letras Português/Francês (1972).....	93
Figura 31 – Formandos de 1969	94
Figura 32 – Maria Aparecida Garcia em 1969 e em 2023.....	95
Figura 33 – Primeira turma de formandos de Letras 1969	96
Figura 34 – Arquivo Inativo da Unespar (2022)	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Inventário do arquivo documental do campus de Paranavaí	18
Quadro 3 – Primeiros Professores da FAFI (1966)	68
Quadro 4 – Ingressantes do Curso de Ciências (1966).....	74
Quadro 5 – Ingressantes do Curso de Pedagogia (1966).....	78
Quadro 6 – Ingressantes do Curso de Geografia (1966)	82
Quadro 7 – Ingressantes do Curso de Letras (1966)	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	–	Associação Brasileira dos Estudantes
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAAE	–	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEE	–	Conselho Estadual de Educação
CESu	–	Comissão de Ensino Superior
CFE	–	Conselho Federal de Educação
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
DATA	–	Diretório Acadêmico Tristão de Ataíde
FAFI	–	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FAFIPA	–	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí
FNFI	–	Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil
FUNDENORPA	–	Fundação Educacional do Noroeste do Paraná
GT	–	Grupo de Trabalho
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	–	Ministério da Educação
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCC	–	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	–	Universidade Estadual de Londrina
UEM	–	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	–	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFBA	–	Universidade Federal da Bahia
UNESPAR	–	Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
2 O ENSINO SUPERIOR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	22
2.1 NÍVEL NACIONAL	22
2.2 DA LDB 4.024/61 À LEI 5.540/68	27
2.3 DA CRIAÇÃO DO CEE À CRIAÇÃO DA FAFI.....	29
2.4 O ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1960.....	35
3 A INSTITUIÇÃO FAFI EM PARANAVAÍ-PR	38
3.1 FUNDAÇÃO DE PARANAVAÍ/PR	38
3.2 DO PLANEJAMENTO À CRIAÇÃO DA FAFI	43
3.3 OS VESTIBULARES NA FAFI.....	51
3.4 O RECONHECIMENTO DA FAFI E O CRESCIMENTO DA INSTITUIÇÃO	56
4 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	65
4.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS	65
4.2 A FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FAFI	67
4.3 CURSO DE CIÊNCIAS	70
4.4 CURSO DE PEDAGOGIA	74
4.5 CURSO DE GEOGRAFIA	79
4.6 CURSO DE LETRAS	83
4.7 A CULTURA ESCOLAR ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	111
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	111
Anexo 2 – Arquivo Inativo da UNESPAR.....	115

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu com o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Pedagogia, pesquisadora e a sondagem inicial revelou a existência de fontes sobre a história da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI), em 1965, fato que me impulsionou a aprofundar a investigação em busca de melhor conhecer a história desta instituição de ensino superior, localizada no município de Paranavaí¹ na região noroeste do Paraná. Justificamos esta pesquisa por dois fatos, o primeiro é que consideramos um campo com pesquisas escassas nesta área e o segundo foi o intuito de mostrar o quanto a Faculdade foi essencial para a formação de professores na região, inclusive da pesquisadora que vos escreve, pois foi através dela que consegui meu sonhado diploma e as conquistas posteriores como o almejado Concurso Público. As memórias tanto dos colegas de turma, quanto do pedagógico da instituição enchem minha caminhada de satisfação por ter feito parte desta instituição.

Na década de 1960, um grupo de profissionais liberais de Paranavaí sentiu a real necessidade de ampliar a oferta de educação por meio do ensino superior. Ações foram implementadas para suprir deficiências em formação de professores em nível superior, bem como do ponto de vista cultural para atender a uma população representada por um grupo significativo de estudantes que concluía o curso secundário e desejavam continuar os estudos. Uma série de ações em âmbito municipal, estadual e federal foi necessária para que o sonho se concretizasse.

Esse contato com a história da instituição e suas transformações, se efetivou na medida em que descobrimos documentos da FAFI, armazenados na sala de arquivo da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranavaí/PR. Cada registro ou fotografia localizado era um novo indício de que a trajetória e história desta instituição de Ensino Superior e de seus cursos de formação de professores, criados em meados da década de 1960, precisavam ser analisados e conhecidos. A sua existência no município foi motivo de orgulho e indicativo de progresso para a região. Só existiu, pois houve o envolvimento de atores locais e regionais, logo, conhecer as motivações da sociedade civil, do prefeito e outros políticos,

¹ Paranavaí nasceu em 1930, na fazenda Montoya, decorrido pouco tempo organizou-se a fazenda brasileira, e em 1944, foi batizada como colônia Paranavaí, cuja sede foi instalada oficialmente em 14 de dezembro de 1952. O município tem 1.202,47 km² quadrados, hoje conta com uma população de 81.595 habitantes (BRASIL, 2021).

bem como as demandas socioeducacionais daquele momento possibilita conhecermos o caminho trilhado para se chegar aos tempos atuais.

Uma investigação realizada pelo Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (SAMPAIO, 1991), indica que as faculdades foram criadas no interior com o compromisso de formar uma elite pensante e dirigente promovendo a disseminação de novas ideias e proporcionando a formação profissional:

[...] as faculdades tiveram um papel importante, contribuindo para alargar o horizonte intelectual da formação universitária e ampliar o acesso ao ensino superior. Além disso, através de seu aproveitamento para a formação de professores dos ginásios e escolas normais, estabeleceu um vínculo entre os diferentes níveis do ensino público, num quadro de transformação de todo o sistema educacional. Essas novas oportunidades de acesso ao ensino superior e de carreira no magistério ajudaram a criar uma demanda que foi amplamente explorada pelas novas classes médias urbanas em formação. Por isso e apesar de tudo, a universidade [...] representa uma democratização, ainda que relativa, do ensino superior brasileiro (SAMPAIO, 1991, p. 13).

As novas oportunidades vinculadas ao ensino superior também eram buscadas em cidades promissoras do interior do estado do Paraná, como em Paranavaí. Buscamos conhecer esse movimento com base em documentos, que revelam a trajetória e história da FAFI. Segundo Le Goff (1990, p. 8), a relação entre historiadores e documentos históricos, entre a história e a memória sempre foi uma necessidade, mas atualmente, “[...] os historiadores se interessam cada vez mais pelas relações entre história e memória”. Nossas fontes de pesquisa são fundamentais para conhecermos essa instituição de ensino e as memórias a ela associadas, permitindo a construção do ensino superior, um diferencial para a região.

Bloch (2001), reitera que o conhecimento histórico tem particularidades: é um conhecimento que se organiza por meio de vestígios. Embora o passado seja um dado que não se possa modificar, seu conhecimento está em constante construção, mas é evidente que determinados acontecimentos nunca poderão ser conhecidos tais quais aconteceram. Desse modo, por meio da coleta de dados, o pesquisador deve analisar profundamente e atentamente cada achado, e não se deixar influenciar de maneira indireta ou direta, para que essas fontes se mantenham com suas particularidades.

Considerando as fontes documentais localizadas e o diálogo com outras pesquisas já desenvolvidas na área, o objetivo desta investigação é compreender como a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí/PR (FAFI), contribuiu para a formação de professores (1965-1972), sendo parte da transformação da cidade e da região. A instituição

nunca foi pesquisada em suas origens, como nesta pesquisa. Ao longo da sua existência, formou diversos profissionais tanto da educação, quanto das outras áreas.

Para viabilizar a investigação, busquei por teses e dissertações no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Destaco Vieira (2001), em sua dissertação analisa a história da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca/SP, no período compreendido entre 1963 e 1976. Analisou as diretrizes políticas dos governos constituídos e suas variações temporais, até suas manifestações nas extremidades do sistema educacional, com suas peculiaridades e múltiplos interesses de grupos e agentes sociais. Concluindo que a política e a economia têm forte influência na formação de uma instituição educacional e que foram elementos indicadores do próprio funcionamento do Estado, pois, revelaram as preocupações e o modo de agir de um de seus sustentáculos, a política, sobre as unidades educacionais.

Somando-se a essas investigações analisamos estudiosos brasileiros que analisaram a trajetória do Ensino Superior no Brasil. Um deles foi Anísio Teixeira, que pesquisou sobre os desafios do ensino superior nas sociedades latino-americanas na década de sessenta, o qual propõe um instigante referencial analítico. Para ele as relações internas e externas das instituições: são funcionais, quando desempenham os papéis que lhes foram atribuídos relativamente à perpetuação ou alteração do sistema social, em consonância com o progresso da sociedade em que se encontram. A década de 1960, foi de expansão de instituições de Ensino Superior, as quais enfrentaram diversas dificuldades, como por exemplo, organização de currículos, flexibilidade do sistema e as perspectivas com as Leis que estavam em andamento, conforme escreveu Anísio Teixeira (1989).

Esses estudos embasaram a organização do objetivo geral desta pesquisa que é compreender como a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí/PR (FAFI), contribuiu para a formação de professores a partir de 1965 aos dias atuais². Os objetivos específicos se situaram em: a) Compreender a trajetória do ensino superior no Brasil e no Paraná; b) Analisar a história de Paranavaí e de como se formava sua economia e sua história educacional; c) Investigar a história da instituição FAFI e mostrar sua contribuição para a formação de professores na região, por meio de fotografias que marcam esta história.

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 50371921.8.0000.9247, com parecer emitido em 08 de outubro de 2021 (Vide Anexo A).

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para narrar a trajetória histórica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba (FAFI) foi preciso compreender os fatos, as práticas, as representações, as quais segundo Chartier (1990, p. 41) revelam um “[...] conteúdo impessoal de seu pensamento”. Ao recordar da instituição ou referir-se a ela por meio de registros orais e escritos, o indivíduo tem em mente aspectos particulares do lugar, como por exemplo, a liberdade e a socialização, assim como a vivência de seus aprendizados. O conjunto de atividades desenvolvidas na instituição contribuiu também para a formação da memória social.

Chartier (2002, p. 177), afirma que “[...] a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. Os relatos e registros mostram que os sujeitos podem narrar suas próprias histórias – e, quando o fazem, enchem de sentido e significações nas memórias das experiências que tiveram e que enriqueceram as trajetórias de suas vidas (CHARTIER, 1996). Ou seja, essas lembranças, percepções e representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social; são parte do que temos para compreender a importância da instituição para a formação das pessoas que passaram por ela.

Para entender os caminhos que as pessoas construíram para efetivar o sonho de que esse estabelecimento de ensino superior existisse nesta cidade, também foi essencial estudar o percurso histórico da FAFI na sua relação com a compreensão da história de Paranaíba. Pesquisas que visam narrar a história de determinadas localidades têm ganhado maior espaço ao longo dos últimos anos, não apenas por dar ênfase às narrativas que envolvem uma região, mas por valorizar as percepções que compõem a identidade de uma comunidade, revelada por meio de documentos e das pessoas.

As pesquisas que têm como objeto histórias locais estão ganhando maior espaço não apenas por destacar e valorizar a história de uma região, mas por considerar as percepções que constituem a identidade de uma comunidade. Le Goff (1990, p. 477), defende, ainda, que “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”. Ao nos dedicarmos ao estudo da memória e da história de uma instituição, estamos valorizando e resgatando o seu patrimônio material e imaterial, além de ressaltar as permanências e as transições entre passado e presente, o que permite, inclusive, repensar as situações do momento histórico atual.

A pesquisa exigiu procedimentos e metodologias específicas, pois as fontes documentais históricas e registros muitas vezes não são tão compreensíveis, sendo que vários

documentos analisados nesta pesquisa são manuscritos. Concordamos com Bloch (2001), quando alerta para o uso de documentos institucionais, considerando que cada tipo de testemunho decorre de uma técnica distinta para análise. Por isso é importante o delineamento das fontes e métodos de pesquisa.

Além do diálogo estabelecido com outros pesquisadores, o conhecimento organizado nesta investigação tem por base a legislação e as fontes documentais ainda não estudadas, como atas, fotografias, periódicos e registros diversos. Sobre a pesquisa e conhecimento histórico, Le Goff (1990) e Burke (2016), concedem destaque para o papel central das bibliotecas e arquivos na sociedade. Acervos dessa natureza, analisados sob a luz da metodologia científica, permitem acessar e compreender aspectos do passado.

No tocante ao acervo e à preservação dos documentos que foram reunidos ao longo dos anos da trajetória histórica da FAFI, enfatizo que nem todas as gestões da instituição conseguiram conservar a documentação de sua época. Atualmente há na Unespar, Campus de Paranavaí/PR, um espaço denominado arquivo inativo onde o material histórico está guardado. É uma sala pequena, clara e sem ventilação.

Nesse arquivo inativo, localizei grande parte das fontes citadas nesta pesquisa em forma de livros, pastas, fotografias, ofícios e relatos. Ali localizei várias fontes que me proporcionaram acesso a informações fundamentais para compreender a história da instituição. Há documentos que estão guardados em caixas, algumas pastas e livros e estão bem preservados. Outros documentos como, por exemplo, ofícios desde o ano de 1966, que estão em caixas sem organização, empoeirados, alguns rasgados e até com tinta apagada.

Especificamente os livros de chamada, de matrículas, de vestibular, livros ata, livros de visita, entre outros, são considerados documentos. Isso os torna objetos de grande relevância em uma pesquisa objetivada em narrar a história de uma escola, pois esses documentos se configuram em um “espaço” para salvaguardar a memória de sua trajetória. O inventário dos documentos, que se tornaram fontes para a pesquisa foi realizado nos anos 2021 e 2022. O quadro a seguir, ilustra esse percurso em que as fontes da pesquisa foram sendo descobertas e organizadas por esta pesquisadora:

Quadro 1 – Inventário do arquivo documental do campus de Paranavaí

NOME DA FONTE	CARACTERÍSTICAS	PERÍODO
Álbuns de fotografias	Nos 3 álbuns localizados constam: fotos de formatura, da instituição mostrando seus setores, de professores, de alunos, de eventos da FAFI/Unespar.	De 1975 a 2018
Caixas com fichas de matrículas de ex-alunos e atuais alunos	Nessas caixas se encontram as fichas de matrículas dos ex alunos e atuais. São identificadas com numeração.	De 1965 a 2019
	Os nomes dos alunos podem ser localizados em uma pasta. Em cada ficha de matrícula há uma foto da pessoa, o histórico escolar da Faculdade, do ensino Médio, do Ensino Fundamental, pagamentos, diploma, certificados de curso, documentos relacionados a vestibular, comprovante de residência, certidão de nascimento, título de eleitor.	
	Há também atestados médicos, e outras informações básicas de cada estudante.	
Livros de resultados dos anos letivos dos estudantes	São livros encadernados em capa dura, na cor preta ou em tom de vermelho. Cada ano letivo é separado por semestre. Nessas pastas se encontram os resultados das avaliações dos estudantes nas disciplinas de cada curso.	De 1966 a 2017
Livros de Relatórios anuais de atividades	São livros encadernados em tom de preto com as notas bimestrais dos estudantes de acordo com cada disciplina e curso.	De 1966 a 2017
Livros de Concurso Vestibular	São livros encadernados em cor preta ou vermelha, com as datas e notas de cada candidato em seu respectivo vestibular. Cada livro contém o ano com as notas de todos os cursos prestados e os nomes dos candidatos.	De 1966 a 2018
Livros de estágio	São Livros encadernados em tom preto com as atividades realizadas nos cursos de administração e letras. Cada livro contém o trabalho com o nome do estudante.	De 2005-2006
-Administração		
-Letras Português/francês		
Português/inglês		
Livros ata de habilitação	São livros encadernados em cor preta, onde constam as habilitações que cada estudante realizou, com respectivas notas de cada bimestre, nome de professores, turma e ano.	De 1966 a 1970
Livro ata do departamento de Ciências e matemática	Nesse livro constam as reuniões realizadas pelos professores e demais participantes do colegiado de ciências e matemática. É encadernado em cor preta.	De 2007
Livros atas dos anos letivos dos Cursos:	Esses livros atas são encadernados em capa dura, cor preta, separados por curso. Cada curso possui dois livros por ano. Apenas para os anos de 1966, 1967 e 1968 há apenas um livro escrito a mão. Os demais foram datilografados, neles constam as notas bimestrais, e finais de cada estudante, com os nomes dos professores e da turma.	De 1966 a 1972
Pedagogia		
Letras: Português/francês		
Geografia		
Ciências		
Livro ata dos termos de visita	Encadernado em tom vermelho, nele constam as visitas e reuniões que ocorreram no ano de 1977.	De 1977
Livro de certificado de funcionários e professores	Encadernado em tom de preto, nele constam todos os certificados escaneados de cursos de capacitação, entre outros, de todos os profissionais que eram da instituição no ano de 1993.	De 1993
Livro ata do curso de enfermagem e obstetrícia	Encadernado em tom de preto, nele constam as atividades realizadas pelos alunos do referido curso, com as notas e os nomes de professores.	De 1980
Livro ata da reunião de coordenação de curso da Faculdade Estadual	Encadernado em tom de preto, nele estão escritas todas as decisões tomadas pelos professores, diretor e demais profissionais da instituição. Nesse ano havia muitas discussões a respeito da pós estadualização da FAFIPA e	De 1992

	mudança nas grades dos cursos que já não atendiam as necessidades de conhecimento que deveriam ser passadas aos estudantes.	
Livro ata Conselho departamental	Livro encadernado em tom de preto, nele constam todas as decisões tomadas pelos profissionais que tomaram posse no ano de fundação da instituição, está escrito à mão, no final de cada reunião consta a assinatura de diretores, professores e secretários que assumiram naquele ano.	Livro 1 - iniciado em maio 1966 e finalizado em novembro de 1974, constando 42 atas.
Livro Ata de Registro de certificados de cursos	Este livro está encadernado em preto, nele consta a assinatura, com a referida data de retirada de certificados de cursos extracurriculares oferecidos por alguns cursos da instituição.	De 2022
Livro Ata Conselho de Curadores	Está encadernado em tons de branco e vermelho, nele constam escritos a mão todas as reuniões realizadas por participantes da comunidade que faziam benfeitorias a instituição, visto que no início ela era mantida pela cobrança de matrícula e doação de pessoas da comunidade, no final de cada reunião consta a data e a assinatura dos participantes, dentre eles destaco a assinatura de médicos, advogados e dentistas. As reuniões que constam nessas atas eram sobre votações de presidentes, professores, conselho, diretores, taxas de matrículas, vestibulares.	Livro 1- de 1966 com início em fevereiro de 1966 e finalizado em outubro de 1972, com 50 folhas e 63 atas.
		Livro 2- início em outubro de 1972 e finalizado em maio de 1976, com 100 folhas e 21 atas.
Livro ata histórico escolar dos licenciados	Livro encadernado em tom de preto, cada livro possui o histórico escolar final de cada estudante de cada curso.	Livro 1 - de 1968
		Livro 2 - de 1969
		Livro 3 - de 1970
Livro ata de posse do diretor e vice	Encadernado em tom de preto nele consta a reunião de posse do diretor pro-tempore Emilio Eugenio Niece e os respectivos participantes, dentre eles professores e ademais funcionários.	De 1976
Livro ata comissão pró estadualização	Está encadernado em vermelho e nele constam todas as decisões e reuniões centralizadas na estadualização da FAFIPA, no final de cada reunião consta a data e a assinatura de cada participante.	De 1987

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O quadro acima foi elaborado a partir dos livros e registros localizados nas prateleiras do arquivo, eles não estão acondicionados em caixas, como estão as fichas dos alunos³. Embora tenhamos relacionado no quadro acima os documentos localizados no arquivo, nesta pesquisa, devido ao recorte temporal, nós utilizaremos os documentos datados de 1965 e 1972.

Na Câmara Municipal de Paranavaí, estão disponíveis as edições do jornal Diário do Noroeste, datados entre 1971 e 2018. Na Casa de Cultura do município há edições anteriores, entre 1970 e 2015. Estatuto da FAFI, datado de 1965, foi encontrado no Registro de Notas e documentos de Paranavaí, existente na cidade desde 1960. O acesso a esse documento foi pago e por meio dele foi possível conhecer as bases legais sob as quais a instituição foi criada. Outra fonte para bases legais foram os documentos produzidos e encadernados pelo Conselho

³ Vide Anexo B.

Estadual de Educação, denominados *Crítéria*, anos de 1966, 1970 e 1971. Nesse compêndio localizamos as Leis referentes às Faculdades Paranaenses. Esses livros foram doados pela UNESPAR.

Esses locais me proporcionaram um encontro com fontes ainda não utilizadas em pesquisa e que enriqueceram esta investigação. Le Goff (1990), ressalta a importância do diálogo com os documentos em uma pesquisa histórico-educacional, de maneira a defender que tais materiais se tornem fontes por uma escolha do historiador:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas, durante as quais, continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 548).

Além da pesquisa documental, também buscamos ouvir pessoas que estudaram nas turmas dos cursos de graduação, por meio da rede social *facebook*, criamos um grupo intitulado Filhos da FAFI (1965-1972), onde adicionamos pessoas que fizeram e fazem parte da comunidade da FAFI, colocamos fotos de atas, de notícias de jornais e fotografias de acontecimentos.

Para encerrar esta primeira seção da minha pesquisa, recorro a Bloch (2001, p. 79), quando afirma que “[...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção”. Na introdução apresentamos o objeto de estudo, a justificativa e os objetivos que se pretende alcançar com o trabalho.

Na segunda seção, analiso, sob a forma de uma retrospectiva sócio-histórica, como foram constituídos e organizados os primeiros estabelecimentos de Ensino Superior no Brasil. Para isso, investigo a partir de autores que trabalharam com essa temática e da pesquisa em arquivos, foram abordados aspectos centrais e peculiaridades que envolvem o Ensino Superior no Brasil. Ao fim dessa seção, aproximo-me, geograficamente, do Paraná, e situo Paranavaí no contexto estadual.

Na terceira seção, resgato o processo de institucionalização da FAFI entre 1965 e 1972. A partir dessa trajetória histórica, diálogo sobre as mudanças enfrentadas pela instituição no período em prol de uma cultura produzida no ensino superior. As discussões dessa seção se centram no processo de institucionalização e na trajetória histórica da instituição educacional, cuja história está ligada ao desenvolvimento do município de Paranavaí. Abordo o cenário social que permitiu a criação da instituição, de modo a trazer elementos particulares vivenciados pelo município em meados da década de 1960. Isso foi

possível pelas fontes documentais localizadas em arquivos municipais, como da Câmara Municipal de Vereadores, da Prefeitura Municipal, e dos jornais do período.

Na quarta seção e última seção, tratamos da organização didático pedagógica, trazendo as informações dos primeiros professores da instituição, assim como, os professores que ela formou, trato de aspectos da organização didática dos cursos ofertados do estabelecimento de ensino em 1965. Ênfase as memórias, a cultura produzida dos cursos por meio da iconografia, considerando a importância do uso das fotografias na pesquisa histórica, tratamos a imagem como possibilidade de fonte de pesquisa.

2 O ENSINO SUPERIOR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 NÍVEL NACIONAL

A educação superior no Brasil deve ser discutida analisando o cenário e o contexto em que ela surge. Essa é uma tarefa complexa, pois a sua diversidade e organização é ampla, colocando em pauta os fatores sociais, econômicos, culturais, entre outros. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de Ensino Superior, isso ocorreu porque era visto como desnecessário.

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados as Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora (TEIXEIRA, 1976, p. 244).

Em fevereiro de 1808, em rápida passagem pela Bahia, D. João VI, cria a Faculdade de Medicina da Bahia. Ressalta-se que as primeiras instituições fundadas pelos portugueses no Brasil colônia se encontram articuladas às atividades militares e também para a formação de engenheiros militares e posteriormente civis, para as construções de embarcações, portos, fortificações, estradas, minas, engenhos, formando assim mão-de-obra qualificada, conforme relata Fávero (1977).

A figura a seguir é um registro disponível no site da Universidade Federal da Bahia. (UFBA). Mostra a vista parcial da fachada do novo prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, inaugurado em 1909. No fundo, ao centro, fica a fachada do Anfiteatro Alfredo Britto, que segundo o site da UFBA (2022, s.p.) “possuía cômodos amplos, profusa e regularmente iluminados, de aeração fácil e abundante, situados consoante as necessidades didáticas de cada disciplina”. Nela estavam salas vastas e amplos teatros que permitiam numerosa audiência às lições orais e em espaçosos compartimentos funcionavam os laboratórios, de modo a poderem trabalhar com as turmas de alunos nos dias dos respectivos exercícios.

Figura 1 – Primeira Faculdade de Medicina, Bahia, fachada



Fonte: Site da UFBA (2022, s.p.).

Segundo as Atas das Sessões da Congregação – Faculdade de Medicina da Bahia que estão localizadas na Biblioteca da UFBA.

Os pátios inferiores foram ajardinados, tendo sido colocados em um deles o biotério, convenientemente dividido de modo a servir à permanência das diferentes espécies animais, indispensáveis ao trabalho experimental. O dito biotério, comum aos diferentes laboratórios, segundo o plano apresentado pelo Dr. Manoel de Araujo, distinto lente de fisiologia, Era digna de atenção a decoração do vastíssimo salão dos “actos solenes”, da sala dos lentes, da sala das congregações e do gabinete do diretor. No ensino de história natural, carece lembrar o subsídio que os jardins dos pátios interiores forneciam ao estudo da botânica; avultadas coleções de peças naturais artificialmente conservadoras, possuía o laboratório ao lado do gabinete de história natural, sendo as referidas peças conservadas pelos trabalhos de macroscopia; as cadeiras de anatomia e de operações, através dos benefícios das injeções conservadoras, “larga manu” praticadas, facilitavam a prática de dissecação e exercícios operatórios. Dispunha o ensino de bacteriologia, não falando do sensível aumento do material técnico, de canalização de gás de grande calibre para o funcionamento dos fornos e estufas e de um biotério para estudo, no “anima vili”, além de uma câmara escura para trabalhos “microplato-graphicos”, prestando-se a sala das preleções a transformar-se de momentos em câmara de projeções. Da mesma maneira, dispunha a cadeira de medicina legal de câmara escura para fotografia e de um serviço de projeções bem organizado Sensível melhoramento recebeu o laboratório de odontologia, com a aquisição de todo o material elétrico necessário ao ensino de prótese dentária e de clínica odontológica. Os demais laboratórios estavam modernamente aparelhados do indispensável. A biblioteca contava com obras que orçavam por 14.000 volumes aproximadamente, e recebia grande número de trabalhos recentes (UFBA, 2022, s. p.).

Figura 2 – Primeira Faculdade de Medicina, Bahia, internamente



Fonte: Site da UFBA (2022, s.p.).

A Figura 2 mostra aspectos do interior da instituição. A maioria dos estabelecimentos dessa época possuía uma arquitetura inspirada na Europa. Os portugueses copiavam o exemplo dos europeus não só nesse ponto, como também nas vestimentas e na educação.

Teixeira (1989, p. 98), afirma que até o início do século XIX, o ensino superior tinha dependência em relação a Universidade de Coimbra, em Portugal. Até a Independência do Brasil, brasileiros e portugueses, enquanto membros da sociedade letrada não poderiam ser diferenciados, ou seja, “[...] o brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil”. As instituições superiores nesse período estiveram a serviço da elite e dos grandes produtores rurais, os quais detinham o poder político e econômico da sociedade, com isso, promovia-se o prestígio social para algumas profissões e um estilo de cultura elitizado. Segundo Teixeira (1989, p. 39-94) “[...] tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura européia. E nisso tudo o Brasil era esquecido”.

Ao final do século XIX, o Brasil possuía 24 estabelecimentos de Ensino Superior. Segundo o autor supracitado, a criação de universidades no Brasil teve muita resistência tanto por parte de Portugal como de alguns brasileiros, por acreditarem que a instituição era algo que fazia parte da realidade da elite.

Teixeira (1989, p. 98), observa-se que o Brasil esteve fora do processo universitário quando o tema principal do debate, no século XIX, era “[...] a nova universidade, devotada à pesquisa e à ciência, que iria reformular o conhecimento humano em todos os campos do

saber e, além disto, criar a consciência das culturas nacionais [...]” (TEIXEIRA, 1989, p. 98). A igreja católica era contrária à liberdade de ensino embasada na ciência, pois não admitia que se ensinasse algo que era considerado como falso dentro dos preceitos religiosos da época.

Segundo Cunha (1980), o Estado detinha e precisava manter o monopólio da formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de determinadas profissões, garantindo os interesses de poder, remuneração e prestígio de certos grupos. Ainda segundo Cunha (1980, p. 85), acreditava-se que “[...] o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração”.

Segundo Faria Filho, (2007, p. 2), a educação era uma reprodução adaptada da adotada em Portugal e França, entretanto voltada exclusivamente para a formação daquela elite:

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo, sem desvio sensível, as linhas de sua evolução, fortemente marcada pelas tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo ideal correspondente de homem e de cidadão. O tipo de cultura a que se propunha servir, não se executados antes da aprovação daquele poder.

A partir dessas discussões realizadas por ele em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), instrumento de mobilização e difusão de ideias, na qual se reuniram os mais expressivos educadores, estendendo assim, sua capacidade de atuação. As discussões sobre a forma em que as universidades vinham sendo criadas, por meio da reunião de Faculdades e os rumos do ensino superior passam a se expressar de forma intensa e organizada por meio das Conferências Nacionais de Educação (CNE), essas conferências foram eventos nacionais que reuniram os principais protagonistas do debate educacional, foram realizadas treze, com o intuito de ser como centros de estudo de uma política nacional.

As CNE adotaram uma sistemática de organização que pouco se alterou ao longo das treze conferências, cabendo destaque para os temas principais de cada evento, as sessões temáticas e a presença de teses da diretoria, que funcionavam como guias para os debates (VALÉRIO, 2013):

Quadro 2 – Conferências Nacionais de Educação: 1927-1967

ANO	LOCAL	TEMA(S)
1927	Curitiba	Organização nacional do ensino primário.
1928	Belo Horizonte	Ensino secundário.
1929	São Paulo	Ensino secundário, primário e profissional; educação sanitária.
1931	Rio de Janeiro	Diretrizes para a educação popular.
1933	Niterói	Elaboração do anteprojeto de organização nacional da educação.
1934	Fortaleza	Organização geral do ensino no país.
1935	Rio de Janeiro	Educação física.
1942	Goiânia	A educação primária: objetivos e organização.
1945	Rio de Janeiro	Conceito de educação democrática.
1950	Rio de Janeiro	Conferência convocada com o objetivo de obter sugestões para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).
1954	Curitiba	Financiamento dos sistemas públicos de educação.
1956	Salvador	Contribuição da escola à compreensão e à utilização das descobertas científicas. Os processos da educação democrática nos diversos graus de ensino e na vida extraescolar.
1967	Rio de Janeiro	Educação para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. I Congresso Brasileiro de Audiovisuais.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de Valério (2013).

Na CNE de 1929, cujo tema foi o Ensino secundário, primário e profissional; educação sanitária, publicada na Revista Educação, v. 9, n. 1, ano 2, outubro 1929 (REVISTA EDUCAÇÃO, 1929), deteve-se, ainda que preocupação quanto a formação para o professorado superior, o que poderia acontecer pela criação de escolas superiores, de círculos de pais e professores e, da propaganda:

Finda a sua brilhante oração, o professor Lafayette leu as conclusões a que chegou à comissão: 1º Propaganda, especialmente a mulher brasileira, das necessidades reais do curso secundário com sua verdadeira finalidade; 2º Criação imediata de escolas superiores para a formação técnica e eficiente do professorado secundário; 3º Criação dos círculos de pais e professores em todo o Brasil (REVISTA EDUCAÇÃO, 1929, p. 22).

No mesmo documento a discussão também girou em torno de que, os considerados bons alunos, e aqueles que tivessem condições de se dedicar ao estudo, deveriam se encaminhar para o nível universitário:

[...] A organização do ensino secundário deve responder à dupla exigência de assegurar um nível elevado de cultura geral nos que não se destinam a estudos superiores e de preparar para especializações das carreiras universitárias os que puderem dar a sua formação intelectual mais prolongado desenvolvimento (REVISTA EDUCAÇÃO, 1929, p. 27).

Fica evidente que os participantes, educadores e intelectuais brasileiros reconheciam a necessidade de formação neste nível de educação, mas era pensando em preparar os jovens com condições e tempo para terem cultura diferenciada. Durante o período 1924-1935, as

CNE serviram de centro de debates das reformas que se faziam no campo educacional, tanto no âmbito estadual quanto no federal, destacando-se para a educação superior, a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, conhecida por Lei Rocha Vaz Decreto nº. 16.782 de 13 de janeiro de 1925 (BRASIL, 1925) e o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº. 19.851 de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931). O ponto culminante desse período foi a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos.

Depois da CNE de 1935, só veio a ser realizada outra em 1942, com o tema a Educação primária: objetivos e organização. A seguinte, de 1945, foi um brado contra a política educacional autoritária desenvolvida por Gustavo Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas. Depois de 1945, os educadores já não estavam impedidos de discutir suas posições. Os congressos seguintes, bastante espaçados (1950 e 1954).

Segundo Cunha (1988), após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), foi sancionado o Decreto nº. 54.999, de 13 de novembro daquele ano (BRASIL, 1964), determinando a realização anual de uma CNE, a ser convocada pelo governo federal e presidida pelo ministro da Educação.

2.2 DA LDB 4.024/61 À LEI 5.540/68

Todo o sistema de Ensino é baseado na Lei de Diretrizes e Bases. Aqui trataremos da LDB de 4.024/61, especificamente, o Ensino Superior que se desenvolveu por meio de estabelecimentos isolados. Esse nível de escolarização é tratado nos Artigos 85 a 87 e os Artigos 116 e Art. 117, abordando sobre a formação de professores (BRASIL, 1961).

Art. 85. Os estabelecimentos isolados [...] VETADO [...] serão constituídos sob a forma de autarquias, de fundações, [...] VETADO [...] ou associações. Art. 86. Os estabelecimentos isolados, constituídos sob a forma de fundações, terão um conselho de curadores, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento. Art. 87. A competência do Conselho Universitário em grau de recurso será exercida, no caso de estabelecimentos isolados, estaduais e municipais pelos conselhos estaduais de educação; e, no caso de estabelecimentos federais, ou particulares, pelo Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1961, s.p.).

Sendo que sobre a formação dos profissionais na década de 60 a LDB mostrava que:

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Art. 62.** A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1961, s.p. – grifos no original).

Os estabelecimentos de ensino superior se constituíam, em forma de autarquia ou fundação, na forma de estatutos ou regimentos, como ocorreu com Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba, com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que ficava subordinada ao Conselho Estadual de Educação.

Com a ditadura militar (1964-1985), a LDB 4.024/61, no que tange ao Ensino Superior, a LDB foi adequada às diretrizes da Constituição de 1967. Essas mudanças entram em vigor com a Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968, s.p.).

Essa Reforma Universitária já vinha sendo discutida anteriormente à ditadura militar, pois segundo Luiz Antônio Cunha, mesmo com a expansão das vagas, o mercado, dotado de prestígio, com boa remuneração e poder, buscado pelos que se formavam nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, não conseguia absorver todos os diplomados (CUNHA, 1988). Esta Reforma proporcionou modificações que se colocam presentes atualmente na organização das instituições educacionais brasileiras. Trouxe grandes avanços, mas também grandes consequências, pois diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e aos programas das disciplinas. De outro lado permitiu uma maior ampliação do acesso ao Ensino Superior, bem como o desenvolvimento de programas de pós-graduação, por exemplo (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000)

De certo modo a expansão do Ensino Superior, aumentando o número de matrículas, disponibilizou um maior alcance de estudantes a esse nível de escolarização. Uma de suas reformulações para que ocorresse essa expansão era o vestibular, que deveria tornar-se “classificatório”, visando à incorporação de um maior número de estudantes.

O documento elaborado pela Equipe de Assessoria do Ensino Superior faz uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. Nessa pauta, utilizamos aqui um trecho do livro *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*, onde Teixeira (1989) ele escreve que:

Nas escolas de grande prestígio social, o vestibular é uma prova difícil e altamente competitiva. A tendência brasileira para criar novas escolas e não ampliar as existentes talvez tenha em parte aí a sua explicação. Só assim o exame vestibular terá poucos candidatos, com o que muitos, que dificilmente ou jamais entrariam nessas escolas de alto prestígio, matriculam-se em outras escolas onde farão os mesmos cursos, cujos graus e títulos tem, por lei, exatamente o mesmo valor. Apesar das dificuldades do vestibular, o aluno nele aprovado e que logrou matricular-se não vai compor um grupo homogêneo e altamente selecionado. As dificuldades de matrícula se distribuem por vários níveis, conforme a carreira ou o curso pretendido, a escola escolhida, os professores que elaboraram a matéria do exame e os apuradores e julgadores dos resultados (TEIXEIRA, 1989, p. 129).

Para Teixeira (1989, p. 139), a Reforma Universitária:

[...] era apenas uma reestruturação da maquinaria organizacional e administrativa da universidade, [...] tudo parece continuará no mesmo, tendo havido apenas uma redistribuição maciça das matérias de ensino e dos professores. Para que? Para cada um ir e fazer o mesmo que fazia em outro lugar da universidade?

A reforma também se pautava na questão das privatizações institucionais, o ensino privado de perfil empresarial e direito de todos os cidadãos, o que o torna objeto do estado, com isso, o estado tem por obrigação a regulação e a supervisão do sistema, tornando esse mesmo sistema um processo democrático.

Todas as modificações realizadas pela reforma universitária foram radicais e impuseram alterações profundas na dinâmica educacional. Não nos ateremos aos dias atuais, mas hoje quando analisamos este evento, vemos a clara necessidade de refletir que, fizeram do ensino superior uma atividade especialmente difícil e muitas vezes inalcançável, não a correlacionando as transformações que a sociedade impõe e nem a criação e transformação das novas tecnologias. O que nos parece olhando para trás era de que, o ensino superior estava mais comprometido em olhar para o passado, do que planejar o seu futuro.

2.3 DA CRIAÇÃO DO CEE À CRIAÇÃO DA FAFI

O Conselho Estadual de Educação (CEE), foi criado em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais especificamente da LDB nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que determina, em seu Artigo 10:

Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência, em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna (BRASIL, 1961, s.p.).

Apesar disso, o Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná, foi instituído somente 3 anos mais tarde, pela Lei Estadual nº. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, no governo de Ney Braga (PARANÁ, 1964). Essa Lei estabeleceu o Sistema Estadual do Ensino, sendo competência do CEE instituir as normas regulamentadoras do mesmo. O artigo 1º da referida Lei estabelece os fins⁴ da educação no Estado (PARANÁ, 1964).

Quanto ao CEE, em que pese o fato do valor de sua função nos Sistemas Estaduais de Ensino, se fazem notar na quase totalidade das Constituições Estaduais (CE), sobretudo em termos da centralidade assumida por sua competência normativa (CURY, 2001). De acordo com Martins (2002, p. 13), anterior à criação do CEE no Paraná, o então governador Ney Braga defendia a articulação entre “educação e desenvolvimento”, publicando, em 1962, a “Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação’ e o ‘Plano Estadual de Educação’.”

As escolhas tomadas pelo CEE assumem corporeidade por meio das proposições, pareceres e deliberações. O CEE foi instituído com três Câmaras reunindo profissionais ligados ao ensino primário, médio e superior. Segundo o Art. 71, da Lei Estadual nº. 4.078/64, [...]será constituído por 15 (quinze) membros, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notável saber e experiência, em matéria de educação.” (PARANÁ, 1964a, s.p.). Quando suas decisões são aprovadas pelo Conselho Pleno se tornam públicas, com pareceres ou indicações. Entre suas atribuições, destacamos as seguintes:

[...] o) autorizar o funcionamento de estabelecimentos isolados estaduais de ensino superior, de acordo com as normas aprovadas pelo próprio conselho; [...] q) deliberar quanto ao reconhecimento de estabelecimento de ensino superior, na hipótese prevista no parágrafo único, do artigo 28; [...] s) inspecionar os estabelecimentos isolados estaduais de ensino superior, de acordo com o disposto nesta lei e com as normas fixadas pelo próprio conselho; [...] v) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos estabelecimentos isolados estaduais de ensino superior [...]; dd) opinar quanto à aprovação dos regimentos dos estabelecimentos isolados estaduais de ensino superior; ee) conhecer os recursos interpostos de atos das congregações dos estabelecimentos isolados estaduais de ensino superior (PARANÁ, 1964a, p. 4).

⁴ “a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade estadual, da Federação, da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça; h) a humanização de todos os setores da vida social, respeitando-se a dignidade pessoal do homem, como valor fundamental da ordem econômica, social e política; i) o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habilitá-los a participar efetivamente do seu desenvolvimento social e econômico; j) a adaptação entre os tipos de ensino propiciados pelas escolas e as necessidades do desenvolvimento regional e nacional; l) a pesquisa de vocação, o desenvolvimento de aptidões e a oportunidade de orientação profissional, tendo em vista a perfeita e harmônica integração do educando na comunidade de trabalho” (PARANÁ, 1964, p. 10).

De acordo com o documento, publicado por *Critéria*⁵ a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI), foi criada pelo Decreto Estadual nº. 31.914 de 1960, (CRITÉRIA, 1965). Contudo, a data e o ano de criação que consta em documentos institucionais, como o regimento, o estatuto e ofícios, é a da publicação da Lei Municipal nº. 389 de 27 de outubro de 1965, a qual criou a

[...] Fundação Educacional do Noroeste do Paraná, entidade de fins não lucrativos, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Paranavaí, com a finalidade de administrar o Fundo Municipal de Ensino Superior, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí” (PARANAÍ, 1965a, s.p.).

O Fundo Municipal do Ensino Superior contava com recursos públicos. Não fica claro os motivos que levaram a instituição a começar o seu funcionamento somente em 1965, possivelmente estivesse atrelado à criação deste Fundo Municipal. E ainda, de acordo com (PARANAÍ, 1965b), exigia-se a inspeção nos estabelecimentos Estaduais Isolados de Ensino Superior (PARANAÍ, 1966).

Como parte do processo de acompanhamento das instituições pelo CEE, a Instituição encaminhou Relatórios para o CEE. Encontramos o resultado da análise desses documentos publicado na revista *Critéria* de n. 13 (CRITÉRIA, 1971), por meio do Parecer 025/71. Nele foram analisados os Processos nº. 454/69 e nº. 455/69 (CRITÉRIA, 1970), apreciando os relatórios anuais da FAFI relativos aos anos de 1966 e 1967:

O Conselho Estadual de Educação do estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o art.74, letra v, da lei 4.978 de 5 de dezembro de 1964, emite o presente parecer nos termos de n. 11/71 da Câmara de Ensino Superior, que a este incorpora: A direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, submete à apreciação deste conselho os relatórios de suas atividades anuais de 1966 e 1967. Encaminhados com bastante atraso pela Faculdade interessada, foram analisados pela Assessoria da Câmara de Ensino Superior em dezembro de 1969. Entretanto, permaneceram naquela câmara aguardando que fossem elaboradas as normas para o encaminhamento dos relatórios, estão agora em condição de receber parecer. [...] (CRITÉRIA, 1970, p. 115).

Nota-se que o Parecer 025/71, faz referência aos relatórios. Esses foram enviados “com bastante atrazo[sic] pela Faculdade interessada”, segundo o periódico *Critéria* (1971, p. 115). Esse fato pode ter contribuído para que a primeira turma, ingressante em 1966, colasse grau somente no ano de 1972. Não ficou claro nos documentos o motivo do alegado atraso no

⁵ “*Critéria*” é o órgão oficial do Conselho Estadual de Educação do Paraná, cujas decisões e pronunciamentos devem ter a difusão, penetração e repercussão cabíveis a educação (documentos encontrados para doação na Unespar – *campus* Paranavaí).

envio dos relatórios, contudo, o próprio Parecer supracitado esclarece que os relatórios que foram enviados pela instituição em dezembro de 1969, permaneceram na Câmara de Ensino Superior “aguardando que fossem elaboradas normas para o encaminhamento dos relatórios” (CRITÉRIA, 1971, p.115). Segundo o Parecer 025/71:

Examinados os processos naquela data, de acordo com o art. 74, alínea Y, da lei 4.978. de 5 de dezembro de 1964, observa-se o que segue: 1º- que a Faculdade em pauta é “mantida” pela “Fundenorpa” - Fundação Educacional do Norte do Paraná. Com o advento da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e o decreto lei 464, de 11 de fevereiro de 1969, faz-se necessária a reformulação do decreto municipal que deu origem a Faculdade, em consonância, aliás, com o Parecer 36/69, de 7 de maio de 1969 do Conselho Estadual e Educação, que desaconselha, uma “interposta pessoa entre o poder instituidor e o respectivo estabelecimento, a título de entidade mantenedora” [...] (CRITÉRIA, 1970, p. 115).

Aqui, vemos que um dos pontos destacados pelo CEE é a modificação da Lei Municipal nº. 389/1965, a qual instituiu o Fundo Municipal de Ensino Superior, destinado a manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (PARANAVAÍ, 1965). A forma como o Fundo citado era gerido pela Fundação Educacional do Noroeste do Paraná – Fundenorpa, foi desaconselhado pelo CEE, pois não poderia existir uma “interposta pessoa entre o poder instituidor e o respectivo estabelecimento, com o título de entidade mantenedora” (PARANAVAÍ, 1971, p. 1). Essa Lei Municipal foi alterada em 23 de junho de 1971, quando a prefeitura publicou a Lei Municipal nº. 555, definindo as origens dos recursos para os Fundos da referida Fundação.

Embora houvesse um ‘descompasso’ que foi apontado pelo Parecer do CEE acima citado (PARANAVAÍ, 1971), a FAFI com seus quatro cursos estava autorizada a funcionar desde 1966, pelo Parecer nº. 01/66 (PARANÁ, 1966), com regimento, currículo e corpo docente aprovados. O Parecer 025/71, levantava, ainda, outra questão referente ao funcionamento institucional e aos procedimentos internos para alterações curriculares:

[...] 2º- Constam dos relatórios as atas das reuniões dos diversos departamentos. As mesmas revelam a preocupação de seus membros em reformular continuamente os respectivos currículos. Ora, alterações curriculares são dispositivos regimentais, devendo merecer aprovação da congregação que por sua vez, através do órgão competente procedera seu encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação, que opinará previamente quanto a sua aceitação, ficando a aprovação definitiva na esfera de competência do conselho federal de educação (CRITÉRIA, 1971, p. 115).

Assim, todas as alterações curriculares deveriam instruir processos específicos e só poderiam entrar em vigor no estabelecimento, depois de aprovadas pela Congregação e

analisadas pelo CEE, diferente de como estavam sendo praticadas e anunciadas no relatório objeto de análise pelo referido Conselho.

No mesmo Parecer n.º. 025/71, são apontados alguns problemas relacionados aos dias letivos e a contratação de professores, bem como em relação a organização da documentação a ser enviada ao Conselho.

[...] 3º- É oportuno observar também que as páginas dos relatórios devem ser enumeradas e rubricadas pelo diretor do estabelecimento. 4º- O relatório do Conselho de Curadores da Faculdade, referente às suas atividades no ano letivo de 1967, registra a contratação de um auxiliar administrativo e de vinte e sete professores na forma do art. 31, do Estatuto da Fundação Educacional do Norte do Paraná. 5º- A faculdade funcionou em 1966 com 178²⁶ dias letivos, portanto não preenchendo o mínimo estipulado no Art. 72, da Lei n.º. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (CRITÉRIA, 1971, p. 116).

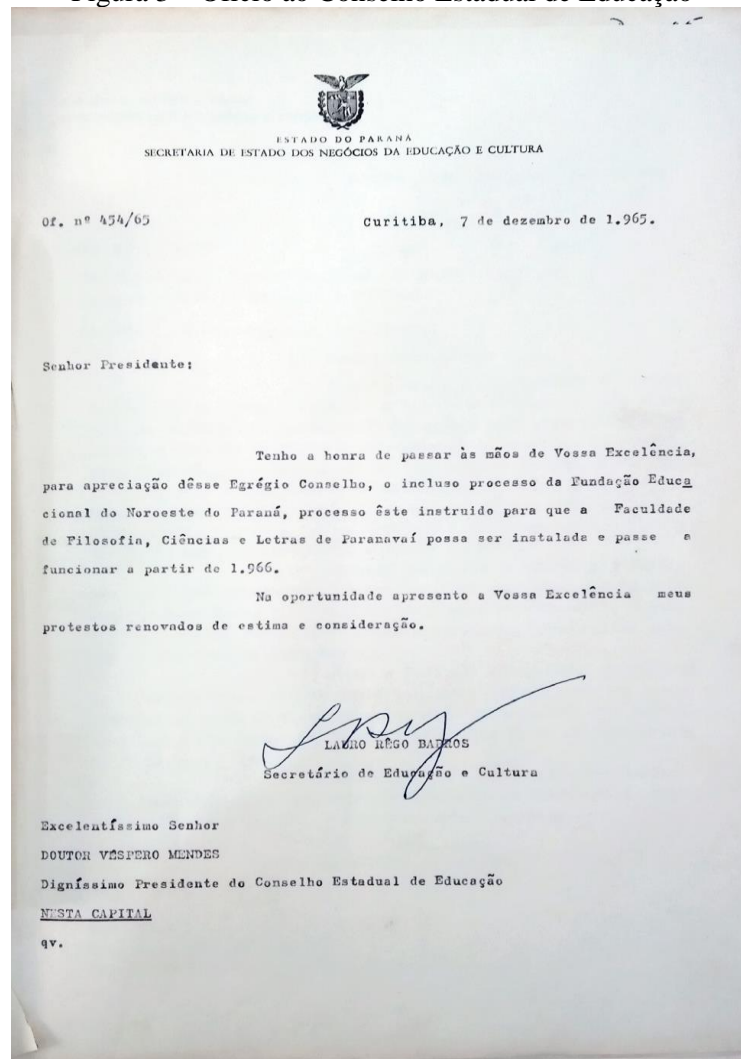
Sobre as irregularidades na oferta de disciplinas, contratações e formação dos professores, o Parecer n.º. 25/71 afirmava:

6º- É de estranhar ainda, que tenha sido lecionada a disciplina língua francesa por Gonzalo Casado Valbuena, a qual não consta do currículo aprovado. Também Atilio Andriolli, aceito por este colegiado para linguística, lecionou língua latina, Graça Elizabeth Fonseca Marchesini aceita para didática e prática de ensino e lecionou sociologia e João Borba de Camargo aceitou para geografia do Brasil e geografia regional, lecionando geografia física, além das substituições que não foram realizadas durante o primeiro ano de funcionamento: Jose Deleto Lobo para física, Hamilton Pereira Bueno para Geografia Física, Lucinda Angelina Beux Michielon para história da educação, Chefe do departamento de coordenação pedagógica Ângelo Sebastião Andrade para língua portuguesa, Chefe do departamento de letras Devanyr Roque Eugenio para química, e Maria Teresa Luivicki para biologia (CRITÉRIA, 1971, p, 116).

Destaca-se a criteriosidade do Conselho Estadual de Educação referente a documentação, a formação dos professores e quais disciplinas ministravam. Essas questões também chamam a atenção, pois desde o ano de 1965 já estava em andamento o processo para a criação e funcionamento da FAFI, como podemos observar em ofício enviado:

⁶ O Artigo 72, da Lei n.º 4,024 de 20 de dezembro de 1961, foi revogado pelo Decreto Lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969: Art. 72. Será observado, em cada estabelecimento de ensino superior, na forma dos estatutos e regulamentos respectivos o calendário escolar, aprovado pela congregação, de modo que o período letivo tenha a duração mínima de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames (BRASIL, 1961).

Figura 3 – Ofício ao Conselho Estadual de Educação



Fonte: Arquivo Unespar (1965).⁷

Ainda podemos colocar em pauta os períodos de mudanças das legislações, interferindo assim nas práticas institucionais e na avaliação da Câmara de Ensino Superior e Conselho Pleno do CEE. É evidente que as recomendações propostas sempre eram em prol da adequação do estabelecimento às normas, entretanto, a organização da legislação deveria ter tido uma pauta organizada e estratégica para esse ponto no âmbito interno da FAFI. No tópico a seguir, mostraremos mais modificações educacionais e como elas interferiram nas questões da época.

⁷ Esse ofício foi encontrado na sala da Reitoria da Unespar, pela pesquisadora, se refere a confirmação do pedido da instalação e funcionamento da Faculdade em Paranavaí.

2.4 O ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1960

Na década de 1960 o Estado já tinha uma grande ocupação de terras, iniciando transformações em toda região paranaense, principalmente Norte e Noroeste do Paraná onde se iniciava construções de escolas rurais, ferrovias, estradas, empresas que na época eram familiares. Pode se afirmar que:

Historicamente, as Instituições de Ensino Superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade como um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior estadual (SCHMIDT, 1999, p. 97).

Para compreendermos o que acontecia no Paraná na década de 1960, em termos de cursos superiores para a formação de professores, devemos compreender como estava também a educação primária naquela época que face ao crescimento da população revelam um considerável progresso. Nesta década, “existiam 5.987 escolas, das quais 3.579 eram estaduais; em 1964 os números das escolas passaram a 12.570, das quais 5.949 estaduais, com um acréscimo no período de 2.370” (BRAGA, 1965)

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da abertura da 3ª Sessão Ordinária presidida pelo Governador Ney Aminthas de Barros Braga, dizia que muitas escolas primárias estavam localizadas na zona rural e que os municípios lutavam com dificuldades financeiras para a ampliação dessas escolas na zona urbana devido ao aumento de matrículas. Uma situação alavancava a outra e esse contexto exigia mais professores para atender essa demanda, conforme consta no documento:

A elevação do nível de preparo do professorado é fundamental nesta etapa da reforma do ensino paranaense. Em 1964 foram realizados cursos para professores leigos, com uma frequência de 1.426 professores de aproximadamente 50 municípios; promoveram-se semanas educacionais em 6 Inspetorias Regionais, compreendendo cerca de 30 municípios, com a participação de 2.746 professores, tanto normalistas como inabilitados; desenvolveu-se, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura, o programa de supervisão de professores das Escolas isoladas e mais um curso intensivo de formação, com a participação de 45 professores, muitos dos quais já estão desempenhando sua missão em longínquas regiões do interior do Estado [...] (BRAGA, 1965, p. 87).

O professor leigo, ou “inabilitado”, era aquele que estava em sala de aula, mas não possuía todas as exigências de formação. Em conformidade com o Art. 53 da LDB nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a formação na escola normal se dava da seguinte forma:

- a) em escola normal de grau ginásial, no mínimo de quatro séries anuais, onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;
- b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial (BRASIL, 1961, s.p).

Segundo a mensagem supracitada, (PARANÁ, 1965, p. 90), no ano anterior “diplomaram-se 1.491 professores nas Escolas Normais Colegiais e 1.412 nas Escolas Normais Ginásiais”. O documento evidencia que uma grande parte dos formados era constituída de professores leigos do interior que dispunham de estabelecimentos adequados onde pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos. No âmbito do Ensino Secundário, o Paraná “possuía 115 ginásios e 26 colégios, com um acréscimo de 17 novas unidades, de 1963 para 1964. Existia também a habilitação em Ensino Comercial que contava com 54 colégios estaduais e 3 ginásios comerciais” (PARANÁ, 1965, p. 90).

Em relação ao Ensino Superior, em 1964 o estado contava com cinco Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (BRAGA, 1965). Mas, a concentração da oferta de ensino superior era na capital:

[...] as faculdades concentravam-se em Curitiba, com exceção da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras criada em Ponta Grossa, em 1949. As duas décadas seguintes (50-60) são de expansão desse tipo de instituição para o interior do estado. [...] Em 1960, existia no Paraná um total de dez estabelecimentos de Ensino Superior, dos quais sete públicos e três particulares. No período de 1960 a 1967 foram criados apenas cinco novos estabelecimentos. De 1967 a 1969 foram criados mais sete. Desta forma, em 1969, o Paraná contava com um total de vinte e dois estabelecimentos de Ensino Superior. Após a fundação das três Universidades Estaduais, foram criadas até 1979 mais dezenove estabelecimentos desse nível de ensino; contando o Paraná, em 1980, com quarenta e quatro Instituições de Ensino Superior [...] (SHEEN, 2000, p. 119-120).

Segundo os dados estatísticos do Ministério da Educação (BRASIL, 1968), algumas das faculdades existentes foram incorporadas às Universidades então criadas. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), criada em 6 de novembro de 1969 e incorporou as seguintes faculdades: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administrativas de Ponta Grossa.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), criada em 28 de janeiro de 1970, incorporou a Faculdade Estadual de Direito de Londrina, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, a Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e

Contábeis de Londrina. A Universidade Estadual de Maringá (UEM), foi criada em 6 de novembro de 1969, incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá, a Faculdade de Direito de Maringá, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá e o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Em 1968, havia grande movimento não só nas universidades, mas também nas ruas, com participação ativa do movimento estudantil, que pressionava o governo para que fossem criadas medidas para resolver os problemas educacionais mais profundos. A principal resposta a essas exigências veio por meio do Decreto nº. 62.937/68, instituindo um Grupo de Trabalho (GT), com a finalidade de propor mecanismos e medidas para superar os problemas enfrentados nessa modalidade de ensino, além de buscar (PARANÁ, 1968). “[...] a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (CORREIO DA MANHÃ, 1968, p. 33).

O Relatório ressaltava que as universidades brasileiras estavam fundamentadas nas faculdades tradicionais, não seguindo o mesmo compasso das transformações em curso no país naquele período, pois a expansão universitária ocorreu de forma quantitativa, mas sua qualidade não seguiu o mesmo compasso. E acrescenta: “podemos dizer que o sistema, como um todo, não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica” (CORREIO DA MANHÃ, 1968, p. 20), não suprimindo as necessidades do mercado de trabalho. Devido a esse contexto, o Relatório propôs algumas medidas: “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006, p. 34).

A reforma do ensino empreendida em 1968 nos marcos das Leis nº. 5.540 e nº. 5.539 (Estatuto do Magistério Superior Federal), bem como dos documentos legais que as antecederam, propiciaram condições institucionais para a efetiva criação da instituição universitária no Brasil, onde, até então, existiam somente faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que propriamente acadêmicos (CUNHA; ZANCHET, 2010, p. 178).

Segundo Padilha (2008), a política centralizadora do governo federal visava o controle por meio da legislação com o respaldo da administração local. A burocratização aumentou e os professores foram excluídos dos centros de decisão. As faculdades ficaram isoladas e a política da Universidade passou a corresponder aos objetivos do projeto educacional do regime militar.

3 A INSTITUIÇÃO FAFI EM PARANAÍ-PR

Nesta seção, abordo os aspectos da trajetória histórica da FAFI desde sua fundação, no ano de 1965 até o início 1972, com a formação dos primeiros professores. A história dessa instituição está entrelaçada ao projeto de colonização do interior do estado do Paraná e ao desenvolvimento do município de Paranavaí, bem como à história do Ensino Superior no Brasil e no Paraná. As discussões presentes nesta seção transitam por esse processo.

Ao longo do texto, entretende-se a escrita acerca da memória da instituição, as transformações na sociedade e alterações na legislação educacional nacional, fruto de reivindicações sociais. Evidencio mudanças que, ao longo de sua história, foram determinantes para impactar na trajetória e na organização didático-pedagógica da instituição.

Além de descrever a trajetória desse estabelecimento educacional, busco situar essa instituição junto à comunidade e o que ela representa para o município, no contexto sócio-histórico e educacional. A compreensão do espaço social, econômico, cultural e político em que ela foi organizada ao longo dos seus anos de existência é um fator determinante para se assimilar a sua trajetória como parte da história e da memória da comunidade paranavaense. Concordo com Le Goff (1990, p.435), para quem “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

3.1 FUNDAÇÃO DE PARANAÍ/PR

Os Jesuítas chegaram nesta região, então conhecida como Pirapó, por volta de 1610, iniciando trabalhos de catequização e fundando verdadeiras cidades indígenas que ficaram conhecidas como as 13 reduções (NOVAK; MOTA, 2013). Mas, de acordo com os autores, a luta pela posse da terra entre portugueses, espanhóis e bandeirantes paulistas levou à destruição dessas reduções, homens conhecidos como bandeirantes, como por exemplo Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, destruíram as reduções com extrema crueldade, sendo os indígenas capturados e vendidos como escravos para o trabalho nas lavouras de São Paulo.

Os jesuítas que se destacaram durante esse período foram os padres Dias Tanho, Simão Maceta e Antônio Ruiz de Montoya⁸ pois atuaram em prol dos indígenas. Foi em homenagem ao frei que a localidade recebeu o nome de Montoya.

Atualmente na bacia do rio Tibagi existem cinco terras indígenas: Apucarantina, São Jerônimo, Barão de Antonina, Mococa e Queimadas, nelas vivem em torno de 3.500 indígenas. A maior parte é da etnia Kaingang, mas também há indígenas Guarani, Xokleng e Xetá. A sobrevivência dessas populações depende do cultivo de terras com as roças familiares e coletivas, da venda do artesanato nas cidades próximas, do trabalho em fazendas da região e dos programas sociais desenvolvidos pelos governos federal e estadual (NOVAK; MOTA, 2013, p. 77).

Paranavaí localiza-se na região noroeste do estado do Paraná, entre as nascentes dos ribeirões Paranavaí e Surucuá, os quais são afluentes do Rio Ivaí, que se desenvolve entre 950m e 500m sobre o nível do Mar. O município está entre duas grandes bacias hidrográficas: a do Rio Paranapanema e do Rio Ivaí. O Rio Paranapanema que materializa a divisa entre Paranavaí e o Estado de São Paulo, destaca-se como principal rio do município.

Figura 4 – Mapa da área que pertencia a Braviaco em 1925



Fonte: Arioch (2015, s.p.).

O mapa acima mostra as divisões territoriais em 1925, mostrando as cidades vinculadas e os rios que fazem a divisa, nesta figura nos importa observar as divisas de Paranavaí. O território que hoje é Paranavaí era parte do município de Mandaguari, que era o

⁸ Sobre essa temática consultar Feiber (2013) e Novak e Mota (2016).

segundo maior município do estado, com área de 14 mil km². Possuía limite com o estado de São Paulo ao norte (rio Paranapanema), ao sul e sudoeste com Campo Mourão e antiga Foz do Iguaçu (rio Ivaí), oeste com o estado de Mato Grosso (rio Paraná), ao leste com Apucarana (rios Keller e Cambota) e ao nordeste com Arapongas (rio Pirapó).

Por volta de 1920, a região do Vale do Ivaí e do Paranapanema era coberta por matas. “A partir daí que se iniciou o povoamento e a colonização da região, que pertencia à Comarca de Tibagi, Gleba Pirapó e estava em regime de concessão à Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO” (BOGONI, 2017, p. 193). Segundo relata o autor citado, Natal Francisco e seu irmão José estiveram entre os primeiros a se interessar em vir para a região. Provenientes de Presidente Prudente, São Paulo, eram negociantes e tinham a perspectiva de possuir terras, as quais eram consideradas inabitadas, improdutivas, mas que na verdade eram o lugar de viver das populações autóctones. “Os irmãos Francisco visitaram a região em 1928 e contaram que tinham ouvido de antigos moradores que aqui já havia café desde 1902” (BOGONI, 2017, p. 28).

O autor relata que o acesso era feito por balsas nos rios e margeando-os os homens brancos adentravam pela mata. Em 1927 a atual Paranaíba foi conhecida como Fazenda Ivaí. A Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), uma subsidiária da companhia estadunidense *Brazil Railway Company*, planejou plantar cerca de dois milhões de pés de café, o que implicou na empresa trazer trabalhadores do Nordeste para esse fim, especialmente do Pernambuco, Piauí, Ceará, Alagoas, Bahia e vale do Jequitinhonha/Minas Gerais (BOGONI, 2017).

Paranaíba se tornou município em 14 de novembro de 1951, através da Lei Estadual nº. 790/1951, sancionada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PARANÁ, 1951). Mas, a instalação oficial ocorreu pouco mais de um ano depois, em 14 de dezembro de 1952, após a realização da primeira eleição de prefeito e vereadores, ocorrida em 09 de novembro de 1952 (PARANÁ, 1951).

Bogoni (2017, p. 214) explica que a composição do topônimo⁹ “Paranaíba” considerou os rios Paraná, Ivaí e Paranapanema. Isto porque o topônimo coincide com o “Paraná”, ao qual foi acrescentado “panema”, que em tupi guarani significa “rio tolo, de pouca correnteza”. Segundo o autor citado “Paraná” é apócope¹⁰ da expressão “para rei onaba” que, em guarani,

⁹ Nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público.

¹⁰ Mudança fonética que consiste na expressão de um ou vários fonemas no final de uma palavra (p.ex.: por *cinema*, *bel* por *belo*); além de se processar por linguagem linguística, em poesia pode ocorrer deliberadamente, para efeito de métrica (p.ex.: mármore por mármore) (DICIONÁRIO ONLINE. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 27 set. 2022).

significa “pariente del mar” ou “de onde se avista o mar”. A palavra é composta em guarani por “pará+nã”, que significa “riacho de frutos”. A junção do nome indígena dos três rios resultou em Paranaíba. Assim, em tupi guarani, Paranaíba significa um “rio grande como o mar, calmo e cheio de frutos” (BOGONI, 2017, p. 214).

Figura 5 – Divisão política do Paraná em 1960



Fonte: IPARDES (1960).

Na medida em que a colonização se ampliava, as escolas primárias também foram criadas em lugares mais populosos. A proliferação das escolas primárias no campo era uma política do Estado paranaense para fixação do homem no campo e a integração do mundo rural à economia do Estado, já que a agricultura era a sua principal fonte de geração de riqueza:

[...] a escola primária rural foi pensada com uma política estadual, por dois fatores: primeiro relaciona-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudesse garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 88).

O surgimento das escolas rurais do Paraná esteve diretamente relacionando ao avanço das frentes de ocupação do território, especialmente até a década de 1960. Existia uma lacuna

entre a quantidade de crianças que necessitavam de atendimento educacional e aquelas que, efetivamente, estavam na escola. Segundo dados divulgados pelo governo do estado do Paraná, no discurso do governador Moysés Lupion, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 1950: “Dos citados 23 milhões e 200 mil menores de 18 anos, pouco mais de 10 milhões e 100 mil estão na idade pré-escolar até 6 anos” (LUPION, 1950, p. 73), reconhecia-se, portanto, a grande quantidade de pequenos brasileiros que necessitavam de escola nos primeiros anos de vida, fundamental à aprendizagem.

Rudimentar e incipiente é o aparelhamento do nosso sistema educativo para esse período tão delicado, mas básico, de formação da mentalidade infantil, contamos em todo o País com 1098 unidades escolares pré-primárias, 2043 professores e 64502 matrículas. Com a crescente industrialização do País e o conseqüente afastamento do lar, das mães operárias, a multiplicação das escolas maternas e jardins de infância torna-se necessidade imperiosa, principalmente nos grandes centros urbanos (LUPION, 1950, p. 74).

Nesse contexto, criar mais instituições tanto para a primeira infância quanto para o ensino secundário era uma necessidade, uma forma de se alinhar às metas objetivadas pelo estado e de aparentar o respectivo progresso que se esperava que enxergassem nas mudanças educacionais que estava acontecendo no estado do Paraná. Mas para ocorrer, a mão de obra para educar essas crianças também deveria estar capacitada. Nessa década a cidade começou a experimentar uma ampliação no processo de urbanização, desenvolvimento e fortalecimento da classe comerciária e educacional. Nesse panorama, para atender a necessidade da população e se alinhar às metas educacionais previstas pelo estado¹¹, em 1965 se inicia o planejamento da instituição de ensino FAFI.

As escolas se configuram e organizam “[...] respeitando-se contextos culturais, econômicos e socioeducacionais específicos”, como salienta Stentzler (2018, p. 13). Dessa forma, compreender o processo histórico de formação da cidade é também entender uma cultura escolar ímpar formada no contexto de cada localidade. Ademais conforme Miguel (1997), o processo de colonização do Estado do Paraná, mantém íntima relação com a criação das escolas primárias e escolas para formação de professores. A autora explica que dois fatores principais sustentam essa interdependência, sendo o primeiro deles o aumento da população com a conseqüente demanda por escolas e, o segundo, às concepções do governo ligadas a uma educação moralizadora para a administração do Estado.

¹¹ Expansão da rede escolar, de modo a atender um mínimo de 80% da população, extensão da escolarização na zona rural, tendo em vista o ensino fundamental; extensão gradativa da escolarização na zona urbana, visando o ensino fundamental, implantação do ensino de 1º grau, pelo menos, nas capitais dos Estados e Distrito Federal (LUPION, 1950).

3.2 DO PLANEJAMENTO À CRIAÇÃO DA FAFI

Os aspectos legais relacionados à criação da FAFI são resultado de um grande trabalho iniciado anteriormente à publicação dessas normativas, tanto em âmbito do legislativo e executivo municipal, quanto no âmbito da organização da instituição, com suas normas e os currículos dos cursos, conforme apresentamos detalhadamente na introdução. Na medida em que se fortalecia junto à sociedade, também se modificava a sua estrutura jurídica.

Entre as diferentes denominações pelas quais a instituição passou (e que já foram detalhadas na introdução) destaca-se a Lei nº 0704 de 24 de janeiro de 1975, pela qual o nome da instituição deixa de estar vinculado a ‘Filosofia’ para agregar a denominação ‘Educação’, passando então a chamar-se de Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. A pesquisa revelou que a mudança de nome ocorreu quando da intenção de se criar os cursos de Ciências Contábeis e de Administração, e que foi pleiteada pelo ofício nº 146/74, (PARANAVAÍ, 1975).

Através do parecer exarado no Processo nº 346/74 da Camara de Ensino Superior, foi emitido parecer técnico favorável a implantação dos cursos de Ciências Contábeis e de Administração, condicionado, no entanto, que os cursos pleiteados no Processo supracitado, bem como os Cursos Superiores já existentes no município tivessem funcionamento em uma Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí [...] (PARANAVAÍ, 1975, p. 1).

Em 12/12/1990, por meio da Lei nº. 9.466, assinada pelo então governador Álvaro Dias, a instituição foi estadualizada denominando-se Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA)¹². Em 16/07/1991, com a Lei nº. 9.663, foi transformada em Autarquia Estadual¹³ com o nome de Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e, transformada em campus da Universidade Estadual do Paraná, pela Lei Estadual nº. 17.590, de 12 de junho de 2013 (PARANÁ, 1990, 1991, 2013).

O contexto de ampliação do ensino superior brasileiro e investimentos privados trouxeram novas expectativas para a educação também na cidade de Paranavaí. A ideia de criação de uma instituição de Ensino Superior na cidade ganhava força junto a um grupo de professores do Colégio Estadual de Paranavaí. Eram pessoas que percebiam o potencial de

¹² Embora a instituição tenha sofrido mudanças no nome, nesta pesquisa trabalharemos com Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), denominação que corresponde ao período estudado.

¹³ Segundo a Lei nº. 8.485/1987, Art. 7º: I- Autarquias, entidades de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e organizadas por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receita próprios, sem capital, para o desempenho de atividades típicas da administração pública que não traduzam resultados comerciais ou industriais, funcionando sob tutela administrativa de Secretarias de Estado e com autonomia de gestão (PARANÁ, 1987).

crescimento da cidade e a necessidade de formar professores para lecionar no ginásio, escolas secundárias e nas escolas primárias existentes, além disso, esses profissionais formados no ensino superior poderiam ocupar cargos no serviço público ou na iniciativa privada.

O grupo de pessoas que protagonizou a criação da FAFI era composto por cidadãos, entre eles, médicos, dentistas, advogados, comerciantes, professores e políticos, entre outros. O projeto foi liderado pelo dentista e professor no Colégio Estadual de Paranavaí, Nelson Seiji Akiyoshi. Foi um dos idealizadores e posteriormente integrante do corpo de curadores. Foi o primeiro diretor, atuando desde o período de implantação da instituição, entre 26/10/1965 e 12/05/1966. Também atuou como professor na FAFI.

Figura 6 – Nelson Seiji Akiyoshi



Fonte: Acervo Unespar, campus Paranavaí.

Ele faleceu em 6 de julho de 2009, mas em entrevista concedida no ano de 2006 e publicada no Blog Independente de David Ariocho (ARIOCH, 2013), ele se destaca como o principal idealizador da FAFI, revelando percalços políticos para a autorização de funcionamento da instituição. Nelson Seiji Akiyoshi relata quais dificuldades foram superadas com o interesse da então Superintendente do Ensino Superior, Maria de Lourdes Zanardini de Camargo, a qual buscou conhecer o projeto detalhado para a Instituição, considerando o:

[...] levantamento socioeconômico de toda a região e declaração de autoridades públicas, inclusive do prefeito. [...] mandamos tudo para Curitiba e logo foi apreciado pelo Conselho Estadual de Educação. Era o primeiro passo para implantação da faculdade que começou municipal e se tornou estadual [...]. (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013, s.p.).

Segundo relatou, a FAFI foi criada em meio a interesses políticos e da comunidade local “[...] o prefeito criou uma comissão com representantes do Núcleo Regional de Educação, além de autoridades de classe e magistrados” (ARIOCH, 2013, s.p.). Akiyoshi lembrou que o administrador municipal buscava mostrar que estavam se mobilizando em torno dessa ideia, mas o presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual de Paranavaí, Ivo Cardoso, pediu a Nelson Akiyoshi que tomasse a frente na elaboração da proposta. “Fiquei como representante. Cada um tinha sua finalidade e aos poucos fomos afastando a comissão que criaram com intenção política” (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIUCH, 2013, s.p.), explicou ele, revelando a tensão entre os diferentes atores que tinham como objetivo a criação da FAFI.

A primeira sede da FAFI estava localizada na Avenida Rio Grande do Norte, prédio onde atualmente funciona o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Na fotografia a seguir podemos observar como era o local.

Figura 7 – Primeira Sede da FAFI



Fonte: Arioich (2013, s.p.).

O terreno, assim como benfeitorias existentes foi doado pelo município à Fundenorpa e ao Diretório Acadêmico Tristão de Ataíde (DATA) por meio da Lei Municipal nº. 440, de 19/10/1967.

Artigo 1º- Fica autorizado o Prefeito Municipal a doar a área de terras de, no máximo 2.500 metros quadrados. A serem destacadas das chácaras número 13 e 18 na terceira sessão da colônia Paranavaí, pertencentes ao patrimônio municipal, ao

Diretório Acadêmico Tristão de Ataíde. PARÁGRAFO ÚNICO - os limites e confrontações da área ser doada nos termos desse artigo serão determinadas pelo poder executivo. Artigo 2º- Fica autorizado o Prefeito Municipal a doar, após destacadas na área de que trata o artigo anterior, o remanescente das chácaras 13 e 18 da terceira sessão da colônia Paranavaí, à Fundação Educacional Noroeste do Paraná. Artigo 3º- Inclui-se nas doações acima referidas todas as benfeitorias existentes, as quais deverão ser especificados no instrumento de doação. Artigo 4º- as doações de que trata este decreto serão gravadas com as cláusulas de inalienabilidade e de, em caso de extinção das pessoas jurídicas donatários, reversão patrimônio municipal. Artigo 5º- esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados a Lei 135, de 26 de junho de 1956 e demais disposições em contrário. Edifício da Prefeitura Municipal de Paranavaí, em 19 de outubro de 1967 (PARANAVAÍ, 1967, arquivo digitalizado, s.p.).

De conformidade com a Figura 8, a Faculdade dispunha de vinte e uma (21) salas de aulas, das quais 15 medindo 48 m² cada uma, cinco (5) de 80 m² e um amplo salão para grandes solenidades. Contava ainda, com “duas salas para secretaria, uma sala para diretoria, uma para professores, uma para cantina, três salas para a biblioteca, um amplo laboratório, vinte e um sanitários, uma sala para arquivo e um salão nobre para a sede da entidade acadêmica, a instituição ainda contava com uma ampla área para esportes” (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1970, p. 157).

A biblioteca estava situada no pavilhão térreo do edifício central e ocupava três salas, ela possuía 2.824 títulos, assim distribuídos: setecentos e dez (710) títulos para o curso de Letras; novecentos e dez (910) títulos para o curso de Pedagogia; quinhentos e dois (502) títulos para o curso de Geografia; quinhentos e vinte e dois (522) títulos para o curso de Ciências e cento e setenta (170) títulos de revistas e dicionários, além disso nas proximidades da instituição na Biblioteca pública Julia Wanderley, instalada pela prefeitura em 1959, havia um acervo de 4370 livros (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1970)

Os recursos financeiros da Fundenorpa, que mantinha a instituição, eram provenientes de: dotação orçamentária do município de Paranavaí, auxílios e contribuições constantes dos orçamentos da União, do estado do Paraná e dos municípios, taxas de anuidades escolares e receitas de outras origens. Segundo o Estatuto da Instituição de 1966 a 1970, ela contava com um patrimônio imobiliário de 409.694,22 cruzeiros, que era a moeda da época (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1970)

Figura 8 – Fundos da primeira sede da FAFI



Fonte: Ariocho (2013, s.p.).

A Faculdade passou por problemas financeiros nos primeiros anos, segundo Akiyoshi (2006 *apud* ARIOCH, 2013, s.p.) “houve várias promessas de repasse de recursos do Governo do Paraná, mas nada foi concretizado. O único apoio recebido foi do poder público municipal”.

Entre os documentos que localizamos no arquivo da Unespar, campus de Paranavaí, sobre a criação da FAFI, está o livro de Atas de Conselho de Curadores, cuja primeira reunião foi realizada em 16 de fevereiro de 1966. As atas¹⁴ mostram o trabalho realizado pelo Conselho dos Curadores, deliberando sobre questões financeiras, documentais e o funcionamento da instituição. O documento a seguir (Figura 9), remete a esse acontecimento.

Na primeira reunião promoveu-se a eleição e posse do primeiro presidente do Conselho de Curadores para um mandato de dois anos, o Senhor Reston Tapexure. A partir de então definiu-se que se reuniriam ordinariamente no “primeiro dia útil de cada mês no recinto da Faculdade”. Mas, a primeira reunião aconteceu imediatamente, “no mesmo local e mesma hora do dia 17 do corrente, para a escolha do diretor da faculdade e apreciação de assuntos de interesse da mesma”, conforme registrou Plínio Genta (1966a, p. 2). Nessa ocasião se dava início, oficialmente, aos trabalhos relacionados à FAFI, após a autorização para o seu funcionamento pelo CEE. O Conselho de Curadores era composto por Reston Tapexure, Nilo

¹⁴ O livro ata para esse fim foi aberto no ano de 1966. Conta com 50 páginas, devidamente enumeradas. Foi utilizado no período de 1966 a 1976 e na página de número 2 se encontra a descrição da primeira reunião, realizada no dia 16/02/1966.

Kawai e Plínio Genta (advogados), Antonio Landi Filho e Almir I. (dentistas) e Clemenceau de Souza (médico), todos “brasileiros, casados, com residência e domicílio nesta cidade de Paranavaí” (GENTA, 1966a, p. 2).

Figura 9 – Primeira Ata do Conselho de Curadores da FAFI (1966)

2

Aos 16 dias do mês de fevereiro de 1966, às 20 horas, os srs. Roston A. Tapscott, advogado; Nilo Kawai, advogado; Antonio Landi Filho, dentista; Clemenceau de Souza, médico; Almir I. Salach, dentista e Plínio Genta, advogado, todos brasileiros, casados, com residência e domicílio - nesta cidade de Paranavaí tendo sido, pela Resolução n.º 1/66, da "Fundação Educacional do noroeste do Paraná", nomeados membros efetivos do "Conselho de Curadores" da "Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí", no recinto da mesma Faculdade, promoveram a primeira reunião do Conselho a fim de elegerem seu presidente consoante às disposições estatutárias. Precedida a eleição, com a verificação das condições legais, foi eleito presidente do Conselho de Curadores, com mandato por dois anos, e por unanimidade, o Sr. Roston A. Tapscott, já qualificado, que, em seguida, tomou posse do cargo. Também, por unanimidade, ficou assentado que o Conselho, ordinariamente, se reunirá às 20 horas do primeiro dia útil de cada mês, no recinto da Faculdade. Em seguida, pelo presidente eleito, foram os Conselheiros convocados, para se reunirem, extraordinariamente, no mesmo local e mesma hora do dia 17 do corrente para a sessão da do Diretor da Faculdade, e

Fonte: Genta (1966a, p. 2)

Esse Conselho de Curadores era formado por munícipes da cidade de Paranavaí, nomeados pelo Prefeito. A escolha dos integrantes partiu das exigências do Conselho Estadual de Educação (CEE) (PARANÁ, 1965), e consta na Resolução nº. 1/66 (PARANÁ, 1966), assim como no Art. 98 do Regimento da FAFI, estabelecendo como seria formado um Conselho de Curadores e quais as suas atribuições.

Art.98 - O Conselho de Curadores, órgão destinado a exercer a fiscalização econômico-financeira da Faculdade, é constituído por três representantes da própria instituição dois representantes da comunidade, escolhidos nomeados pelo Prefeito municipal de Paranavaí [...] (PARANAVAÍ, 1966, p. 25-26).

É possível verificar que o referido Conselho tinha diferentes competências relacionadas ao financeiro da instituição, ou seja, ela precisava se sustentar economicamente, como podemos observar no artigo abaixo.

Art. 99- a) Conselho de Curadores compete: examinar a qualquer tempo contabilidade e a respectiva documentação; b) fiscalizar a execução do orçamento; c) exarar parecer sobre prestações de contas do diretor; d) apreciar quaisquer outros assuntos que importem na fiscalização econômico-financeiro da Faculdade (PARANAVAÍ, 1966, p. 25-26).

Das atividades do Conselho de Curadores dependia o futuro da instituição como foi, por exemplo, a escolha do primeiro Diretor e do Secretário para a FAFI. Isso ocorreu ainda no dia 17/02/1966, às 20 horas, quando se reuniram extraordinariamente todos os seus membros, conforme ficou registrado na segunda Ata. O presidente do Conselho, Sr. Reston Tapexure esclareceu que:

[...] tendo sido criada recentemente a Faculdade, e sendo esse seu primeiro ano de atividade, aquela escolha não poderia atender todas as exigências estatutárias visto que a formação do conselho departamental órgão competente para elaboração da lista tríplice pressupõe a existência anterior de um diretor. Assim, levando em consideração tal circunstância, foi proposta e aprovada por unanimidade a nomeação de um diretor e um secretário em caráter intensivo, tendo a escolha recaída na pessoa de Dr. Nelson Seiji Akiyoshi, brasileiro, casado, dentista para diretor; e Dr. Aldo Silva Júnior, brasileiro, casado, advogado para secretário. Fica observado contudo que, a posse de ambos ficaria dependente de um e outro se desligarem dos cargos que ocupam na Fundação Educacional do Noroeste do Paraná [...] (GENTA, 1966b, p. 2).

O mandato do primeiro Diretor da FAFI, Dr. Nelson Seiji Akiyoshi, foi entre 27/10/1965 e 12/06/1966. Essa informação está junto à identificação de sua foto, localizada na galeria dos diretores da FAFI, no setor administrativo do campus da Unespar de Paranavaí. Essa data é anterior à votação já mencionada. Contudo, ele era integrante da Fundenorpa.

A eleição descrita na segunda Ata, foi realizada para fins burocráticos, formalizando os encaminhamentos institucionais, de acordo com a Resolução 1/66 (PARANAVAÍ, 1966). O Dr. Nelson também foi professor da FAFI. Mesmo sem formação em licenciatura, ocupou a cadeira de Biologia, no Curso de Ciências, até meados de 1972. Segundo Akiyoshi (2006 *apud* ARIOCH, 2013, s.p.):

[...] comecei a lecionar porque gostava de trabalhar com adolescentes e jovens adultos. Me sentia realizado em uma sala de aula e envaidecido por mostrar o conhecimento que tinha para dividir com os alunos. Eu desconhecia minha vocação como professor. Foi por uma casualidade que a descobri. Muitas vezes, passamos a vida sem saber que temos certos talentos.

O Senhor Nelson Seiji Akiyoshi foi o maior batalhador e construtor da história desta instituição. É lembrado com carinho e consideração por estudantes que passaram por ali. Segundo Roberto Valmor Volda, comerciante e ex-estudante da turma de geografia da FAFI de 1970 “Eu digo que o Nelson Akiyoshi foi o maior batalhador da história da FAFI. Ninguém lutou tanto. Ele fez tudo acontecer com o trabalho de uma boa equipe formada por professores e alunos” ele cita dificuldades enfrentadas por alunos naquela época:

[...] a maior parte dos alunos evitava ao máximo faltar às aulas, mesmo que isso significasse chegar sujo à sala de aula. Muita gente ia de kombi fretada para a faculdade. Não tinha asfalto e quando atolava tinha que descer e ajudar. Era lama para todo lado e isso acontecia com frequência, muitos colegas de Porto Rico, Querência do Norte, Diamante do Norte, Itaguajé, Paranacity e outras cidades (VOIDA, 2006 *apud* ARIOCH, 2013a, s.p.).

Em entrevista para David Ariocho, Nelson Seiji Akiyoshi conta que seu afastamento da FAFI se deu devido a questões políticas e financeiras da instituição:

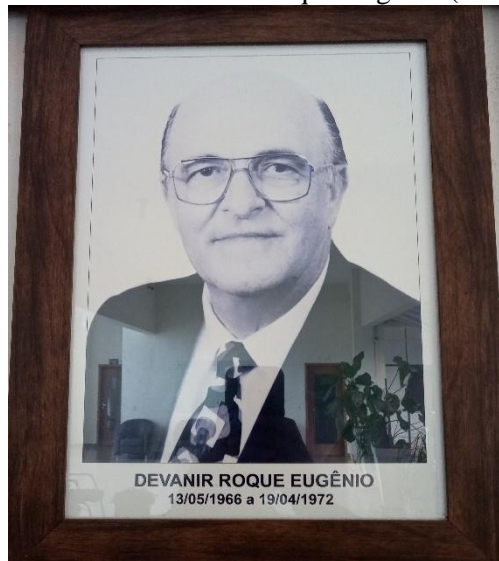
Começamos a trabalhar com quatro turmas, uma de cada curso. Havia muito idealismo. Isso foi se acabando e me afastei porque a FAFI virou um trampolim político. Sempre fui o que sou, dentista, então voltei para minha profissão. Tinha largado tudo para me dedicar à Faculdade (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013, s.p.).

Os registros feitos na ata da reunião do Conselho de Curadores realizada em 17/04/1966 nos ajudam a esclarecer a dinâmica inicial do funcionamento da instituição. Nesta eleição, com três candidatos, o Sr. Nelson Seiji Akiyoshi não foi reeleito. A Congregação indicou “[...] os professores Nelson Akiyoshi, Hamilton Vilela Magalhães e Devanir Roque Eugênio, para que esse Conselho, dentre eles, nomeie o nosso diretor da Faculdade” (GENTA, 1966b, p. 6). Após discussão os membros do Conselho Curador “[...] declaram-se

aptos a votar. A indicação foi, pelo senhor presidente, submetida a voto, tendo sido eleito por quatro votos o professor Devanir Roque Eugênio. Declarou o senhor presidente nomeado diretor da Faculdade o professor Devanir Roque Eugênio” (GENTA, 1966b, p. 6).

O diretor eleito, Devanir Roque Eugenio, fazia parte do professorado da instituição. Assumiu em 13/02/1966 e seu mandato se estendeu até 13/04/1972, ano em que a primeira turma de formandos colou grau. Sua fotografia também se encontra na ala dos diretores, na parte administrativa do *campus* de Paranaíba.

Figura 10 – Diretor Devanir Roque Eugenio (1966-1972)



Fonte: Acervo Unespar, campus Paranaíba.

A instituição foi bastante procurada, como mostram registros sobre vestibulares realizados neste período e que vamos apresentar a seguir. Trabalhamos com as questões da entrada desses estudantes e sua inserção nos cursos de licenciatura da instituição de ensino.

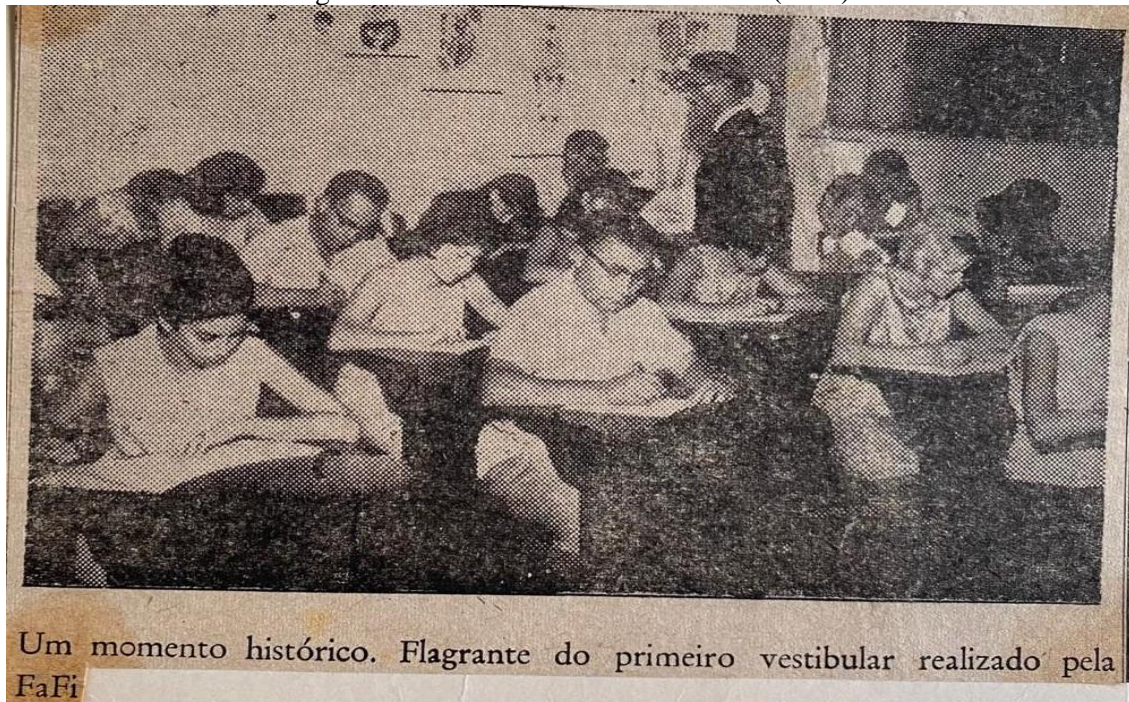
3.3 OS VESTIBULARES NA FAFI

Os primeiros vestibulares da FAFI eram considerados exigentes, não conseguindo aprovações suficientes para ocupar o número de vagas ofertadas, mas isso não acontecia por desinteresse dos estudantes. Nos anos 1960 e início de 1970, muitos alunos eram chefes de família com graves problemas financeiros. Segundo Akiyoshi (2006 *apud* ARIOCH, 2013, s.p.) “Eles recorriam a nós pedindo ajuda. E o mais incrível é que sempre davam um jeito de

participar dos movimentos estudantis em prol da instituição. Havia uma seriedade surpreendente, rara hoje em dia”.

A imagem a seguir é do primeiro vestibular da FAFI, no ano de 1966 e foi publicada no jornal Diário do Noroeste. É possível imaginar o orgulho que se revestiam as pessoas que eram aprovadas nos vestibulares para os cursos de graduação. Segundo Genta (1966a), registrou no primeiro livro de Atas do Conselho de Curadores, o vestibular foi realizado na segunda quinzena do mês de fevereiro de 1966. A pessoa que guarda a fotografia em seu acervo particular, Maria Aparecida Garcia, lembra de algumas pessoas que aparecem na imagem. Segundo ela, o fiscal era o professor Attilio João Andriolli, o qual está em pé. Uma jovem com cabelos loiros, fazendo a prova era Elza Caselli.

Figura 11 – Primeiro vestibular da FAFI (1966)



Fonte: Acervo particular de Maria Aparecida Garcia.

Segundo o Regimento da FAFI, o concurso vestibular era composto apenas de provas escritas, não ultrapassando em complexidade o nível exigido, seriam provas não realizadas apenas para aferir conhecimento, mas para avaliar o grau de integração desses conhecimentos para nortear futuras aquisições, as provas eram idênticas em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins e unificadas em sua execução (PARANAVAÍ, 1966).

O vestibular de 1966, foi para os seguintes cursos: Letras Português com francês (40 vagas), Português com Inglês (40 vagas); Geografia (40 vagas); Ciências (40 vagas) e Pedagogia (120 vagas), sendo 40 para cada uma das três habilitações em funcionamento.

orientação escolar, administração e supervisão (PARANAVALÍ, 1966). Logo após o vestibular, no dia 7 de março de 1966, como consta no primeiro Livro Ata do Conselho de Curadores, realizou-se uma reunião em cuja pauta estava um requerimento para segunda chamada para o concurso vestibular, pois existiam vagas não preenchidas, conforme registrou o secretário:

[...] nos debates havidos se reconheceu que, em princípio, o pedido deveria ser concedido. Todavia se reconheceu também que, se concedida a segunda chamada, ela seria extemporânea, pois, determina o art. 5 do Regimento interno que os vestibulares se realizam na segunda quinzena do mês de fevereiro. Outrossim, como os vestibulares devem ser precedidos de publicidade, com editais vários na imprensa local e nos diários oficiais, e como, no decurso dos mesmos, haveria os prazos para as inscrições, para só então se realizarem, tudo implicaria no retardamento do ano letivo, cuja aula inaugural já estava designada para dia 15 (quinze) do corrente, com irremediáveis e irreparáveis prejuízos para os alunos já aprovados. Por outro lado, foi observado que a fixação do número de vagas e a regulamentação dos exames vestibulares não obedeceram a forma regimental (Art. 101, letra E e O), não se devendo, portanto, argumentar com as vagas não preenchidas. Por esses fundamentos e por não haver preceito que determine a sua concessão, o conselho, por unanimidade de voto, prevê por bem não conceder a segunda chamada para vestibulares (GENTA, 1966a, p. 3).

A Ata documenta encaminhamentos institucionais não favoráveis ao pedido para que se fizesse uma segunda chamada para o vestibular, o entendimento foi de que não estaria em conformidade com o Regimento da Instituição. O vestibular era um dos grandes momentos e dava visibilidade para a FAFI. Com base nas atas e nas reportagens publicadas no jornal, estabelecemos relação entre as representações sociais¹⁵ e as notícias da época, ou seja, as decisões tomadas, e a relação entre sociedade e instituição. A ata revela outro tema de grande interesse para a comunidade, que era a taxa de inscrição de matrícula e o pagamento de anuidade.

Ainda por unanimidade, fica assentado que seria de 20.000 (vinte mil cruzeiros) a taxa de inscrição e mais uma taxa de 15.000 (quinze mil cruzeiros). Finalmente, foi apreciada a matéria pertinente a gratuidade do ensino para os que não pudessem atender do pagamento de taxas e outros ônus (GENTA, 1966a, p. 4).

Os alunos que não tinham como pagar as taxas deveriam ir até a Faculdade e se reportar ao Diretor. É importante notar que havia a possibilidade de alunos discutirem sobre as mensalidades, o que oportunizava a mais pessoas o acesso aos cursos superiores. A

¹⁵ As representações sociais podem ser entendidas com base em Moscovici (2007, p. 8), para quem: “[...] elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.”

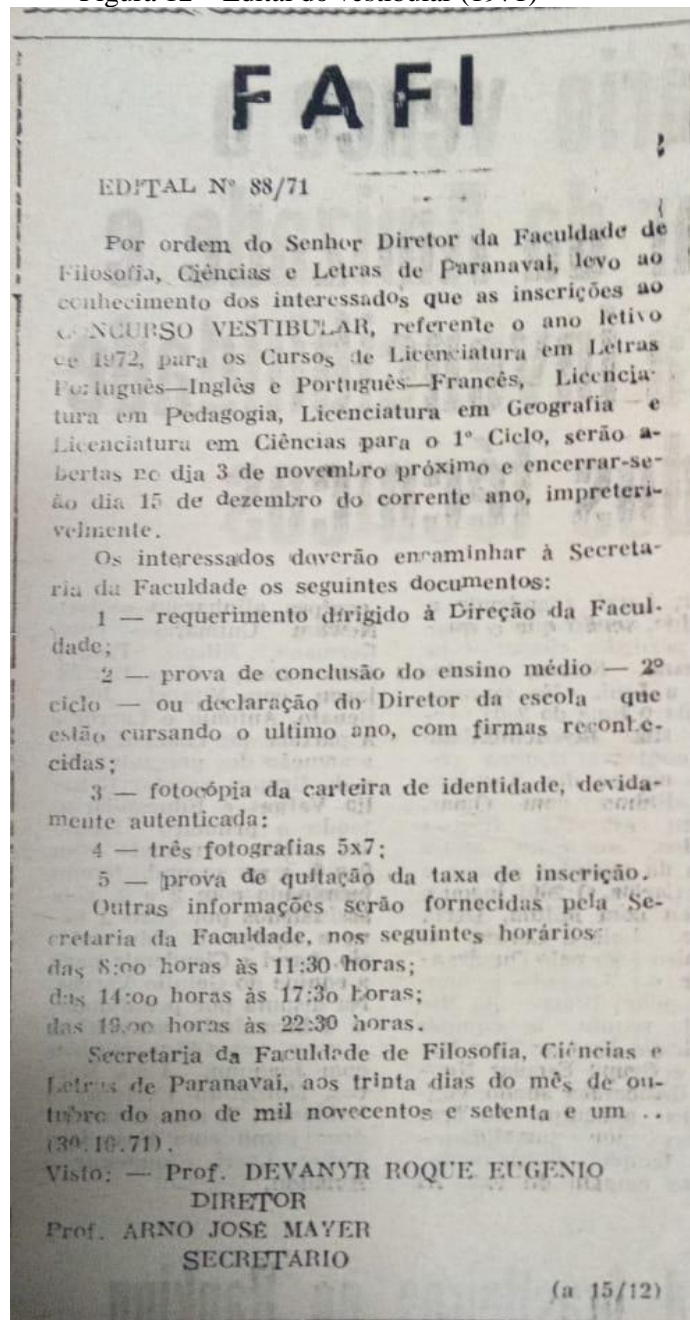
gratuidade do ensino superior público é fato relativamente recente na história brasileira e segundo Bosi (1986, p. 65):

[...]a rigor, antes de 30, só os quatro primeiros anos de educação formal eram contemplados com a previsão da escola pública generalizada”. Quanto à Constituição de 1946 “limitando a gratuidade das escolas secundárias e superiores públicas tão somente aos alunos que de fato provassem mínguas de recursos [...] abria caminho para uma figura híbrida, o ensino público pago”.

Segundo Cunha (1996), eram cobradas diversas taxas dos estudantes, pelas “cadeiras” cursadas (o que equivaleria hoje às disciplinas), inscrições, cobranças de exames e de emissão de diplomas. Somente em 1947 ocorreu a gratuidade do ensino oficial em todos os graus de ensino, sendo o Estado de São Paulo, o pioneiro. Nos estabelecimentos federais e nos demais estados, o ensino mantinha as cobranças. De forma gradual, as taxas ficaram cada vez menores, levando ao que hoje conhecemos como o ensino superior público e gratuito mantido pelo Estado (CUNHA, 1996).

As chamadas de alunos aprovados eram feitas pelo Jornal Diário do Noroeste e comunicado nas rádios de Paranavaí e região. A fotografia abaixo é do Edital 88/71, assinado pelo então Diretor Professor Devanir Roque Eugênio e pelo Secretário da FAFI, Professor Arno José Mayer. A Figura 12, mostra a documentação exigida para o vestibular da FAFI.

Figura 12 – Edital do vestibular (1971)



Fonte: Diário do Noroeste (02/11/1971, p. 2).

Os aprovados no vestibular do ano de 1971, iniciaram os estudos no ano de 1972. A documentação exigida era um requerimento endereçado ao diretor solicitando inscrição, prova de conclusão do 2º grau (nota-se que essa era a denominação adotada para o Ensino Médio após 1971), fotocópia da carteira de identidade, 3 (três) fotos 5x7, e prova da quitação da taxa de inscrição, as aprovações do vestibular seriam pelo sistema classificatório. Quem não entendesse as informações publicadas no Jornal ou na rádio, deveria buscar esclarecimentos na secretaria da Faculdade.

3.4 O RECONHECIMENTO DA FAFI E O CRESCIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Nos primeiros meses de 1972 ocorreu a colação de grau da ‘primeira turma de professores’ formados pela FAFI após o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, conforme a notícia publicada pelo periódico Diário do Noroeste.

Figura 13 – Colação de grau dos licenciandos da FAFI

Colação de grau dos Licenciandos da FAFI hoje



DEVANYR ROQUE EUGENIO

As 20,00 horas de hoje no Cine Ouro Branco acontecerá a colação de grau da primeira turma de Professores formados pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí, depois do seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação. As 17,00 horas será celebrada Missa em Ação de Graças na Catedral de São Sebastião, pelo Bispo D. Benjamin de Sousa Gomes. O deputado federal Flávio Giovine será o paraninfo e o diretor da FAFI, Devanyr Roque Eugênio, será o patrono.

Os Professorandos de 1971 são em número de 89 distribuídos nas seguintes modalidades:

TURMA: PROFA. NEUSA P. BRAGA

CURSO — “GEOGRAFIA” — Abel Oninalha, Alice Sugae Shikasho, Antonio Momesso, Aparecida Fecchio Martins, Augustinho Mendes Martinelli, Cle-

CURSO — PEDAGOGIA
— Angelo Malacrida, Ari Carlos, Alves Rodrigues, Arlete, Antonia B. Xavier, Dorvalino Ferreira Garcia, Evamilde Marchini, Geni Sanches R. Spurio, Gerson Caminhoto, Iraci da Silva Menezes, Maria Aparecida Silva Neves, Maria Horikawa Sampaio, Maria Inês F. Gonçalves, Maria de L. Alonso Botura, Maria Lúcia, Ivantes, Marilvia das D. S. Caminhoto, Mirtes Geraldo, Olga Silva Abrahão, Terezinha M. C. da Costa, Titosse Morimatsu de Oliveira, Yone de Azevedo Campos.

TURMA: PROF. ANGELO SEBASTIÃO DE ANDRADE

CURSO — “LETRAS”
— Ana Neri dos Santos Trojan, Angelo Edval Roman, Anirce de L. Boter Veltrini, Antonia Antonieta Gehring, Antonio Laverde, Aparecida C. Mesquita, Aramis Mariano dos Santos, Ariovaldo Sérgio Azzolini, Benedita Gonçalves de Assis, Cláris Amélia Soletti, Denadir Domingues Eugenio, Eidi Prioli de Barros, Elcia Sussino, Elódia Roman G. Ponce, Eugenia Lenotti Filho, Fernandes Kavamori, Jaime Schulz, João Roberto Mendonça, José de Abreu Crispim, Justino Rohling, Lidio Serato, Mara Elisa de Castilho, Maria A. Pereira de Castro, Maria C. Soares de Oliveira, Maria Irma Oualioti, Marina de Arruda Lima, Marli Alves Soares, Mímel Fecchio, Natal dos Santos, Neusa Bento Galli, Olívia Barjão, Oswaldo Viela Filho, Vicente Milani (crador), Virginia Barisom Yumiko Mivagui, Zenaide Brait Eugenio.

TURMA: DR. NELSON LEAL

CURSO — LICENCIATURA EM CIÊNCIAS — Adélio Franzener, Darci Dal Ponte, Estela Mari de M. Nalim, Haruko Massuda, Isanthe Holetz, Juraci Gonçalves Lima, Maria Angelina Vituri, Maria Yone Garbo, Midori Hattori, Nestor A. de Miranda Filho, Neyde Namiko Mivagui, Rosa Tomika Ueno, Selma Kozel Paupitz, Yôlonda Yokimi Egashira, Yukiko Massuda.

TURMA: DR. CAMILO DE ANDRADE NEPOMUCENO

Fonte: Diário do Noroeste (04/03/1972, p. 2).

A notícia exalta o grande momento da instituição, pois havia sido reconhecida pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A fotografia do Diretor Devanyr Roque Eugênio em seu local de trabalho mostra um homem compenetrado em seu trabalho. Esmiuça, também a solenidade de formatura, a qual compreendia a celebração de uma missa em Ação de Graças na Catedral de São Sebastião, rezada pelo Bispo D. Benjamin de Souza Gomes, evidenciando assim a relação entre a Igreja Católica e a formação no Ensino Superior. O deputado federal Flávio Giovine foi o paraninfo, e o Diretor Devanyr Roque Eugênio, foi o patrono das turmas.

A reportagem descreve os Cursos e os respectivos nomes dos formandos, com os professores homenageados por cada turma (DIÁRIO DO NOROESTE, 04/03/1972). Com esse reconhecimento os egressos dos cursos de anos anteriores puderam receber os seus diplomas.

Mas, o reconhecimento da instituição foi resultado de um trabalho conjunto e, por sinal, demorado. Iniciou-se a partir da posse do Diretor Devanir Roque Eugênio e várias notícias sobre esse processo foram divulgadas pelo jornal Diário do Noroeste¹⁶.

Numa notícia publicada em julho de 1971, informou sobre “[...] a ida de um representante da Fundenorpa e do diretor da FAFI, para o Rio de Janeiro para ultimar os contatos com Conselho Federal de Educação” (DIÁRIO DO NOROESTE, 29/07/1971, p. 3). A notícia reforçava a ideia de que se desenvolvia um trabalho conjunto entre a Fundenorpa, a Direção do estabelecimento e o Prefeito Municipal, em busca do reconhecimento dos cursos e da instituição que já funcionava desde 1966. Notícias como essa também propagandeavam o trabalho desenvolvido pela FAFI e, de certa forma, era um alívio aos alunos que esperavam pela diplomação. Todas essas movimentações eram divulgadas e mantinham as pessoas da comunidade informadas, mostrando que os representantes tinham zelo nessa questão.

Poucos dias após, o mesmo periódico publicava outra notícia intitulada *Otimismo no reconhecimento da Faculdade*. Uma longa reportagem foi publicada em 10/08/1971 e evidenciava o envolvimento direto do Prefeito Dionísio Assis Dal Prá na luta pelo reconhecimento da Faculdade. O jornalista também esmiuçava algumas possibilidades do que poderia ocorrer no Conselho Federal de Educação. A reportagem citou que os concluintes necessitavam que os seus cursos fossem reconhecidos para receber seus diplomas e exercer a sua profissão. A movimentação dos integrantes que moviam o processo, segundo o periódico:

[...] tem realmente monopolizadas atenções de todos os habitantes e de modo especial às centenas de Universitários que já concluíram os seus cursos e de quase mil que estão frequentando a escola e de outros milhares que no próximo ano estarão prestando exames vestibulares. [...] (DIÁRIO DO NOROESTE, 10/08/1971, p. 3).

Ainda, segundo a notícia a instituição foi visitada por uma “comissão que esteve há alguns meses em inspeção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí” e em decorrência de solicitações desses visitantes é que:

[...] tudo foi providenciado e dois emissários – Mário Hélio Lourenço de Almeida e Devanir Roque Eugênio, diretores da Fundação e da FAFI respectivamente seguiram para o Rio de Janeiro no sábado, dia 30 de julho, para levarem os documentos que faltavam, e se possível, apreciarem de perto a reunião da referida comissão (DIÁRIO DO NOROESTE, 10/08/1971, p. 3).

¹⁶ Os exemplares a que tivemos acesso durante a pesquisa são a partir de 1971.

Tamanha era a ansiedade da comunidade quanto ao resultado dessa viagem, que o periódico retomou a temática no final do mês de setembro e esclareceu sobre a viagem dos dois cidadãos, assim como o resultado de seus trabalhos junto ao Conselho Federal de Educação (CFE), lugar em que tramitava o processo de reconhecimento.

[...] O diretor da FAFI retornou sábado a nossa cidade, falando para o diário do Noroeste sobre sua ida a capital da República disse que a dificuldade reside e residiu e introduzir o processo para a primeira reunião do Conselho Federal de Educação, que será dia 16, segunda-feira próxima para isso, disse, contamos com deputado Flávio Giovani que prestou o seu auxílio, inclusive baseando-se no prestígio do senador Ney Braga. Pelo menos em promessa foi dito que da Divisão de Assuntos Universitários o processo de reconhecimento vai diretamente para o Conselho Federal de Educação que é formado por 21 membros representantes de todos os estados. Aí, em plenário, é indicado o relator, de antemão já sabemos que existem algumas dúvidas a respeito do regimento, alguns de caráter terminológico e segunda-feira próxima já estaremos retornando a Brasília a fim de protocolarmos as correções junto com o processo. Mais adiante disse ao Diário do Noroeste o Diretor da FAFI, que o parecer favorável da comissão que esteve em Paranavaí já possibilitou ao processo entrar em plenário onde duas coisas podem acontecer: ou o processo não preenche todos os requisitos que o conselheiro relator deseja ou o processo é reconhecido ponto na primeira hipótese o processo volta em diligência para serem introduzidos os documentos ou correção que o conselheiro deseja para aspecto legal. Na segunda hipótese o Ministro da Educação e Cultura confirma e a homologação definitiva é do Presidente da República. Os embaraços existem apenas no Conselho Federal da Educação. Saindo dali é trama de legal. Pode demorar ou não, mas a faculdade é reconhecida. Esse é o passo decisivo e importante (DIÁRIO DO NOROESTE, 21/09/1971, p. 2)

O Diretor da FAFI Devanir Roque Eugenio explicou: “Acreditamos que realmente o processo poderá sofrer uma ou outra ‘ripada’ dos Conselheiros. Mas isso não impedirá o reconhecimento e é possível, inclusive, que o Conselho Federal de Educação reconheça a FAFI com uma ou outra restrição” (DIÁRIO DO NOROESTE, 21/09/1971, p. 2). Ele completou dizendo que “embora com uma dose bastante grande de otimismo é o que estamos esperando, porque, segundo o relatório da comissão que aqui esteve, o processo está muito bom, ela só critica o regimento interno.

Figura 14 – Integrantes da comunidade diante de uma faixa



Fonte: Acervo particular de Rubens B. Amaral (1971).

Na foto acima vemos 13 homens e 4 mulheres, na faixa atrás encontra-se escrito ‘Paranavaí Futura Cidade Universitária’, são integrantes da comunidade reunidos em frente a Prefeitura de Paranavaí, os nomes são desconhecidos. Fotografias como essa são documentos que indicam a ação da instituição na vida daqueles que a frequentaram e da região como um todo, pois as pessoas formadas na FAFI levavam o seu conhecimento por onde circulavam, transformando também a cultura de uma forma geral. Portanto, deixam de ser meras ilustrações para enriquecer as análises escritas e se tornam imagens a partir de um discurso específico (CHARTIER, 1990).

A reportagem explícita sobre os planos e os possíveis prazos em que acreditavam que sairia o reconhecimento da FAFI, o que fortaleceria também a educação como um todo em Paranavaí. A reportagem cita também algumas mudanças já ocorridas nesse setor na região. Na matéria intitulada *A semente lançada é hoje árvore frondosa*, publicada pelo Diário do Noroeste (21/09/1971, p. 3), traz detalhes sobre a vida dessa instituição:

Criada a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná tornou-se ela o setor vital e operante da instituição de ensino superior nesta região que tem como marco inicial a Lei Municipal nº. 389, de 27 de outubro de 1965. Com esta abertura cultural, provocada pela instituição da FUNDENORPA e da criação da Faculdade de Filosofia, surge o primeiro reflexo de melhoria de nosso ensino médio com a convocação maciça de professores que aqui aportaram para contribuir com sua incontestável capacidade para o fundamento da primeira escola de nível superior do noroeste do Paraná, passada a euforia inicial constatados os primeiros resultados positivos formou-se o primeiro corpo docente administrativo da Faculdade para o seu efetivo funcionamento. Com o passar dos anos, com crescimento da Faculdade e compreensão dos seus quadros novos professores foram convocados para emprestar

a sua parcela de colaboração para melhoria do nosso ensino. O desenvolvimento das atividades culturais da nossa Faculdade que avançava no tempo encontrando dificuldades econômicas pedagógicas e administrativas além de outros problemas que reclamavam e equacionamento ecológico faziam aumentar a responsabilidade de seus dirigentes perante a opinião pública. O corpo docente da faculdade que enfrentava problemas de toda ordem inclusive de limitação por falta de meios para especialização e aperfeiçoamento, além da impossibilidade de manter os onerosos, intercâmbios culturais tomou a resolução de junto com a administração não medindo esforços de sacrifícios. Levar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí aos seus reais destinos formados as primeiras turmas cujos alunos não podia exercer seus direitos, por falta de legalização de seus títulos que por sua vez dependiam do reconhecimento da faculdade [...] (DIÁRIO DO NOROESTE, 21/09/1971, p. 3).

As transformações que a instituição trouxe não foram somente para Paranavaí, mas para toda a região, novos professores foram convocados e a partir disso, atividades culturais foram sendo realizadas, apesar das dificuldades encontradas como limitação dos meios de especialização e problemas financeiros da instituição, a administração não deixou de medir esforços para que a instituição se mantivesse de pé, através dessa luta a FAFI obteve seu reconhecimento que teve grande alarde por meios das vias de notícias da época.

O reconhecimento da instituição trouxe muita alegria para quem estudava ali e para a comunidade, pois a primeira turma dependia desse reconhecimento para alcançar o seu sonhado diploma o que levou os alunos a comemorarem o acontecimento, trazendo a comunidade e toda região a participar dessa conquista. A notícia abaixo demonstra isso, com os festejos e gincanas organizados pelos estudantes para a comunidade de Paranavaí e região.

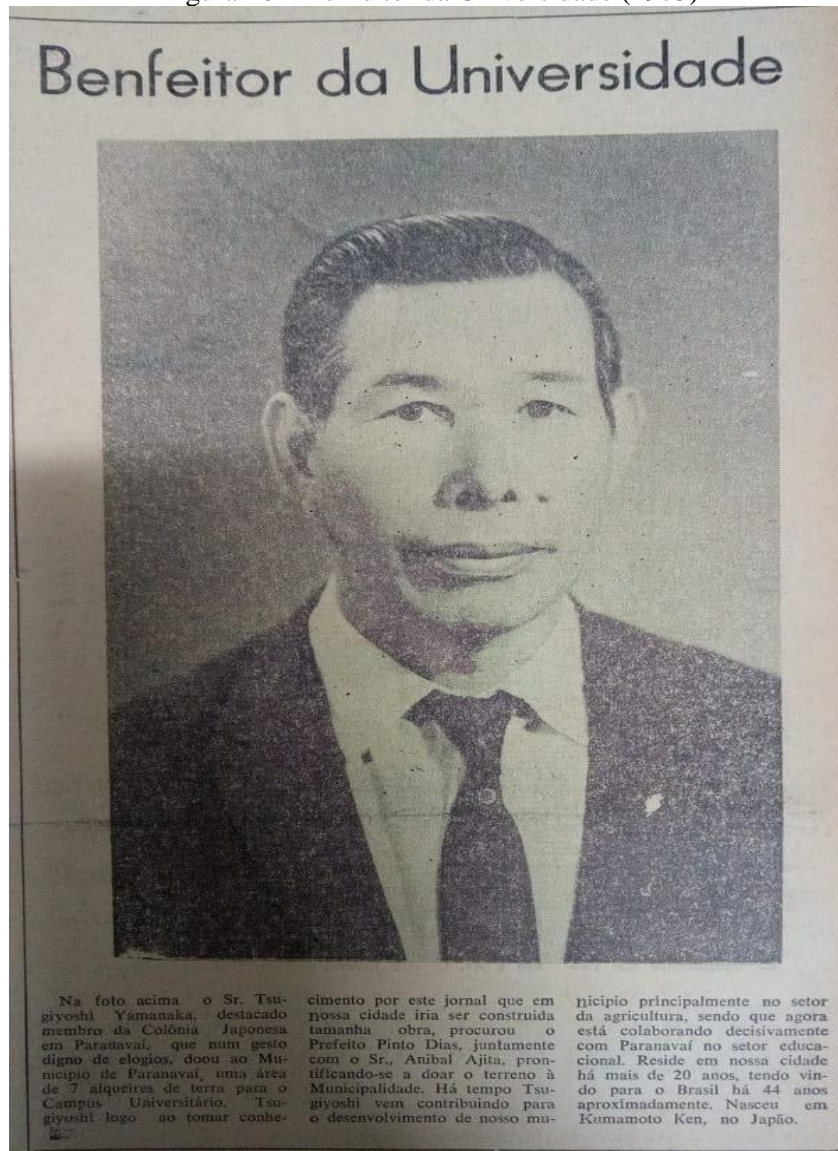
Figura 15 – Ginkana é a atração dos festejos da FAFI (1971)



Fonte: Diário do Noroeste (12/05/1972, p. 2).

Após o reconhecimento da FAFI houve o pensamento de aumentar a instituição para comportar trazer novos cursos, para tal, começou a se pensar sobre um novo campus universitário. Sabendo das lutas para trazer a educação superior para Paranavaí, o senhor Tsugiyoshi Yamanaka, membro da colônia japonesa de Paranavaí, decidiu doar o terreno para esse fim, onde hoje é o *campus* da UNESPAR.

Figura 16 – Benfeitor da Universidade (1973)



Fonte: Diário do Noroeste, Paranavaí (12/05/1972, p. 3).

A partir da doação do terreno, foi iniciado o planejamento para a construção do prédio, inclusive pensando nas rodovias que ali circundam. Depois da doação do terreno e tomando as providências para a execução do projeto da estrutura da instituição, os políticos e demais integrantes da comunidade começaram a pensar na fusão entre a Fundenorpa e a Faculdade.

Isso foi concretizado por meio da Lei municipal nº. 0673/ 74 (PARANAÍ, 1974). A própria notícia sinaliza para desdobramentos e melhorias que viriam após essa fusão. A notícia menciona, ainda um projeto do executivo municipal para “firmar convênio com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar”. O prefeito passa a construção de escolas na zona urbana para atender aquelas de zona rural, e inicia algumas reformas em outras instituições de Paranaíba e distritos, inaugurando 13 escolas, conforme noticiou o Jornal Diário do Noroeste, de 20 de abril de 1974.

As modificações vão ocorrendo e a maquete da FAFI finalmente é divulgada, no Jornal Diário do Noroeste, edição de 18 de julho de 1974:

No seu regresso de Curitiba, o prefeito Pinto Dias, trouxe consigo a maquete do campus universitário de Paranaíba que foi projetada pelos arquitetos Domingos Bongestabs, Marcos Coelho e Marcos Prado, de Curitiba. A maquete consta uma praça de acesso, administração, faculdade, unidades aquáticas, centro de vivência, ginásio coberto, parque aquático, campo de esportes e ginásio de aplicação. Os edifícios são estruturas simples cuja ligação aparente por intermédio das pérgolas e da cobertura do centro. As vias de circulação possuem clara separação de pedestre e veículos com implantação lógica e natural respeitando as condições físicas do local e economicamente explorando suas potencialidades a estrutura. Do campus, consta os seguintes princípios básicos: administração integrada, centralizada, setor acadêmico orgânico e contínuo, flexibilidade, abertura, economia, objetivando a pesquisa e o trabalho com conforto, prazer e função. A área total a ser construída é de 30 mil metros quadrados e o campo de esportes de 70 mil metros quadrados (DIÁRIO DO NOROESTE, 18/07/1974, p. 2).

Na planta da FAFI, trazida pelo então Prefeito Pinto Dias, a construção visava respeitar as condições do local e suas potencialidades, trazendo no projeto a parte administrativa e setores acadêmicos que propiciassem a pesquisa, o trabalho e o conforto dos estudantes, a área é a mesma onde hoje se localiza a atual instituição UNESPAR (DIÁRIO DO NOROESTE, 18/07/1974).

Em 1974 a FAFI tem a notícia de autorização para mais três cursos: Estudos Sociais, Matemática e Física. Segundo o Jornal Diário do Noroeste.

[...] ontem o prefeito Pinto Dias recebeu telefonema da professora Alda Miller, relatora do Conselho Estadual de Educação, informando ao chefe do Executivo Municipal de Paranaíba sobre a aprovação de mais três cursos para a Faculdade de Filosofia. São os três cursos de Estudos Sociais, matemática e física (DIÁRIO DO NOROESTE, 14/09/1974, p. 2).

O projeto resultou, anos mais tarde, na construção de amplos prédios que passaram a abrigar outros cursos, além dos acima informados. A fotografia a seguir, sem data, mostra dois blocos didáticos (maiores) e paralelamente outras duas construções, onde funcionam a

biblioteca e salas de colegiados, atualmente. Há algumas outras construções e um amplo estacionamento. Nesta fotografia a rodovia que dá acesso ao campus parece estar asfaltada.

Figura 17 – Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí



Fonte: Acervo Professor Demerval Nunes da Silva.

Observamos que a Faculdade ainda não possuía o Centro de Eventos, o Prédio em que é ofertado as aulas de Educação Física e o prédio administrativo. É evidente as transformações que a instituição trouxe para a região de Paranavaí, não só educacionais, mas até na infraestrutura, como rodovias, comércio, transporte, pessoas se mudaram para Paranavaí para ficar mais próximo da instituição, a instituição ofertava cursos extracurriculares e atrações culturais, trazendo cultura para a região e para os sujeitos da comunidade.

Esse olhar retrospectivo, não apenas para a trajetória da FAFI, mas, também, para os momentos de maior ênfase na Educação Superior, buscou mostrar que não podemos descontextualizar as ações adotadas por uma instituição de ensino de suas raízes e da conjuntura social na qual a instituição está inserida, de modo que não nos basta conhecer a trajetória histórica da instituição; é preciso conhecer as principais ações e pressupostos que manearam a Educação no Brasil. Afinal, ter consciência histórica é uma das principais características a nos tornar humanos.

A consciência da passagem do tempo e da historicidade dos fatos representa um dos meios com os quais foram construídas memórias entre alunos e professores atuais, ou aqueles que um dia passaram pela instituição, bem como na comunidade Paranavaense. Essas memórias fundamentam os vínculos e as relações que a sociedade estabelece. É uma herança

que se entretetece às lembranças da comunidade, constitui identidade e reforça a cultura do povo de Paranavaí, conforme evidenciarei na próxima seção com as representações escolares da FAFI.

Ao resgatar os relatos documentais que pertencem aos arquivos da instituição, estamos rememorando e dando maior importância à trajetória de uma das etapas da educação superior brasileira, ainda tão carente de reconhecimentos e rememoração. Para Le Goff (1990, p. 378), a memória “é a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, [um] antídoto do esquecimento”. Isso me faz defender que este estudo é mais um elemento na luta pela valorização, reconhecimento e enaltecimento da Educação Superior.

Na próxima seção, juntamente com a organização didático-pedagógica, analiso as estratégias de educação adotadas pelo estabelecimento, muitas das quais ainda estão vivas na memória de ex-alunos, de ex-funcionários e na comunidade; certamente, tais memórias fazem com que esses sujeitos sociais sigam atribuindo à FAFI a ideia de “lugar mágico” e “utópico”.

Examino aspectos das memórias que essas pessoas carregam, tendo como elemento principal as compreensões típicas da educação atribuída e as experiências vividas por muitos paranavaenses nessa instituição Ensino Superior, situações que seguem como lembranças intensas e calorosas de uma fase da vida humana que já passou.

4 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Trazer a cultura escolar da instituição também nos faz a conhecer através das suas representações, na visão de Thompson (1998), cultura refere-se aos costumes e as experiências vivenciadas, criadas, compartilhadas e transmitidas mediante as relações humanas. Dessa forma, para o autor a cultura expressa os valores, os ideais, princípios e normas de determinado contexto sócio-histórico.

Nesta seção, abordamos aspectos da organização didático-pedagógica da FAFI no período de 1966. Trago dados que permitem ao leitor compreender como se organizava o Ensino Superior a partir de elementos do cotidiano, com base em documentos e materiais iconográficos. Optou-se por organizar a discussão recorrendo a diferentes fontes históricas e documentais, à memória, ao cotidiano e a organização didático pedagógica dos quatro Cursos, os quais eram ofertados pela FAFI entre os anos de 1966 e 1972.

Já nas questões pedagógicas da instituição e aqui situamos o currículo da mesma, de acordo com Barnett e Coate (2005), o termo currículo no contexto do ensino superior, é um termo perdido na medida em que a sua conceitualização assume formas diversas, muitas vezes difusas e até contraditórias.

A formação de professores deve constituir-se numa busca consciente e contínua. Ela deve possuir características significativas que a torne distinta e perfeitamente identificável no contexto da educação geral. A sua finalidade é fazer com que os estudantes se interessem por ela, preparando-os para o futuro e condições melhores, apresentando-lhes a profissão de professor, auxiliando-os a se tornarem verdadeiros profissionais nas suas carreiras e a continuarem como tal.

4.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS

A Escola Normal, que correspondia ao nível secundário visava formar professores para as escolas primárias. Iniciou-se no período do Império e elas tiveram dificuldades para ser popularizadas pelo país. Segundo Saviani (2009), surgiram na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869, Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; e Maranhão, 1890. Entretanto, esses

estabelecimentos fechavam e abriam constantemente. A primeira Escola Normal de Niterói, foi fundada em 1835 e fechou quatorze anos após o seu surgimento, reabrindo em 1859.

Em meio a transformações no processo de urbanização e industrialização dos anos 1930, o movimento Escola Nova ganha força no campo da educação. Segundo Santos, Prestes e Vale (2006), a concepção escolanovista apontava a educação como um canal capaz de provocar transformações necessárias para a modernização do Brasil. Nesta perspectiva, a inadequação do ensino tradicional dá origem a variadas críticas. A Escola Nova toma seu lugar a partir do momento que reivindica a universalização do ensino, gratuito, laico e de qualidade para todos.

Dentro deste princípio, é lançado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que consistia num documento escrito por Fernando de Azevedo e assinado por outros 26 intelectuais, entre eles Anísio Teixeira. Tal manifesto objetivava reformas no sistema educacional brasileiro e seus princípios eram:

1 - A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudo, e desenvolver-se em estreita vinculação com as comunidades. 2 - A educação deve ser uma só, com os vários graus articulados para atender às diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade não quer dizer uniformidade; antes, pressupõe multiplicidade. Daí, embora única, sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais. 3 - A educação deve ser funcional e ativa, e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade da educação. 4 - Todos os professores, mesmo os de ensino primário, devem ter formação universitária (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 13).

Nesse âmbito, sob o ideário da Escola Nova é regulamentada a formação técnica e profissional de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, por meio do Decreto nº. 3.810, de 19 de março de 1932 (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1932).

O modelo de Institutos de Educação implantados no Distrito Federal e em São Paulo, se propagou para todo o país e serviu como base para a organização das escolas secundárias e dos cursos de formação de professores. Dessa forma, por meio do Decreto Lei nº. 1.190 de 04 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, os cursos de licenciatura e de Pedagogia ficaram configurados no “esquema 3+1”, os primeiros três anos correspondia ao estudo das disciplinas específicas, e o último à formação didática (BRASIL, 1939).

Em 1948 a necessidade de uma legislação regulamentadora do ensino colaborou para o surgimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em 1961 (BRASIL,

1961). Embora tenha sido marcada por embates políticos ideológicos e conciliado os interesses públicos e privados da educação, a primeira LDB nº. 4.024/61 não foi satisfatória, segundo Saviani (2013), a medida em que deixou de lado o princípio da construção de um sistema público de ensino, defendido pelos Pioneiros da Educação Nova.

No ano de 1971, com a publicação da Lei nº. 5.692/71, as Escolas Normais desapareceram, e em seu lugar foi instaurada a habilitação específica do 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau, organizadas em duas modalidades básicas: a primeira com duração de 3 anos que lecionaria até a 4ª série, e a segunda com duração de 4 anos que habilitaria o magistério até a 6ª série do 1º grau (BRASIL, 1971b). Neste mesmo ideário, a formação de professores para o antigo ensino primário foi reduzida a uma habilitação dispersa, configurando-se num quadro de precariedade.

Quanto ao Ensino Superior, as instituições privadas de ensino se expandem rapidamente no Brasil. O aumento da concorrência faz com que a educação se torne um produto. Devido a mercantilização do ensino privado a educação no setor público fica estagnada, e não sofre alterações necessárias.

Ao que confere Oliveira e Favaro (2019), diante à implantação desta diversidade de instâncias, os cursos de formação foram orientados pelos organismos internacionais financiadores, que propuseram a otimização dos gastos envolvidos nesse processo, fazendo com que a formação docente ficasse fragmentada, precária e aberta à ampliação da iniciativa privada. Concomitantemente, desdobra-se um amplo movimento pela reformulação dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas. A educação continuada para tais profissionais ficou a cargo dos Institutos Superiores de Educação.

Cunha e Zanchet (2010, p. 195), definem “[...] a docência como uma atividade complexa, exige tanto uma preparação cuidadosa como singulares condições de exercício.” Frente às demandas da docência e a complexidade dela, entende-se que é necessário pensar em propostas formativas colaborativas e ancoradas na conjuntura e demandas do contexto educacional, para que essa formação tenha um impacto e efetivamente contribua na construção da identidade docente e desencadeie o desejo da participação efetiva na trajetória formativa.

4.2 A FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FAFI

É indiscutível que a ação do professor influi de maneira marcante na produtividade da instituição educacional e conseqüentemente no desenvolvimento individual e social,

constituindo-se peça de suma importância na obra educativa. A constituição do corpo docente da FAFI foi tratada pela primeira vez na reunião de 16 de março de 1966:

[...] embora constem no ofício os títulos indicados, nada se disse da verificação dos mesmos, que com exceção das cadeiras de química e língua latina, com dois indicados para cada uma, e das cadeiras de geografia regional, linguística, língua inglesa, didática e prática de ensino, para as quais não foram indicados nenhum professor, para cada uma das demais cadeiras houve a indicação de apenas um candidato (GENTA, 1966b, p. 4v).

A ata revela que havia dificuldade de professores para lecionar em algumas áreas para as quais não havia pessoas com formação adequada, ou seja, com as licenciaturas ou qualificações que o Regimento exigia para ministrar as disciplinas:

Quadro 3 – Primeiros Professores da FAFI (1966)

NOME DO PROFESSOR	DISCIPLINA	TITULOS
Dr. Nelson Leal	Matemática	Engenheiro Civil
Dr. Hamilton Vilela Magalhães	Física	Engenheiro Civil
Dr. Devanir Roque Eugenio	Química	Licenciado em Química – Cirurgião Dentista
Maria Tereza Liwicki	Biologia	Licenciatura em História Natural
Anastácia Farion	Geografia Humana	Licenciada em Geografia e História
Rosemari Canestraro	Biologia	Licenciada em História Natural
Pedro Real	Língua Latina	Filologia e Latim (Universidade de Konigsberg) e Seminário Maior
Dr. Nelson Akiyoshi	Higiene	Cirurgião Dentista
Hamilton Bueno	Geografia, Física e elementos de Geologia	Licenciado em Geografia
Maria Lina Cartes dos Santos	Geografia Física	Licenciada em Geografia e História
João Borba de Camargo	Geografia do Brasil	Licenciado em Geografia e História
Lucinda Angelina Beaux Michelin	Sociologia	Licenciada em Pedagogia
Neusa Pereira Braga	Antropologia Cultural	Licenciada em Geografia e História
Ângelo Sebastião Andrade	Língua portuguesa	Licenciado em Letras
Gonçalo Casado Valbuena	Língua Francesa	Normalista Diplomado pela Escola Normal de Porto Alegre
Léa Rita Bergamashi Ferreira	Psicologia da Educação	Licenciada em Pedagogia
José Dias Delgado	Língua Portuguesa	Licenciado em Letras Neo Latinas, Bacharel em Direito
Dr. José Deleto Lobo	Desenho geométrico e cartografia	Engenheiro Civil
Dr. Antônio Tchaika	Estatística	Engenheiro Civil
Edna Almeida Andrioli	Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira	Licenciada em Letras Neo latinas
Graça Elisabeth Fonseca Marquesini	História da educação	Licenciada em Ciências Sociais e em Pedagogia
Miriam Chaves de Lima Donida	História da Educação	Licenciada em Filosofia
Niquelson Rodrigues dos Santos	Sociologia	Licenciado em Ciências Sociais
Attilio João Andriolli	Língua Latina	Bacharel em Direito e Seminário Maior
Luizinho Gonzaga Donida	Química	Farmacêutico e Químico

Fonte: Ata do Conselho de Curadores (1966, p. 5) e Relatório Final (1966, s. p.)¹⁷.

¹⁷ Livro da Unespar. Foi possível visualizar esse material na pesquisa de campo ao Arquivo Inativo da UNESPAR, Campus Paranaíba.

Devemos nos atentar que embora na Ata conste Doutor precedendo o nome, isso não significa que a pessoa tivesse título doutorado, mas estava associado à profissão que esses exerciam, como dentistas, advogados e médicos. Através das pesquisas realizadas na instituição foi encontrada a formação de alguns desses professores, o quadro acima mostra alguns dos professores que ocupavam as cadeiras da instituição, entre eles, havia também engenheiros e um bacharel, outros possuíam além da licenciatura, habilitações e um segundo curso de graduação.

Segundo o Regimento da FAFI, capítulo V, Artigo 70, “a Faculdade deveria ter o seu corpo docente composto por professores titulares e professores assistentes” (PARANAVAÍ, 1966). Os professores titulares eram aqueles aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, por ocasião da autorização para funcionamento da Faculdade, e que preenchessem as disciplinas surgidas com a evolução dos cursos de graduação, desde que aprovados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), os professores assistentes eram auxiliares (PARANAVAÍ, 1966). Eles trabalhavam auxiliando o professor em suas tarefas externas e segundo o documento, até substituindo o professor titular se houvesse ausências, na avaliação de trabalhos e oferecendo apoio complementar a alunos em pequenos grupos.

O quadro de professores da instituição permaneceu durante o ano letivo de 1966, sendo agregados novos profissionais em abril de 1967, quando as turmas já iniciavam o segundo ano da graduação e novas turmas ingressavam pelo vestibular. Pelo Livro de Atas do Conselho Departamental de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, os componentes titulares apresentaram nesta reunião novos professores que fariam parte do quadro de docentes: Prof. Waldemar Sguissordi com a cadeira de Teoria e Prática do Ensino Médio; Prof^a. Anita Egger com a cadeira de Psicologia Geral. Juntamente com o ingresso de novos docentes na FAFI, deliberou-se também sobre modificação dos currículos¹⁸ dos cursos de graduação, visando uma adequação da composição pedagógica de cada curso. “Foi, portanto, aconselhado a abertura de novas cadeiras de disciplinas, sendo a maior preocupação os cursos de licenciatura” (ATA DO CONSELHO DE CURADORES, 1966, p. 5) Conforme o Regimento da FAFI,

¹⁸ Nesse caso, o Currículo é o prescrito, ou seja, “está predefinido tanto em nível nacional nos documentos oficiais como leis, normas e diretrizes nacionais, livros didáticos, propostas curriculares, como em nível local nas escolas como os planos de ensino e planos de aula feitos pelos professores. Portanto, esse currículo está registrado e documentado [...]” (ARAUJO, 2018, p. 30).

Art. 6º- A Faculdade manterá os seguintes cursos de graduação: I – Licenciatura em ciências para o 1º grau; II – licenciatura em letras: a) modalidade português-inglês, b) modalidade português-francês; III – Licenciatura em geografia; IV – Licenciatura em Pedagogia com três habilitações: a) orientação educacional, administração escolar para exercício na escola de 1º e 2º graus, c) Ensino das disciplinas pedagógicas de 2º grau. 1º ministra-se a ainda curso de formação pedagógica para os diplomados em curso de nível superior que não os de licenciatura. 2º poderão ser criados novos cursos de graduação, de acordo com a lei e com as necessidades da região. 3º a faculdade funcionará nos períodos vespertino e noturno, podendo, quando necessário, passar a funcionar no período matutino (PARANAVAÍ, 1966, p. 5).

Mas, os documentos consultados revelam que a maior preocupação era com a composição do Curso de Pedagogia, pois segundo a Ata de nº. 4, “o curso de pedagogia era o único curso de preparação para técnicos em educação” (ATA DO CONSELHO DE CURADORES, 1966, p. 5), os cursos de Geografia, Letras e Ciências não sofreram modificações. A discussão em torno do currículo de Pedagogia se prolongou até meados de 1968, reiterando o papel do curso também na formação de “técnicos em educação” o que não era feito pelos outros cursos de graduação, que formavam professores. Ou seja, o currículo do curso de Pedagogia tinha peculiaridades em relação aos demais cursos.

Os quatros cursos de Licenciatura tiveram a autorização para receber matrículas de alunos, pelo CEE, em janeiro de 1966. Mas, segundo a revista *Crítéria*, do CEE do Paraná, o reconhecimento desses cursos de licenciatura, teve início por meio do Ofício nº. 57/70, de 13 de julho de 1970, enviado pelo então diretor para o CFE. O reconhecimento ocorreu somente em 1971, conforme já tratamos na seção anterior. Entre os pontos elencados como justificativa para a demora, está o Parecer nº. 676/71 (*CRITÉRIA*, 1971), explicando sobre a documentação dos professores, a qual não obteve aprovação, pois havia “insuficiência de títulos” (*CRITÉRIA*, 1971, p. 72). Alguns professores que ministravam as aulas não possuíam o magistério do Ensino Superior ou habilitações específicas para a disciplina que ministravam.

A formação docente era fundamental para colocar em prática um determinado currículo formativo, além disso, é parte essencial da formação crítica e reflexiva desses futuros professores, pois por meio dele, se constrói a parte intelectual do conhecimento deles.

4.3 CURSO DE CIÊNCIAS

No Brasil, os primeiros Cursos Superiores voltados para a formação de professores tiveram início na década de 1930, período em que foram criadas as Faculdades de Filosofia

com “o objetivo de ampliar os estudos em nível superior, não somente com o enfoque profissional, mas também com o objetivo de substituir a prática do autodidatismo, comum naquela época” (REIS; MORTIMER, 2020, p. 2):

No que diz respeito à formação do professor de ciências para o atual ensino fundamental II, esta se dava por meio dos Cursos de História Natural; no entanto, aqueles licenciados em Química e Física também podiam atuar nesse segmento, uma vez que havia escassez de professores de ciências. Os cursos de História Natural estavam alocados nas Faculdades de Filosofia e tinham em seu currículo disciplinas dos ramos das Ciências Biológicas e das Geociências, dentre outras. Entretanto, o Parecer nº. 107/70, do Conselho Federal de Educação (CFE), apontou que o currículo da Licenciatura em História Natural não continha disciplinas que preparavam seu egresso para atuar nas disciplinas de ciências do então ginásio (atualmente, corresponde aos anos finais do ensino fundamental) (REIS; MORTIMER, 2020, p. 2).

Com esse posicionamento o CFE acatou um pedido da USP e estabeleceu o currículo mínimo para a Licenciatura em Ciências Biológicas visando atender às exigências das disciplinas de ciências”. Os cursos de Ciências Biológicas foram os primeiros a serem regulamentados por Diretrizes Curriculares Nacionais pelo fato de o currículo de ciências do então ginásio ser, majoritariamente, composto por conteúdos de biologia.

O Curso de Ciências da FAFI foi reconhecido em 1971, por meio do Parecer nº. 705/71 do CFE, obtendo autorização pelo Decreto nº. 75.918, de 30 de junho de 1975, no qual através do Parecer nº. 107/78, do Processo nº. 2.806/77, obteve também a aprovação para a habilitação em matemática, para formar professores nesta área (PPC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, 2018), abaixo uma fotografia do histórico de uma formanda da primeira turma de Ciências de 1966, com as respectivas disciplinas e notas.

Cabe uma análise mais detalhada sobre o conteúdo desse histórico escolar. A aluna, cujo nome foi omitido para fins de manter o sigilo, nasceu em 10 de dezembro de 1941, na cidade paulista de Promissão. No ano de 1962 ela concluía o 1º ciclo no Colégio Estadual de Paranavaí, e três anos mais tarde se formava normalista na Escola Normal Colegial Leonel Franca, na cidade de Paranavaí. Ao prestar o vestibular foi avaliada nas disciplinas de Português, Matemática, Química e Biologia, tendo tirado a maior nota em Português.

O Curso de Ciências tinha duração de 3 anos. Quanto às disciplinas pedagógicas, iniciavam-se no segundo ano, com Psicologia da Educação e, Teoria e Prática do Ensino Médio, sendo essa última correspondente ao nível de escolarização em que atuaria como professora. No último ano do curso somavam-se, ainda duas outras disciplinas de cunho pedagógico: Introdução à Filosofia e Introdução à Orientação Educacional. Das 18 disciplinas, somente 4 eram voltadas para a educação, e apenas uma para a prática

pedagógica, denotando o caráter propedêutico e de bacharelado que estava presente neste curso de licenciatura.

Figura 18 – Frente do Histórico Escolar de Ciências (1972)

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ

Rua Rio Grande do Norte, s/n. - Fone. 22-0943 - Caixa Postal. 306
PARANAÍ - PARANÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: ALMA ROSA
 Filiação: Colégio Estadual de Paraná
 Data do Nascimento: 10/10/1942 Local: Promissão, SP.
 Nacionalidade: Brasileira.

Curso de LICENCIATURA EM CIÊNCIAS PARA O 1º CICLO

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado:
 Repartição expedidora:
 Data da expedição:

CURSO SECUNDÁRIO

1.º ciclo

Estabelecimento: Colégio Estadual de Paranaí Sede: Paranaí, PR.
 Data da conclusão: 1962.

2.º ciclo

Estabelecimento: Esc. Nor. Gr. Colégio "Leonel Franca" Sede: Paranaí, PR.
 Data da conclusão: 1965.

CURSO SUPERIOR

1.º CONCURSO VESTIBULAR - Ano letivo de 1966

Disciplinas	Nota de aprovação
Português	7,50
Matemática	4,00
Química	4,50
Biologia	4,20

Média final: <u>5,05.</u>	Classificação: <u>13º lugar</u>

1.ª SÉRIE - Ano Letivo de 1966

Disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Matemática I	6,45	-
Física I	4,12	-
Química Geral e Inorgânica	5,33	-
Biologia Geral	6,32	-
Língua Portuguesa	6,50	-

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

Figura 19 – Verso do Histórico Escolar de Ciências (1972)

2.ª SÉRIE		Ano Letivo de 1967	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1.ª época	2.ª época	
Matemática II	6,25 ✓	-	
Física II	6,68 ✓	-	
Química Analítica e Orgânica	-	Reprovada	
Zoologia	6,12 ✓	-	
Psicologia da Educação	6,06 ✓	-	
Teoria e Prática do Ensino Médio	6,75 ✓	-	

3.ª SÉRIE		Ano Letivo de 1968	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1.ª época	2.ª época	
Química Analítica e Orgânica (dep.)	7,37 ✓	-	
Matemática III	8,87 ✓	-	
Matemática IV	7,75 ✓	-	
Botânica	8,50 ✓	-	
Fund. Petrografia, Petrologia e Geologia	6,31 ✓	-	
Introdução à Filosofia	7,75 ✓	-	
Introdução à Orientação Educacional	8,15 ✓	-	

4.ª SÉRIE		Ano Letivo de	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1.ª época	2.ª época	

Data da Colação de Grau: 10 de janeiro de 1969.-

Data da Expedição do Diploma: 5 de janeiro de 1972.-

OBSERVAÇÕES:

A aluna foi reprovada na disciplina de Química Analítica e Orgânica no ano letivo de 1967, cuja dependência realizou no ano letivo de 1968, tendo sido aprovada.

Paranaíba, 5 de janeiro de 1972.

Secretário

Diretor

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

Além das notas de cada disciplina, o verso do histórico traz outras informações relevantes, como a data de colação de grau, que ocorreu em janeiro de 1969, três anos após o início do curso. O diploma, contudo, foi emitido somente em 5 de janeiro de 1972, após o reconhecimento da instituição pelos órgãos competentes. No quadro abaixo segue os nomes dos 17 ingressantes da primeira turma de Ciências. Observa-se, contudo, que houve uma

desistência até o momento de ser elaborado o relatório de 1966 e a turma era composta, em sua maioria, por homens.

Quadro 4 – Ingressantes do Curso de Ciências (1966)

CURSO DE CIÊNCIAS	
1.	Akemi Fukumoto
2.	Albérico Pires Umburanas
3.	Celso Aparecido Gardin
4.	Clélio Rezende Mendes
5.	Corália Capaverde Nunes
6.	Elisa Masako Tanaka
7.	Gerson Pinheiro
8.	Haroldo Melo Cavalcanti
9.	José Rodrigues do Nascimento
10.	Leonilda Lanziani Bérغامo
11.	Miriam Resende Mendes
12.	Raul Rodrigues de Oliveira
13.	Roberto Consalter
14.	Shigueru Obara (desistente)
15.	Tieco Massuda
16.	Waldir Bérغامo
17.	Zuleika Dultra de Antoni

Fonte: Relatório Final (1966).

4.4 CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer nº. 01/66 de 07 de janeiro de 1966 (PARANÁ, 1966) e teve seu reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação pelo Parecer nº. 676/71, consubstanciado no Decreto Federal nº. 69.599, de 23 de novembro de 1971, publicado no Diário Oficial de 26 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971a).

A Formação do Pedagogo também foi marcada pela fragmentação entre bacharelado e licenciatura. No final da década de 1930 foi criado o primeiro Curso de Pedagogia no Brasil, por meio do Decreto-Lei nº. 1.190 de 4 de abril de 1939, junto à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI), com duração de 3 anos (BRASIL, 1939). Na década de 1930, surgiram também os Institutos de Educação sob a influência dos preceitos da escola nova. Nos anos de 1940 e 1950 e, em parte dos 1960, o curso de Pedagogia não teve grandes mudanças. Nos Institutos de Educação, segundo Furlan (2008, p. 3864),

[...] a formação do professor primário se dava em dois anos contendo tanto as disciplinas tradicionalmente conhecidas como Fundamentos quanto as Metodologias de Ensino. O Instituto de Educação oferecia também cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e extraordinários.

O Curso de Pedagogia formava bacharéis e licenciados, atraindo homens e mulheres. Os Bacharéis tinham a habilitação técnica, enquanto os licenciados trabalhavam nas Escolas Normais e na Secundária. Segundo Furlan (2008, p. 3864-3865):

O curso desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação. O curso de Didática, no 4º ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras: Didática Geral e Didática Especial, pois o restante já estava contemplado no curso.

Essa descrição, feita por Furlan (2008), nos inspira a olhar para o currículo do curso de Pedagogia da FAFI em meados da década de 1960. Para tal, elegemos, assim como no caso anterior, um histórico de uma ingressante na primeira turma de Pedagogia, no ano de 1966. O documento informa que se tratava de uma aluna nascida na cidade de Barbacena, estado de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1945. Fez o 1º e 2º ciclos do curso Secundário no Instituto de Educação Valentim Gentil, nos anos de 1962 e 1965, respectivamente, localizado na cidade de Itaiópolis, estado de São Paulo.

Conteúdos de Português, Francês, Psicologia e Lógica, e História Geral foram cobrados na prova do vestibular, no qual ela foi aprovada em 19º lugar, com média 5,71. Iniciou os estudos no curso de Pedagogia em 1966 e concluiu em 1970. Observamos mudanças em relação às disciplinas que apontou Furlan (2008), pois o currículo do Curso de Pedagogia da FAFI, era composto por 22 disciplinas, distribuídas em 4 séries. Muitas das disciplinas daquele currículo ainda continuam a fazer parte do currículo atual de Pedagogia, especialmente no âmbito dos fundamentos da educação, didática e estágios. Outras, como Higiene Escolar, Biologia Educacional, Estatística Aplicada à Educação e Estrutura e Funcionamento não são mais comuns em cursos de Pedagogia.

Quanto à formação para a licenciatura, no âmbito das práticas de ensino, iniciava-se na segunda série com a disciplina Teoria e Prática do Ensino Médio. Na terceira série eram introduzidas outras duas disciplinas relacionadas à formação específica para a licenciatura: Introdução à Orientação Educacional, Didática, essa última também presente no 4º ano. Soma-se a essas a Psicologia da Educação nos três primeiros anos. Esta pedagoga colou grau em 27 de janeiro de 1970 e recebeu o seu diploma em 5 de janeiro de 1972, após o reconhecimento da instituição.

Figura 20 – Frente do Histórico Escolar de Pedagogia (1972)

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI

Rua Rio Grande do Norte, s/n. - Fone, 22.0943 - Caixa Postal, 306
PARANAVAI - PARANÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: _____
 Filiação: _____
 Data do Nascimento: 24 de fevereiro de 1945 Local: Borborema, SP.-
 Nacionalidade: Brasileira.-

Curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: *-*-*-*-*
 Repartição expedidora: *-*-*-*-*
 Data da expedição: *-*-*-*-*

CURSO SECUNDÁRIO

1.º ciclo

Estabelecimento: Instit. de Educ. "Valentim Gentil" Sede: Itapólis, SP.-
 Data da conclusão: 1962.-

2.º ciclo

Estabelecimento: Instit. de Educ. "Valentim Gentil" Sede: Itapólis, SP.-
 Data da conclusão: 1965.-

CURSO SUPERIOR

1.º CONCURSO VESTIBULAR - Ano letivo de 1966

Disciplinas	Nota de aprovação
Português	5,50
Francesa	6,25
Psicologia e Lógica	6,00
História Geral	5,10
--*-*-*	
Média final: <u>5,71</u> ✓	Classificação: <u>19.º lugar</u> ✓

1.ª SÉRIE - Ano Letivo de 1966

Disciplinas	Medias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Sociologia Geral	7,88	✓
Psicologia da Educação I	7,57	✓
História da Educação I	3,67	✓
Estatística Aplicada a Educação I	5,51	✓
Higiene Escolar	5,58	✓
Língua Portuguesa	4,50	✓
--*-*-*		
1966		

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

processo de criação e fortalecimento da identidade do curso que formava professores para a escola secundária e de técnicos para a educação. Pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 252/1969 e a Resolução do Conselho Federal de Educação nº. 02/1969, o currículo mínimo e o tempo de integralização do curso foram fixados (BRASIL, 1969a, 1969b). A legislação manteve “[...] a formação de professores para o Ensino Normal, mas acrescentou as habilitações destinadas a formar especialistas para planejamento, supervisão, administração e orientação educacional” (CASTRO, 2018, p. 51).

Abaixo o quadro com os formandos do Curso de Pedagogia de 1966:

Quadro 5 – Ingressantes do Curso de Pedagogia (1966)

CURSO DE PEDAGOGIA	
1.	Amélia Emiko Hirai
2.	Armando Imoto
3.	Aurea Leyla Ribeiro
4.	Berenice Vessoni
5.	Célia Lorenzetti Lopes
6.	Celine Simeão Rodrigues
7.	Clóris Conceição Gama
8.	Dalva Oliveira de Sordi
9.	Diva Portela Teske (desistente)
10.	Eliete Aparecida Linhares Scholz (desistente)
11.	Eline Pimentel de Oliveira
12.	Eunice Nalim Reis
13.	Geni Sanches Rodrigues Spurio
14.	Helena Fuzino
15.	Heloisa Tempesta
16.	Ieda Sing Toledo (desistente)
17.	Ilse Huck
18.	Ivandi Zopolatto
19.	Kazuko Akamine
20.	Kimiko Niekawa
21.	Kiyomi Hirose
22.	Lino Bortolini (desistente)
23.	Lucila Rizzo Castilho
24.	Maria Aparecida Lopes (desistente)
25.	Mariza Colherinhas Alarcon (desistente)
26.	Mary dos Santos Vaz
27.	Miyuki Yanagihira (desistente)
28.	Neiva Aparecida de Lima (desistente)
29.	Regina Noguti
30.	Siduka Okura (desistente)
31.	Yoshi Takeuchi (desistente)

Fonte: Relatório Final (1966).

4.5 CURSO DE GEOGRAFIA

A Geografia é uma ciência humana e social, Andrade (2008, p. 14) argumenta que: “A geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza [...]”. Segundo Andrade (2008, p. 1), “Admite-se que a Geografia se tornou uma ciência autônoma a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter [...] isto não quer dizer que não existisse um conhecimento [...]”, pois, ao situarmos os povos antigos a geografia aparece desde os primórdios, através da leitura de rios, do conhecimento por meio do senso comum do manejo da terra, das plantas, entre outros.

Segundo Rocha (2000, p. 129), a partir de 1936 tem-se a formação dos primeiros professores licenciados em Geografia para atuar no ensino primário e secundário.

Com a entrada em vigor da Lei no 4024/61 que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos de formação de professores (as) de Geografia passam a ter uma nova regulamentação. Esta nova legislação passa a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação.

O Curso de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, teve autorização para o funcionamento com o Parecer nº. 01/66 de 07 de janeiro de 1966 (PARANÁ, 1966), com o respaldo do Parecer nº. 412/62, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Documento nº. 11 do CFE (CRITÉRIA, 1971), á o seu reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação se deu pelo Parecer nº. 676/71, consubstanciado no Decreto Federal nº. 69.599, de 23 de novembro de 1971, publicado no Diário Oficial da União em de 26 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971a).

A Geografia é uma ciência que tem por objeto de estudo a organização do espaço geográfico e compreender esse espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza. A concepção da relação entre sociedade e natureza evoluiu no tempo e no espaço. O desenvolvimento técnico científico acelerou o tempo de produção (SUERTEGARAY; NUNES, 2001), “assim como, os (re) arranjos espaciais e junto a isso mudanças culturais são estabelecidas”. Concomitantemente era necessário que o professor de Geografia fosse preparado, conhecendo e analisando os contextos geográficos que se concretizam na sociedade atual (PPC GEOGRAFIA, 2018).

A seguir analisamos, como nos anteriores o histórico de uma das formandas do curso de Geografia no ano de 1970. A estudante realizou seu Ensino Secundário no Colégio Estadual de Paranaíba, concluindo seu 1º ciclo em 1958 e seu 2º ciclo em 1961, sua nota no primeiro vestibular da FAFI foi 8,26 ficando em 3º lugar na classificação. O currículo de Geografia deixava o Estágio Supervisionado para o último ano, focando mais nas disciplinas de questões geográficas, a aluna reprovou em Psicologia da Educação em 1967, realizando a dependência em 1968, a questão das dependências já estava situada nessa época, ou seja, o aluno tinha o direito de realizar a disciplina novamente em caso de reprova.

Figura 22 – Frente do Histórico Escolar de Geografia (1972)

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ

Rua Rio Grande do Norte, s/n. - Fone, 22-0943 - Caixa Postal, 306
PARANAÍ - PARANÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: _____

Filiação: _____

Data do Nascimento: _____ Local: Lajeado, RS.-

Nacionalidade: Brasileira.-

Curso de: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: Certif. de Isenção do Serviço Militar nº 346138 - Série B

Repartição expedidora: 15ª C. R. - 5ª R. M.-

Data da expedição: 30 de novembro de 1960.-

CURSO SECUNDÁRIO

1.º ciclo

Estabelecimento: Colégio Estadual de Paranaíba Sede: Paranaíba, PR.-

Data da conclusão: 1958.-

2.º ciclo

Estabelecimento: Colégio Estadual de Paranaíba Sede: Paranaíba, PR.-

Data da conclusão: 1961.-

CURSO SUPERIOR

1º CONCURSO VESTIBULAR - Ano Letivo de 1966

Disciplinas	Nota de aprovação
Português	7,50
Geografia Geral e do Brasil	8,30
História do Brasil	9,00

Média final: <u>8,26.-</u>	Classificação: <u>3ª lugar</u>

1.ª SÉRIE - Ano Letivo de 1966

Disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Geografia Física I	64 - 75% 5,96	-
Geografia Humana	77 - 75% 6,97	-
Geografia do Brasil I	65 - 70% -	4,90
Antropologia Cultural I	88 - 80% 4,21	-
Língua Portuguesa	81 - 54% -	4,78

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

Figura 23 – Verso do Histórico Escolar de Geografia (1972)

2.ª SÉRIE		Ano Letivo de 1967	
Disciplinas		Médias de aprovação	
		1.ª época	2.ª época
Geografia Física II	78 - 92%	5,00	-
Bio-Geografia I	65 - 61%	-	4,50
Geografia do Brasil II	73 - 65%	6,46	-
Cartografia	70 - 58%	4,93	-
Antropologia Cultural II	82 - 86%	4,90	-
Psicologia da Educação	70 - 70%	-	Reprovado

3.ª SÉRIE		Ano Letivo de 1968	
Disciplinas		Médias de aprovação	
		1.ª época	2.ª época
Psicologia da Educação (dep.)	81 - 100%	-	4,10
Bio-Geografia II	82 - 69%	-	4,95
Geografia Econômica	82 - 75%	7,00	-
Geografia Regional I	81 - 80%	-	4,01
História Contemporânea	70 - 74%	-	4,29
Fund. Petrografia, Petrologia e Geologia	74 - 62%	-	4,22
Didática	83 - 81%	8,50	-

4.ª SÉRIE		Ano Letivo de 1969	
Disciplinas		Médias de aprovação	
		1.ª época	2.ª época
Geografia Regional II	81 - 75%	6,42	-
Sociologia Geral	77 - 87%	5,25	-
História Econômica do Brasil	69 - 78%	7,11	-
Estrut. e Funcion. da Escola de 2º Grau	90 - 87%	7,11	-
Biologia Educacional	65 - 100%	6,15	-
Estágio Superv. Prát. Ens. da Geografia	80 - 70%	6,62	-

1966/67 + 1968/69 (144 = 75%) = 1969 x 75/100 =		2,911	

Data da Colação de Grau: 27 de janeiro de 1970.-

Data da Expedição do Diploma: 5 de janeiro de 1972.-

OBSERVAÇÕES:

O aluno foi reprovado na disciplina de Psicologia da Educação no ano letivo de 1967, cuja dependência realizou no ano letivo de 1968, tendo sido aprovado.-

Paranavai, 5 de janeiro de 1972.

Secretário _____ Diretor _____

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

As disciplinas de Geografia possuem lugar de destaque, estão em maior número e até eram ofertadas em três níveis diferentes. Em sua maioria focavam nos aspectos físicos do país, na ideia de apresentá-lo em seus diferentes aspectos, sejam eles físicos, políticos ou econômicos. Contava também com duas disciplinas da Geografia Humana, uma vez que as relações espaciais também são transformadas continuamente com a ação humana, com rios mudando o seu curso e fronteiras redimensionadas, entre outros. Já as disciplinas de História eram em menor número, mas ambas as ciências caminham juntas, tendo a história nascido da Geografia, em suas origens, como área do conhecimento.

Diante da discussão, destacamos que no que diz respeito à formação docente, o currículo expressa, ao mesmo tempo, uma série de informações pertinentes e uma preocupação mediante a forma e aos processos que acarretaram na constituição de tais informações. Do ponto de vista analítico, o processo da formação de professores revela questões interessantes sobre os objetivos do Estado para com a educação, independente do período analisado. Para Santos (2018), os currículos escolares são parte indispensável em todo o processo educacional brasileiro, principalmente no que diz respeito aos conteúdos e práticas a serem utilizadas nas diversas instituições de ensino pelo país. Dessa forma, o currículo se apresenta como um guia completo para o desenvolvimento de inúmeras atividades pedagógicas sejam elas a nível escolar ou universitário.

Quadro 6 – Ingressantes do Curso de Geografia (1966)

CURSO DE GEOGRAFIA	
1.	Adauto Gonzales
2.	Afrânio Nunes dos reis (desistente)
3.	Alfeu Mallman
4.	Antônia Gimenes Franco
5.	Araceles Cecilia Gonçalves
6.	Arno Jose Mayer
7.	Augustinho Mendes Martinelli
8.	Celso Cruz
9.	Cordon Luiz Capaverde
10.	Delcides Pomin
11.	Dercy Galvão Neves
12.	Delciro Pereira Garrido (desistente)
13.	Domitila Maria Marques Franco
14.	Durvalino Rochedo Gardin
15.	Edvino Jaskowiak
16.	Ernestina Guides Jorge
17.	Felisberto Vaz Tostes de Oliveira
18.	Genir de Jesus Mozachi
19.	Hermeto Botelho Júnior (desistente)
20.	Iraci da Silva Garrido
21.	Ivonete Nicolau da Silva
22.	Jesus Hernandez
23.	Jorge Miyoshi
24.	José do Nascimento Nunes
25.	José Terbes Dicenzo
26.	Kimico Kato
27.	Lourival de Moura
28.	Luzia Bana
29.	Magali Diniz Comelli
30.	Mara Silvia Ferreira
31.	Marfisa Melo Cavalcanti
32.	Maria Lourdes Delowski
33.	Maria Lucia Machado
34.	Maria Souza Santos
35.	Natalina Ybe Marega
36.	Oswaldo Francisco Durante (desistente)
37.	Pedro Edison Juliani

38.	Talma Maria Fernandes das Neves
39.	Waldomiro Barbieri
40.	Waldomiro Esperidião
41.	Yoshihiro Fukumoto

Fonte: Relatório Final (1966).

4.6 CURSO DE LETRAS

Segundo Souza (2016, p. 18), na década de 1960, compreende-se o Curso de Letras como:

Segundo a sistemática vigente no período 1933 / 1962, o graduado em Letras, depois de um ciclo de estudos de quatro anos, se diplomava em português e respectivas literaturas, e simultaneamente em pelo menos mais duas línguas e respectivas literaturas, conforme a modalidade de sua escolha: se Letras Clássicas, em Português, Grego e Latim; se Letras Anglo-Germânicas, em Português, Inglês e Alemão; se Letras Neolatinas, em Português, Francês, Espanhol e Italiano. Ora, a experiência há muito vinha demonstrando a precariedade de formação assim tão eclética, e por isso os cursos de Letras do País vieram a ser reformados por legislação aprovada em 1962, para vigência a partir do ano subsequente.

A partir desta assertiva, “então passam a estruturar-se em habilitações, a simples, restrita ao Português e suas literaturas (Português-Literaturas), e as duplas, constituídas por Português e mais uma língua clássica ou moderna e respectivas literaturas (Português-Latim, Português-Francês, Português-inglês, etc.)” (SOUZA, 2016, p. 18). Pouco depois, legislação complementar de 1966 contempla também a possibilidade de habilitações simples em línguas estrangeiras ou clássicas (Inglês-Literaturas, por exemplo).

Quanto a questão dos professores formados em Letras, existe uma situação que aos nossos olhos é concebida como interessante:

Quanto ao magistério, vimos que, entre nós, é no período anterior (1933-1962) que ele se estrutura como uma profissão, de exercício privativo por licenciados, no que tange ao nível de ensino então chamado secundário. Para a atuação como professor universitário, contudo, até pelo menos meados da década de 1960 ainda não havia exigências formais específicas, de modo que, na área de Letras, além dos nela graduados pelas novas faculdades de Filosofia, encontravam-se mestres oriundos de diversos campos. Nesse regime, o credenciamento para o exercício do magistério superior se dava pelo chamado “notório saber”, ou então mediante concursos, de livre-docência ou para as cátedras, nome tradicional que recebiam as matérias mais destacadas dos currículos universitários. Para os demais níveis da carreira, em geral não havia concursos, cabendo aos todo-poderosos catedráticos indicar seus colaboradores e subordinados, professores assistentes e auxiliares de ensino (SOUZA, 2016, p. 19).

O Curso de Letras iniciou-se em 01 de março de 1966, com o Parecer de autorização nº. 1/66/CEE de 07 de janeiro de 1966 (PARANÁ, 1966), foi reconhecido através do Parecer nº. 705 de 17 de outubro de 1971 e Decreto nº. 69.599 de 23 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971a). A primeira Licenciatura era Letras Português – Inglês e Português – Francês.

Abaixo o Histórico Escolar de uma estudante de Letras/Frances, podemos observar que ela realizou o Curso Secundário em Rancharia – São Paulo, em um Colégio Estadual denominado Antônio Jose dos Santos, concluindo o 1º ciclo no ano de 1958 e o 2º ciclo no ano de 1962, a aluna ficou em décimo quarto no primeiro vestibular da Faculdade, com a nota de 6,43.

Figura 24 – Frente do Histórico Escolar de Letras/Francês (1972)

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI

Rua Rio Grande do Norte, s/n. - Fone. 22.0943 - Caixa Postal. 306
PARANAVAI - PARANÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: _____
 Filiação: _____
 Data do Nascimento: _____ Local: Cruzália, SP.
 Nacionalidade: Brasileira.

Curso de LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS-FRANCÊS

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: _____
 Repartição expedidora: _____
 Data da expedição: _____

CURSO SECUNDÁRIO

1º ciclo

Estabelecimento: C.E. e R.N. "D. Antônio José dos Santos" Sede: Rancharia, SP.
 Data da conclusão: 1958.

2º ciclo

Estabelecimento: C.E. e R.N. "D. Antônio José dos Santos" Sede: Rancharia, SP.
 Data da conclusão: 1962.

CURSO SUPERIOR

1º CONCURSO VESTIBULAR - Ano letivo de 1966

Disciplinas	Nota de aprovação
Português	4,20
Latim	8,00
Francês	7,10

Média final: <u>6,43.</u>	Classificação: <u>14º lugar</u>

1.ª SÉRIE - Ano Letivo de 1966

Disciplinas	Médias de aprovação	
	1.ª época	2.ª época
Língua Portuguesa I	5,87	-
Literatura Portuguesa I	7,09	-
Literatura Brasileira I	6,47	-
Língua Latina I	-	6,28
Língua Francesa I	5,50	-

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

Figura 25 – Verso do Histórico Escolar de Letras/Francês (1972)

2. ^a SÉRIE		Ano Letivo de 1967	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1. ^a época	2. ^a época	
Língua Portuguesa II	4,63	-	
Literatura Brasileira II	7,75	-	
Língua Latina II	7,87	-	
Linguística I	6,06	-	
Língua Francesa II	6,87	-	
Psicologia da Educação	-	5,25	

3. ^a SÉRIE		Ano Letivo de 1968	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1. ^a época	2. ^a época	
Língua Portuguesa III	6,00	-	
Teoria da Literatura	7,00	-	
Linguística II	-	5,25	
Língua Francesa III	6,00	-	
Introdução à Filosofia	-	6,00	
Didática	7,12	-	

4. ^a SÉRIE		Ano Letivo de 1969	
Disciplinas	Médias de aprovação		
	1. ^a época	2. ^a época	
Língua Portuguesa IV	5,92 ✓	-	
Literatura Portuguesa II	9,37 ✓	-	
Estrut. e Funcion. da Escola de 2º Grau	5,63 ✓	-	
Estág. Superv. Prát. Ens. Língua Portuguesa	6,05 ✓	-	
Estág. Superv. Prát. Ens. Língua Francesa	8,17 ✓	-	

Data da Colação de Grau: 27 de janeiro de 1970.-

Data da Expedição do Diploma: 5 de janeiro de 1972.-

OBSERVAÇÕES:

Paranavai, 5 de janeiro de 1972.

Churruarinho

Fonte: Pasta Individual de aluna no arquivo da UNESPAR.

Considerando nosso enfoque, o ensino superior, os currículos dos cursos de graduação muitas vezes são elaborados de forma unilateral, não existindo a participação dos alunos na elaboração de seus conteúdos e, muitas vezes nem ao menos dos professores. Currículos de Instituições renomadas são frequentemente tidos como base para a elaboração dos currículos de instituições menores, estas últimas não levam em consideração os aspectos sociais e

culturais de sua região e muitas vezes não sabem sequer de que forma ocorreu a formulação do currículo da Instituição que serviu como base:

No caso da elaboração e implementação do currículo este vem “de cima para baixo”, alienando o professor do processo de discussão, este passa a ser apenas um executor de tarefas. O aluno acaba por receber conhecimentos desconectados entre as disciplinas e com o mercado de trabalho, não conseguindo estabelecer conexões entre o conteúdo recebido no ensino superior e o que o mercado de trabalho exige dele: “o currículo tem como componentes solidários - objetivos, conteúdos e métodos. O solidário significa que não se pode alterar um dos componentes sem que se altere os outros dois” (D’AMBROSIO, 1998, p. 27).

Talvez essa diferenciação entre o currículo de Letras Português/Francês e o mercado de trabalho levou a sua extinção. A partir disso mostraremos a primeira turma de letras de 1966.

Quadro 7 – Ingressantes do Curso de Letras (1966)

PORTUGUÊS – INGLÊS		PORTUGUÊS – FRANCÊS	
1.	Ana Lucia Marques	1.	Alcide Correia
2.	Cleys Loureiro De Mello Consoli	2.	Antonio Carlos Amaral Lincoln
3.	Cora Maria Capaverde	3.	Celso De Lacerda Rezende
4.	Edmar Lima Cordeiro	4.	Dinah Margioni De Antonio Oliva
5.	Eliane Pimentel De Oliveira	5.	Elsa Grassioto Caselli
6.	Harry Daijó	6.	Eneuvair De Lurdes Voidelo Gonçalves
7.	Jaber Fellipe	7.	Euza De Souza Junqueira
8.	Jose Bocatto	8.	José Machado Homem
9.	Leocrecia Gomes Alvares	9.	Jose Raynoldo Michles
10.	Maria Clarice Saragioto	10.	Juracy Cruz Couto
11.	Maria José Pereira Gordo Palo	11.	Luiz Carlos da Costa Megale
12.	Maria Takahashi	12.	Maria Aparecida Garcia
13.	Matilde Godoy Vilar	13.	Maribel Dos Santos Vaz
14.	Natal Dos Santos	14.	Marilurdes Zanini
15.	Nelson Moro	15.	Mario Hélio Lourenço De Almeida
16.	Oswaldo Loureiro De Mello Junior	16.	Matheus Clemente Selhorst
17.	Ricardo Hozetz	17.	Pedro Miguel
18.	Talmor Erasmo Fernandes	18.	Roza De Oliveira
19.	Telson Jose Fernandes	19.	Sebastião De Paula Vieira
20.	Tsucaça Hirose	20.	Walter Prando
21.	Yvone Bianchini De Resende	21.	Zuleika Aparecida Peterson Mortari

Fonte: Relatório Final (1966).

4.7 A CULTURA ESCOLAR ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS

Para compreender a imagem fotográfica como representação e documento é preciso que se reflita sobre os fatores socioculturais, ideológicos e históricos que vêm determinando os seus conceitos porque, numa homologia com a história, as imagens fotográficas estão diretamente relacionadas ao universo das ideias e das mentalidades que permeiam sua

produção e trajetória. Partindo dessa premissa, é “[...] evidente que uma imagem pode ultrapassar, em duração, aquilo que representa ao mostrar como uma coisa ou alguém havia antes se parecido, e assim por implicação, como o assunto fora antes visto por ou adquirido anteriormente por outras pessoas” (BERGER, 1999, p. 12).

As fotografias nos ajudam a produzir memórias de um tempo que já se foi, mas sempre permanece presente na nossa trajetória, a fotografia continua a ser um instrumento fundamental para explicar períodos e construir vínculos com o passado, o visual é um lugar de construção e discussão de significados, um fenômeno cultural e social expressando significações sobre uma realidade social, neste trabalho a realidade social mostrada é a representação da fotografia nesta instituição de Ensino Superior, segundo Bordieu e Chartier (2011, p. 2), “[...] a fotografia, em sua dimensão prática, é acessível como bem cultural, universalmente consumido; complemento essa assertiva afirmando que tal prática cultural proporciona a constituição de um banco de memória visível, disponível no campo da cultura visual”.

As fotografias que utilizamos fazem parte do acervo particular da D. Maria Aparecida Garcia, formada na primeira turma do Curso de Letras/Frances da FAFI. Hoje ela é professora aposentada. Sua formação lhe facultou trabalhar por muitos anos em uma instituição escolar em São Paulo. Outro acervo pertencia ao falecido Professor Dermeval Nunes, o qual atuou por um longo período como secretário no *campus* da Unespar de Paranavaí.

Figura 26 – Professores da FAFI durante colação de grau em 1970



Fonte: Acervo particular de Dermeval Nunes.

A fotografia acima é um registro da primeira formatura realizada na FAFI, a qual ocorreu no ano de 1970, conforme abordamos anteriormente. Nela aparecem 17 pessoas,

sendo 11 homens e 6 mulheres. Algumas pessoas estão usando beca, indicando que é uma solenidade da congregação. Há, contudo, ao fundo, 4 homens que vestem terno, sem a beca.

A identificação das pessoas que aparecem na fotografia só foi possível devido a duas ex-alunas da FAFI: a Prof. Maria Aparecida Garcia (egressa do Curso de Letras) e a Prof. Berenice Vessoni, (egressa de Pedagogia). Ambas ingressaram na primeira turma, em 1966. Segundo elas, na primeira fileira estão sentadas, da esquerda para direita: Profa. Maria Tereza Liwicki; Profa. Lucinda Beaux Michelin; Profa. Edna Almeida Andriolli; Profa. Neusa Pereira Braga; Profa. Léa Bergamashi; e, atrás está a Profa. Graça Marquesini. Na segunda fileira estavam sentados, da esquerda para a direita: Prof. Dr. Nelson Leal; Prof. Dr. Hamilton Vilela Magalhães; Prof. Hamilton Bueno; Prof. João Borba de Camargo; Prof. Ângelo Sebastião Andrade; e, Prof. Gonçalo Casado Valbuena. Na última fileira estava o Prof. Dr. José Deleto Lobo; Prof. Eracles Messias; Prof. Dr. Antônio Tchaika; Prof. Attilio João Andriolli; e, Prof. Dr. Devanir Roque Eugenio.

A fotografia revela o momento mais esperado da instituição e da comunidade: a colação de grau. Materializava-se, assim, a luta que se estabeleceu pela implantação de uma instituição de ensino superior na cidade e que se efetivou em 1965, mediante a criação da Fundenorpa, conforme trabalhamos na seção anterior.

A pesquisa também revelou algumas peculiaridades que envolveram pessoas da instituição, como por exemplo que a Prof^a Edna Almeida Andriolli e o Prof^o Attilio João Andrioli eram casados. Ela foi a primeira vereadora de Paranavaí, teve dois filhos. Um deles é Professor no Curso de Matemática da Unespar. A sua presença foi marcante na sociedade de Paranavaí e em sua memória, a Câmara Municipal instituiu o “o diploma “Vereadora Edna de Almeida Andriolli”, homenagem do Poder Legislativo pelo Dia Internacional da Mulher”, o qual é entregue a mulheres que se destacam na cidade, em 8 de março (DIÁRIO DO NOROESTE, 17/03/2022).

A relação da instituição com a formação da intelectualidade e lideranças locais também tem reconhecido o nome da professora Neusa Pereira Braga, outra mulher muito ativa em prol da educação na cidade. Em sua homenagem, uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Jardim São Jorge leva o seu nome.

O Professor João Borba de Camargo é outro exemplo da formação cultural que se expande, integrando instituição e sociedade. É um escritor de artigos relacionados à geografia econômica da região, bem como autor dos livros *Elementos Formadores da Sociedade Brasileira* (CAMARGO, 1996) e *História do Paraná 1500 a 1889* (CAMARGO, 2004).

Essas professoras e professores, além de deixarem um legado para cada indivíduo de forma particular, engrandeceram a sociedade, formando a intelectualidade da região.

Uma das formas de produzir a memória da trajetória histórica de uma instituição é por meio de imagens. As fotografias acompanham as festividades e são documentos utilizados por pesquisadores para compreender a história de uma instituição. A intencionalidade que embasa a sua produção também tem o intuito de produzir representações acerca do vivido momento e das pessoas que por lá passaram, em particular nas formaturas. Na acepção de Werle (2005, p. 3),

A formatura é uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar institucionalizada. [...] Uma formatura é um importante momento no funcionamento das instituições escolares, destacada referência por comprovar os atos pedagógicos de sucesso processados em seu interior. Ela é o momento final de um processo de formação, significando uma graduação, um avanço reconhecido publicamente na escala de escolaridade, que diferencia os que a obtiveram das demais pessoas e que, no caso de cursos de formação profissional, marca uma prerrogativa de trabalho.

O momento em que os formandos realizam o juramento é clássico numa solenidade de formatura e formaliza o compromisso de cada profissional, perante a instituição e a comunidade, em cumprir de forma ética com o que se espera para a sua profissão. A fotografia eterniza esse ato. Nesta imagem em preto e branco o fotógrafo eternizou o momento em que formandos faziam o juramento. Suas faces claras e becas com detalhes brancos contrastam com o fundo negro do ambiente. As expressões revelam alegria, satisfação, serenidade, mas também compromisso de mulheres e homens.

Figura 27 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (1)



Fonte: Acervo particular de Demerval Nunes.

Figura 28 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (2)



Fonte: Acervo particular de Demerval Nunes.

A fotografias, segundo Werle (2005, p. 8), são suportes que “recordam a festividade de formatura pelo conjunto de atores que agrega, pelos trajes com que foram fotografados, pelas autoridades que legitimaram o momento e que também foram perpetuadas”. Era o último momento em que colegas de tantos anos estariam reunidos com vínculo institucional. A formatura fatalmente levou cada um a destino diferente pela “ruptura de pertença do grupo de diplomados” (WERLE, 2005, p. 14) em relação à instituição.

Os quadros, artisticamente organizados, poderiam reunir um grupo seletivo de imagens de pessoas escolhidas. Em geral ficavam em lugares de maior visibilidade. Diversos elementos compõem a ritualidade da conclusão de curso, articulados a status social, condições econômicas das famílias e importância da escola em que o curso foi realizado e do título obtido. São objetos e relações variadas: anéis, solenidades festivas em auditórios com convidados, discursos (CUNHA, 2002; NASCIMENTO; DANIEL, 2002), paraninfos, bailes, missas de ação de graças, roupas especiais – smoking, toga e aparatos e símbolos que compõem o ato de conclusão de um curso e sua comemoração ritual (WERLE, 2005).

A formatura da primeira turma foi realizada conjuntamente entre os quatro cursos, assim como as fotografias. A formatura é uma ação que marca intelectual e emocionalmente as pessoas, representando o fim de um ciclo, tanto para os formandos quanto para os familiares, a tradição nos mostra que mesmo ocorrendo há décadas, os elementos permanecem, como por exemplo o traje utilizado na solenidade e o juramento, constituindo-se parte da cultura escolar, que “[...] integra os valores, as crenças e as ideologias dos membros da organização. Os valores permitem atribuir um significado as ações sociais e constituem um

quadro de referência para as condutas individuais para os comportamentos grupais” (NÓVOA, 1995, p. 31).

Figura 29 – Formandos das primeiras turmas em 1970 (3)



Fonte: Acervo particular de Demerval Nunes.

A exceção do curso de Ciências, a formatura dos demais cursos de 1966, foi realizada no dia 31 de janeiro de 1970 com uma Missa de Ação de Graças na Catedral de São Sebastião em Paranavaí as 18h30min logo após um culto em Ação de Graças as 20h30min na Igreja Presbiteriana. Um Banquete já havia sido realizado no dia 27 de janeiro de 1970, ao 12h00, o paraninfo das turmas foi o Inspetor Seccional de Ensino Federal, Prof. Dr. Otávio Mazziotti, O Patrono Dr. Paulo da Cruz Pimentel, Governador do Estado do Paraná na época (CONVITE DE FORMATURA, 1970), com homenagem póstumas ao Prof Hamilton Pereira Bueno que havia falecido em um acidente no percurso para dar aula na Faculdade e a colega Elza Gracioto Caselli, que faleceu em decorrência de um suicídio pela perda de seu filho.

Partindo desta assertiva, percebemos que os ritos e os cerimoniais da diplomação se tornam muito relevantes aos estudantes ao final do curso, principalmente quando se aproximam os arranjos da formatura. A solenidade, que de outra forma se reproduz também nas escolas, com as crianças pequenas, integra o processo formativo como parte do processo formativo. Acontece uma só vez, ao final do curso, elevando assim a atenção para o evento. Segundo Avelar (2007, p. 151), “colação de grau é, tradicionalmente, um ato obrigatório para a emissão e registro do diploma e não pode ser dispensada que seja a qualquer alegação”, conforme o Parecer 783, aprovado em 8 de novembro de 1971 pela Comissão de Ensino Superior – CESu:

Quanto aos termos, esclarecemos que é livre a apresentação dos diplomas – formato e conteúdo – embora deles não possam deixar de constar o título conferido e, quando o curso abranger mais de uma habilitação (como Pedagogia e Letras, por exemplo), a habilitação (ou as habilitações) que o diplomado realmente obteve. Aliás, nesta última hipótese, aconselha-se que o diploma contenha no anverso apenas o título geral de graduação e no verso as habilitações. Desta forma, as novas habilitações que o seu portador venha a obter, mediante volta à escola, poderão ser igualmente lançadas no verso, evitando-se o absurdo de que mais de um diploma seja expedido para o que em rigor é um só curso. Observe-se ainda que nas universidades, conforme dispõe o art. 8.º, § 3.º, do Decreto-Lei no. 252/67, “o título será sempre conferido” e o diploma assinado pelo Reitor, e não pelo Chefe do Departamento (BRASIL, 1971c, p. 265).

Deste modo, Avelar (2007, p. 152), alega que a colação

[...] segue fazendo parte da cultura escolar um ato instituído nas rotinas acadêmicas universitárias, e que, pelo valor atribuído, torna-se um sonhado objeto de desejo, principalmente em razão dos valores de pertencimento produz em seus participantes, é um momento cultural de realização, marca o próximo caminho para um campo profissional cheio de conquistas.

O bom convívio entre os indivíduos torna o percurso mais leve, a ajuda mútua faz com que as interações e os aspectos individuais levem o indivíduo a ter mais prazer pelo conteúdo, pela socialização, e isso muda também seu convívio em sociedade com outras pessoas. Outro ponto importante da formatura é o diploma, a primeira turma colou grau em 1970, mas seu diploma só foi entregue em 1972, devido ao reconhecimento da Faculdade, abaixo temos o diploma da aluna Maria Aparecida Garcia da Turma de Letras Francês:

Figura 30 – Diploma de formanda do Curso de Letras Português/Francês (1972)



Fonte: Acervo particular de Maria Aparecida Garcia.

Os detalhes do diploma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI) evidencia a relevância com que se revestia esse documento. Ao centro do diploma há o nome da Faculdade e abaixo dele os dados do reconhecimento pelo CFE datado de 1971. Observa-se a descrição do curso e o nome da graduada. Abaixo do texto do diploma, ao centro, está o símbolo da FAFI com ramos de café e de algodão ladeando um globo. Sobre ele está o mapa de Paranavaí (em amarelo), uma tocha acesa e um caderno com as páginas em branco. Os ramos de café e algodão remetem à ideia da bandeira do estado do Paraná, cujos ramos são de erva-mate e araucária. A cultura cafeeira era forte na região. A arte que compõe o certificado também faz uso de uma figura, provavelmente mitológica, a qual segura um pote com chama acesa. Os diplomas representam o ponto máximo de uma trajetória formativa, culminando com uma nova etapa na vida das pessoas.

A vida acadêmica se organiza em relações afetivas, em parcerias para ao trabalho. Na fotografia a seguir, da esquerda para a direita estão alguns concluintes, sendo Maria Aparecida Garcia, Magali Comelli, Maria Takarachi, Coralia Capaverde, Matilde Godoy, e ao centro encontra-se Nelson Moro. A fotografia em preto e branco permitiu eternizar o momento, as pessoas, sua forma de vestir e as emoções. Segundo informou Maria Aparecida Garcia, cuja fotografia está em seu acervo particular, foi o dia de fotos com a beca que seria a lembrança da formatura, por serem amigos tiraram uma foto para lembrança. O pesquisador Augustin Escolano evidencia que “como instituição social, a escola abriga entre seus muros

situações e ações de co-presença, que resultam em interações dinâmicas” (ESCOLANO, 2017, p. 77).

Figura 31 – Formandos de 1969



Fonte: Acervo de Maria Aparecida Garcia.

A instituição de Ensino Superior também é lugar de formar amizades. Segundo Baldini (2000, p. 10), “Aristóteles, por exemplo, nos forneceu a mais célebre definição de amigo (um amigo é ‘uma única alma em dois corpos’)” e, prossegue em seu pensamento, “Cícero, a respeito da amizade, diz o seguinte: ‘A amizade é nada mais do que um entendimento perfeito entre as coisas divinas e humanas, junto com o sentimento de se querer bem e amar-se mutuamente’.”

As festividades também são currículo, ou seja, a vivência que se estabelece entre os pares, o respeito, de formação de consciência crítica, de cumplicidade, amizades, confiança e a convicção de que uma instituição de Ensino Superior é o lugar de transformação, de superação, não de controle ou submissão. A figura abaixo é um exemplo desse período em que confraternizações fazem parte da formação. Nela a então formanda de Letras/francês, Maria Aparecida Garcia abria um presente de amigo secreto. A outra é atual.

Figura 32 – Maria Aparecida Garcia em 1969 e em 2023



Fonte: Acervo de Maria Aparecida Garcia.

Brincadeiras, como amigo secreto, também fazem parte da cultura escolar, como foi, por exemplo, na atividade realizada pela turma como encerramento de fim do curso e eternizada pelas lentes do fotógrafo. Numa fotografia está Maria Aparecida Garcia em 1969 e na outra está ela em 2023, já aposentada. Consideramos que a investigação sobre a história da educação se faz por meio de uma indagação sistemática acerca das práticas com que se tece a vida cotidiana da escola.

Suas análises são voltadas para a busca do sentido de uma “cultura da práxis”, o que se traduz em uma atenção aos objetos, às imagens, aos textos, aos sujeitos e suas vozes, enfim, a tudo o que compõe o patrimônio material e imaterial da escola. As fotografias revelam representações sociais de alunos e professores em relação à cultura escolar presente na instituição. Segundo Escolano (2017), “procurar interpretar as significações e os sentidos que atravessam as atitudes dos sujeitos e, ao mesmo tempo, as chaves semânticas e culturais que afetam a definição edificam os agentes (ou sujeitos) da educação, em suas ações cotidianas”.

Seguindo esta assertiva, Escolano (2017), nos orienta sobre a possibilidade de conciliar educação e história tendo por base a cultura que se produz no interior da escola. “Em cada geração, foi como cultura que a escola se substantivou, e foi como experiência que se tornou significativa. Para as gerações actuais, a escola é cultura e experiência”. O autor esclarece que a escola-instituição foi por diversas vezes questionada, mas a educação precisou (e precisa) da escola.

Outro exemplo da vida pulsava no interior dessa instituição é a fotografia da primeira turma de letras realizando uma comemoração de encerramento, no ano de 1969. Nessa

ocasião foi realizado o amigo secreto. Mesmo sendo um dia festivo, com alimentos sobre uma mesa coberta com toalha e decorada com flores, o lugar remete ao espaço da sala de aula, principalmente definido pelo quadro negro, ao fundo, tomado por inúmeras palavras e recados que se representam o conjunto de conhecimentos e a base profissional da docência.

Figura 33 – Primeira turma de formandos de Letras 1969



Fonte: Acervo de Maria Aparecida Garcia.

Na Figura acima estão 25 pessoas no amigo secreto da turma de Letras/Frances no encerramento do Curso em 1969, ao fundo observamos o quadro negro com algumas frases, todos muito animados e sorridentes, vestidos casualmente.

Podemos entender esse processo a partir de Chartier (2002, p. 169), o qual explicita que a “[...] realidade é percebida, construída, representada”. Os acontecimentos e as situações vividas pela instituição desde 1965 são o alicerce, a edificação que, ao mesmo tempo em que constrói essa história, a qual ultrapassou as práticas do currículo prescrito, contribuiu com a formação de muitos cidadãos e o desenvolvimento da cidade, de modo a fazer com que se “[...] reconheçam em uma identidade social” (CHARTIER, 2002, p. 169).

Nesta pesquisa buscamos reconhecer e reafirmar a cultura e as memórias daqueles que participaram da construção da história desta instituição que, por meio de seus cursos promoveu a formação e crescimento. Certamente cada um tem lembranças particulares de fatos e acontecimentos ao longo da graduação.

Foram produzidas memórias e o seu resgate, ainda que parcial, por meio da pesquisa, traz à vida, ao contexto atual, aspectos desconhecidos ou esquecidos dessa trajetória. Esta

pesquisa simboliza um pequeno reconhecimento dessa importante conquista da sociedade. Afinal sou filha desta instituição e sinto muito orgulho de fazer parte desta história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2023, quando finalizo esta pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaíba/PR, a instituição de ensino comemora 58 anos de existência no município de Paranaíba/PR. A oportunidade de realizar esta investigação sobre a instituição foi um privilégio, pois permitiu descrever as transformações sociais que construíram a memória dessa instituição e sua importância para a cidade, o que é uma forma de homenageá-la e tornar presente a sua história para a municipalidade. A existência dessa instituição está vinculada às necessidades educacionais.

Ao final da mesma, percebemos que a Faculdade foi essencial para a formação dos professores a partir do momento que fincou suas raízes nessa região, o cuidado que notamos ao lermos as Atas, em questão da realização do vestibular, na formação da administração da instituição, onde eram realizadas reuniões semanais, a cobrança na busca de professores que fossem formados e capacitados para transmitirem o conhecimento aos seus próximos pupilos, na construção do currículo dos Cursos, onde prevaleceram o cuidado com as Licenciaturas, para a formação de um professor qualificado e preparado para a sala de aula, na gestão do município e da comunidade, sendo que preocupavam-se com a localização da instituição, ou seja, o cuidado para que fosse um local que atendesse todas as demandas estruturais, percebemos que foi uma instituição planejada e muito bem preparada para receber e formar seus futuros professores.

Por isso, apresentaram-se as transformações históricas que provocaram mudanças na concepção das Faculdades. A partir da trajetória dessas instituições, foi possível compreender os principais momentos sócio-históricos, econômicos e políticos de nosso país, além de como esses fatores influenciaram o Ensino Superior de cada período e na região paranaense. Realizaram-se pesquisas nos Arquivos Públicos da cidade assim como do País. Essas explanações tentaram desvelar dimensões e experiências do Ensino Superior Brasileiro, tanto dos sujeitos que possuíam condições de obter esse ensino como daqueles que não conseguiam devido as dificuldades, pequenos personagens da história que, em muitos momentos, tiveram suas dignidades e oportunidades de aprendizagem desconsideradas pelas condições sociais e históricas de seus tempos. Portanto, a partir dos estudos realizados, pode-se afirmar que o interesse pela educação no Ensino Superior no Brasil ocupou diferentes posições ao longo da história de nossa nação, essas disposições sempre estiveram relacionadas à posição social. A situação econômica, entretanto, nunca foi o suficiente para explicar a complexidade do acesso ao Ensino Superior ao longo de nossa história.

A pesquisa nos mostrou que as políticas destinadas à formação docente no Brasil, está marcada por interesses econômicos e políticos. Seguindo esse movimento de organização da educação no estado do Paraná, pensando na formação de professores, que se iniciou o processo de institucionalização da FAFI, fundada em 1965. Ao longo da existência desse estabelecimento de ensino, várias foram as mudanças enfrentadas pelo Ensino Superior Brasileiro, em particular, no tocante às metodologias de ensino e às concepções pedagógicas. O estudo entreteceu a trajetória da FAFI ao contexto dos principais acontecimentos sócio-históricos, econômicos e políticos da História da Educação de nosso país, bem como descreveu de que modo esses fatores influenciaram a ação didático pedagógica na instituição.

Os resultados desta pesquisa retratam a árdua luta e os embates pela conquista do direito dos indivíduos ao Ensino Superior e a formação de futuros profissionais de Ensino, efetivada em razão das transformações políticas, sociais e culturais, mas que ainda carece de investimentos em infraestrutura, pessoal e políticas públicas para que possa, de fato, promover o desenvolvimento.

A pesquisa atingiu a comunidade, durante sua realização buscamos ajuda da comunidade para conseguirmos informações como nomes, datas, e histórias da instituição. Essa parte da pesquisa foi um momento muito interessante, pois, por meio dessa interação constatamos que a investigação não é um evento restrito ao meio acadêmico. As pesquisas, além de contribuírem com material para o campo científico, se efetivam com a comunidade e com a sociedade, que é parte essencial do trabalho. A participação da comunidade, por meio de suas diferentes representações, foi essencial para esta investigação. Essa constatação, me fez pensar que, devemos repensar para quem escrevemos e por que escrevemos. A contribuição que obtive, de forma extraordinária, foi escrita de forma a ser acessível por eles e para eles, porque afinal, é parte da história de cada um.

Neste trabalho, defendi que a possibilidade de estudar o passado e o conhecimento que resulta dessa ação permite estabelecer reações pertinentes com o presente, ressignificando o e o recriando. A educação nos ensina a descobrir nossa própria problemática na problemática de povos distantes e a compreender outros pontos de vista através da redefinição do nosso. Ao narrar a trajetória histórica da FAFI, fortaleceram-se o percurso e a atuação dessa instituição junto ao município de Paranaíba. Nesse sentido, abriu-se um espaço para ensinar o conhecimento de aspectos da trajetória histórica dessa instituição que não foram explorados em qualquer outro estudo, dada a sua subjetividade e particularidade, ao mesmo tempo em que oportunizou ampliar as possibilidades de compreender outros aspectos comuns à história

das demais instituições de Ensino Superior do Brasil que compartilharam de um percurso semelhante.

Outrossim, ao mesmo tempo em que se conferiu ênfase à trajetória da FAFI, os discursos daqueles que compuseram essa história, ao Ensino Superior e aos profissionais que se formaram, frequentam e atuam nesse espaço foram valorizados, de maneira a possibilitar que esses sujeitos seguirão escrevendo uma história linda que não pode ter fim. No cruzamento de histórias e memórias, novos fatos vão sendo construídos, de forma a enriquecer essa trajetória, para que, em breve, novas pesquisas sejam desenvolvidas abordando um novo olhar e com novas fontes. Como defendeu Chartier (1990, p. 14), essa ação pode permitir “[...] a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros”.

Do mesmo modo, se compreendermos as memórias e os fatos que constituem a trajetória histórica da FAFI, compreenderemos um pouco mais dos traços que compõem a educação e a cultura na comunidade paranavaense. Assim, teremos premissas para propor mudanças a fim de que o município siga em busca de uma Educação de qualidade, inclusiva e universalizada. Compete ressaltar que esta pesquisa de início foi realizada em um período de pandemia em virtude da covid-19. As investigações foram pensadas a partir desse contexto e da situação de isolamento social.

A pandemia ainda não acabou, mas, certamente, aprendemos muito ao longo desse período; logo, as pesquisas não podem parar. Não que eu tenha respondido a todos os questionamentos que me cabiam ou esgotado a temática, mas vale sempre ponderar que há novas histórias para serem contadas, há novos fatos para serem interpretados, sem, jamais, deixar de lado o cuidado e a delicadeza de narrar uma trajetória tão importante para o município de Paranavaí e para a história do Ensino Superior paranaense e brasileiro, assim como da formação dos nossos profissionais da Educação, porque, é a partir deles que se inicia a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia, Ciência e sociedade**: uma introdução do pensamento Geográfico. Recife: EDUFPE, 2008.
- ARAÚJO, Viviane Patricia Colloca. **Relatório Final de Pesquisa**: Currículo oculto nos dias de hoje: revelado ou ainda velado? Ribeirão Preto: UNIP; Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.
- ARIOCH, David. **Fafipa, a faculdade mais antiga do noroeste do Paraná**. Paranavaí, 5 abr. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/300oli7>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ARIOCH, David. Paranavaí, uma colonização centenária. **Jornalismo Cultural**, 10 set. 2015. Disponível em: <https://davidarioch.wordpress.com/?s=gleba+pirapo>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ATA DO CONSELHO DE CURADORES. **Primeiro vestibular da FAFI**. Paranavaí: FAFI, 16 mar. 1966.
- AVELAR, Ediana Abreu. A prática da formatura na educação superior: apontamentos para uma reflexão. **Dialogia**, São Paulo, v. 6, p. 149-156, 2007.
- AYRES, Ana Cléia Moreira; SELLES, Sandra Escovedo. História da formação de professores: diálogos com a disciplina escolar de ciências no ensino fundamental. **Ens. Pesqui. Educa. Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 51-66, ago. 2012.
- BALDINI, Massimo (org.). **Amizae & Fiósofos**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BARNETT, Ronald; COATE, Kelly. **Envolvendo o currículo no Ensino Superior**. Berkshire: Open University Press, 2005.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Tradução de Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOGONI, Saul. **Fatos da História de Paranavaí no contexto do Paraná**. Paranavaí: Gráfica Paranavaí, 2017.
- BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas Constituições brasileiras. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 14, p. 62-67, fev. 1986.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BRAGA, Ney Aminthas. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa**. 1965 pelo senhor Ney Aminthas Braga, Governador do Paraná. Curitiba, 1965.

BRASIL. Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Rio de Janeiro, 7 abr. 1925. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782aimpressao.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 5800. Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 7929. Rio de Janeiro, 6 abr. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 11429. Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei nº. 54.999, 13 de novembro de 1964. Institui a Conferência Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 11620. Brasília, DF, 18 dez. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54999-13-novembro>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 10369. Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº. 252/69**. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, DF: CFE, n. 100, p. 101-179, 1969a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE nº. 2/69**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do Curso de Pedagogia. Documenta. Brasília, DF: CFE, n. 100, p. 113-117, 1969b.

BRASIL. Decreto Federal nº. 69.599, de 23 de novembro de 1971. Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavai – Paraná. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 9642. Brasília, DF, 26 nov. 1971a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69599-23-novembro-1971-417927-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 6377. Brasília, DF, 12 ago. 1971b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº. 783, de 8 de novembro de 1971, C.E.Su. (2º. grupo)**. Diplomas de cursos superiores, conteúdo e registro. Brasília, DF: CFE; 1971c.

BRASIL. Cidades. **Paranavaí**. Panorama. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/panorama>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_documento&view=download&alias=48631-reformprof1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2023.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016.

CAMARGO, João Borba de. **Elementos formadores da sociedade brasileira**. Londrina: Grafman, 1996.

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná 1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004.

CASTRO, Nádia Studzinski Estima de. **Um olhar para as estudantes mulheres do curso de Pedagogia a distância da UFRGS**. 2018. 95 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Coleção Memória e Sociedade).

CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Documenta**. Paranavaí: CFE, 1970.

CONVITE DE FORMATURA. **Primeiras Turmas da FAFI**. Paranavaí: FAFI, 1970 (impresso).

CORREIO DA MANHÃ. **Caderno da Reforma Universitária**, Paranavaí, p. 20-33, 22 ago. 1968.

CRITÉRIA. Câmara de Educação Superior. **Parecer do Conselho Estadual de Educação do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1966.

CRITÉRIA. Câmara de Educação Superior. **Parecer do Conselho Estadual de Educação do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1970.

CRITÉRIA. Câmara de Educação Superior. **Parecer do Conselho Estadual de Educação do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1971.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada**: o Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior: a gratuidade necessária. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 12, p. 140-158, jul./dez. 1996.

CUNHA, Maria Teresa S. Centelha de Idealismo: ser professora nos discursos de formatura do Curso Normal. *In*: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (org.). **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 71-91.

CUNHA, Maria Isabel da; ZANCHET, Beatriz Maria Boessio Atrib. A problemática dos professores iniciantes: tendência e prática investigativa no espaço universitário. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 189-197, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/6999/5717>. Acesso em: 21 fev. 2023.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Formação de professores: um estudo internacional comparativo. **Revista de Educação PUC**, Campinas, v. 1, n. 4, p. 24-32, jun. 1998.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 29 jul. 1971a.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Otimismo no reconhecimento da Faculdade**. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 10 ago. 1971b.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 21 set. 1971c.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 2 nov. 1971d.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Colação de grau dos licenciados da FAFI**. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 4 mar. 1972a.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 12 maio 1972b.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 20 abr. 1974a.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 18 jul. 1974b.

DIÁRIO DO NOROESTE. Paranavaí: Câmara dos Vereadores de Paranavaí, 14 set. 1974c.

DIÁRIO DO NOROESTE. **Mulheres são homenageadas pela Câmara.** Paranaíba, 17 mar. 2002. Disponível em: <https://diariodonoroeste.com.br/mulheres-sao-homenageadas-pela-camara/>. Acesso em: 27 set. 2022

ESCOLANO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Campinas: Alínea, 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEIBER, Silmara Dias. **O espaço estético como expressão social na arquitetura jesuítica: uma abordagem geográfica.** 2013. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. **A História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005,** Curitiba: PUC, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3bIqFN9>. Acesso em: 15 out. 2022.

GENTA, Plínio. **Ata do Conselho de Curadores da FAFI.** Paranaíba: FAFI, 16 fev. 1966a.

GENTA, Plínio. **Ata do Conselho de Curadores da FAFI.** Paranaíba: FAFI, 17 abr. 1966b.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais:** Paranaíba. 1960. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87700&btOk=ok>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1990 (Coleção Repertórios).

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUPION, Moysés. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1950 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná.** Curitiba: arquivo Público do Paraná, 1950. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/156766/Ano_1950_MFN_942.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 173-182, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621>. Acesso em: 16 set. 2022.

MARTINS, Claudia Regina Kawka. O ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do Estado nas reformas educacionais. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 7-28, out. 2002. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847842/mod_resource/content/1/O%20ensino%20de%20hist%C3%B3ria%20no%20Paran%C3%A1%20na%20d%C3%A9cada%20de%20setenta.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Carla D' Lourdes do; DANIEL, Leziany Silveira. Instituto de Educação de Florianópolis e os Intelectuais Catarinenses na década de 40. *In*: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (org.). **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 53-70.

NOVAK, Eder da Silva; MOTA, Lucio Tadeu. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Rio Tibagi – PR na primeira metade do século XX. **Campos**, Curitiba, v. 14, n. 1/2, p. 77-113, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42471/25830>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NOVAK, Éder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 18, n. 32, p. 76-97, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5824/2968>. Acesso em: 22 ago. 2022.

NÓVOA, António. **As organizações escolares em análise**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Mônica; FAVARO, Neide de. **A formação de professores e as atuais políticas públicas brasileiras**. 2019. 15. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2019.

PADILHA, Regina Célia Habib Wipieski. Notas sobre o trabalho docente nas universidades paranaenses nos anos de 1970 e 1980. *Revista Eletrônica Polidisciplinar Voos*, Guarapuava, v. 1, p.101-108, mar. 2008.

PARANÁ. **Lei nº. 790, de 14 de novembro de 1951**. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado. Curitiba, 1951. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquenio-de-1952-a-1956>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PARANÁ. **Lei nº. 4.978, de 5 de dezembro de 1964**. Estabelece o sistema Estadual de Ensino. Curitiba, 1964. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=12350&codItemAto=413461>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 1/66, de 07 de janeiro de 1966**. Curitiba: CEE, 1966.

PARANÁ. Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 5481. Curitiba: Câmara dos Deputados, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PARANÁ. Lei nº. 8.485, de 03 de junho de 1987. Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná. **Diário Oficial nº 2540 de 8 de junho de 1987**. Curitiba, 3 jun. 1987. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8360&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 8 nov. 2022.

PARANÁ. **Lei n. 9.466, de 12 de dezembro de 1990**. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, com sede e foro em Paranavaí. Curitiba, 1990. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-9466-1990-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-fundacao-faculdade-estadual-de-educacao-ciencias-e-letras-de-paranavai-fafipa-com-sede-e-foro-em-paranavai>. Acesso em: 15 maio 2022.

PARANÁ. **Lei n. 9.663, de 16 de julho de 1991**. Transforma em Autarquias as Fundações Estaduais que menciona e adota outras providências. Curitiba, 1991. Disponível em: <http://celpar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/2246ed56351b7a5203256ab00064766f?OpenDocument>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PARANÁ. **Lei nº. 17.590, de 12 de junho de 2013**. Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior que menciona, e adota outras providências. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=localizarAto&codTipoAto=1&nroAto=17590&dataAto=12/06/2013&dataPublicacao=12/06/2013&tipoVisualizacao=compilado>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PARANAVAÍ. **Lei Ordinária nº. 389 de 27 de outubro de 1965**. Cria o Fundo Municipal Ensino Superior. Paranavaí: Prefeitura do Município de Paranavaí, 1965a.

PARANAVAÍ. **Decreto Municipal nº. 855, de 10 de novembro de 1965**. Autoriza a abertura de matrícula para os Cursos de Ciências, Geografia, Letras e Pedagogia. Paranavaí: Conselho Estadual de Educação, 1965b.

PARANAVAÍ. **Regimento da FAFI**. Regimento aprovado conforme Parecer n.o 160/99, do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, homologado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, conforme Resolução n.o 036/99-SETI, de 29 de setembro de 1999. Paranavaí: FAFI, 1966.

PARANAVAÍ. **Lei Ordinária nº. 555, de 23 de junho de 1971**. Modifica a Lei n. 389, de 27 de outubro de 1965 e dá outras providências. Paranavaí: Prefeitura do Município de Paranavaí, 1971.

PARANAVAÍ. **Lei Ordinária nº. 673, de 09 de abril de 1974**. Institui a Fundação de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, resultante da transformação da Fundação Educacional do Noroeste do Paraná, entidade mantenedora da Faculdade. Paranavaí: Prefeitura do Município de Paranavaí, 1974.

PARANAVAÍ. **Lei Ordinária nº. 704, de 24 de janeiro de 1975**. Institui a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí resultante da transformação da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí. Paranavaí: Prefeitura do Município de Paranavaí, 1975.

PPC. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas. **Portaria nº. 10/2018-GD**. Paranavai: UNESPAR. 2018. Disponível em: https://paranavai.unespar.edu.br/graduacao/ambiente-de-teste-1/ciencias-biologicas/ppc_ciencias_biologicas_pvai_2018-franciele-bohm-unespar-paranavai.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

PPC. Projeto Pedagógico do Curso de Geografia. **Portaria nº. 0010/2018-CCHE**. Paranavai: UNESPAR, UNESPAR. 2018. Disponível em: <https://prograd.unespar.edu.br/assuntos/graduacao/cursos/paranavai/ppc-de-geografia-paranavai.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº. 3.810, de 19 de março de 1932**. Regula a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga escola normal e estabelecimentos anexos. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1932.

REIS, Rita de Cassia; MORTIMER, Eduardo Fleury. Um estudo sobre licenciaturas em ciências da natureza no Brasil. **EDUR - Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, e 205692, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37560>. Acesso em 20 fev. 2023.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Conferência Nacional Ensino secundário, primário e profissional**. Editora: Ferbaz, São Paulo, ano 2, n. 1, v. 9, ano 3, p. 21-35, out./dez. 1929. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/177738>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 129-144, 2000,

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. BRASIL, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006.

SANTOS, Juliana Silva dos. **Os Estudos Sociais e a Geografia: uma análise dos guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino do 1º grau (currículo verdão)**. 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas do Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 83-107, jan/jun. 2013.

SCHMIDT, Leide Mara. **O Ensino Superior no Contexto das Políticas Públicas**: uma experiência de Gestão no Estado do Paraná. 1999. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10081>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campo. **Política Educacional e Hegemonia**: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960. 2000. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/210097>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, Beatriz Fernanda Almeida da; STENTZLER, Márcia Marlene. Pedagogia da UNESPAR: campus de Paranavaí e a história da formação de professoras na região noroeste do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 22, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659142>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SOUZA, Roberto Acizelo de. Os cursos de Letras no Brasil: passado, presente e perspectivas. **Opiniões**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4-5, p. 13-26, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/114864/112592>. Acesso em: 20 fev. 2023.

STENTZLER, Márcia Marlene (org.). **Conhecendo nossa história da educação**: a Escola Normal Professora Amasilia de União da Vitória, PR. União da Vitória: Kayganguê, 2018.

TAVARES, Daniele Aparecida de Lima. **Trajetórias da formação docente**: o caso da Licenciatura Curta em Ciências das décadas de 1960 e 1970. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília, DF: INL, 1976.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Histórico**: Universidade Federal da Bahia – A primeira do Brasil. Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: <https://www.ufba.br/historico>. Acesso em: 14 jan. 2022.

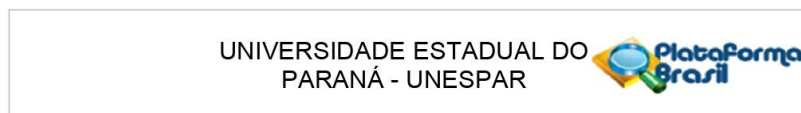
VALÉRIO, Telma Faltz. **Associação Brasileira de Educação**: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928-1942). 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41479>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VIEIRA, Cleber Santos. **Ensino Superior e Regime Militar no Brasil**: a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976). 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93297>. Acesso em: 25 mar. 2023.

WERLE, Flavia Obino Correia. Ancorando quadros de formatura na história institucional. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2005. Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2005. p. 1-16. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-322-int_ok.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIA DA FAFI/FAFIPA/UNESPAR E DO CURSO DE PEDAGOGIA EM PARANAVAÍ/PR (1965-2022)

Pesquisador: MARCIA MARLENE STENTZLER

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 50371921.8.0000.9247

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.029.245

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de investigação histórica sobre a atual Unespar-Campus Paranavaí e a constituição do Curso de Pedagogia na Instituição ao longo dos anos de 1965-2022. O estudo se realizará por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Para tal, as fontes documentais serão buscadas no arquivo da Unespar, campus de Paranavaí/PR, após a liberação do comitê de ética, será feito um levantamento de quais documentos são essenciais para a construção da história da instituição e do curso de Pedagogia, feito isso, nada será retirado do local, todo o procedimento será registrado através de fotos e salvo em arquivos específicos digitais.

A inter-relação com a sociedade será analisada com base em notícias publicadas no periódico Diário do Noroeste (1971-2020), acervo disponível na Câmara Municipal de Paranavaí. Nesta instituição, assim como na Prefeitura Municipal, Casa da Cultura e Biblioteca Municipal, é feito primeiramente o agendamento para a pesquisa, logo após será feito um levantamento de fotografias e documentos existentes neste local, no recorte temporal do projeto, nada irá ser retirado do local, serão feitas fotografias que vão ser arquivadas em local específico para posterior análise. Acervos particulares, especialmente fotografias de formandos, vão ser coletadas via internet por meio de meios de comunicação digitais (facebook, WhatsApp e e-mail) e presencialmente realizando os devidos cuidados de segurança com relação a pandemia, serão escaneados e arquivados em lugar específico.

Endereço: Av. Gabriel Esperidião s/n sala 23
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAVAÍ
Telefone: (44)99735-6006 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.029.245

Depoimentos de ex-alunos coletados por meio de questionário: para as pessoas de uma idade mais avançada, o questionário será coletado presencialmente com os devidos cuidados (distanciamento, máscaras e álcool em gel), os participantes mais novos ou que não residem em Paranavaí receberão o questionário via e-mail. As respostas serão digitadas e arquivadas em pastas específicas para análise posterior.

Depois de obter os dados coletados através de fotografias, questionários, documentos, jornais entre outros, será realizado um levantamento do que é de fato pertinente a pesquisa, sendo feita uma interpretação desses documentos, se eles respondem à pergunta problema e se acrescentam informações à dissertação, para chegar a uma conclusão a respeito da investigação

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como a criação da FAFI/FAFIPA/UNESPAR e do Curso de Pedagogia responderam a necessidades e anseios da sociedade para a formação de pedagogos, no período de 1965 aos dias atuais.

Objetivo Secundário:

Analisar sob a perspectiva da história social, o Ensino Superior no Brasil, Paraná e Paranavaí, bem como as origens, a trajetória histórica do curso de Pedagogia no Brasil e em Paranavaí, identificando representações sociais elaboradas sobre o curso de pedagogia em seu percurso histórico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos no manuseio de jornais:

Entre os riscos da pesquisa, estão aqueles relacionados a saúde humana, ocasionados especialmente devido a fungos e ácaros que se instalam em materiais antigos, guardados em arquivos. Como forma de prevenção, serão utilizados, durante a pesquisa em arquivos, tocas, luvas e máscaras. Além de não manusear os materiais em ambiente fechado.

Riscos durante as entrevistas:

Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir conforme (Res. 466/12 – CNS, item V), tais como, possibilidade de desconforto do entrevistado ao expor sua opinião, desconforto após autorreflexão e estresse ao responder as questões. A pesquisadora estará disponível para auxiliar em qualquer dificuldade apresentada pelos participantes, e esclarecer

Endereço: Av.Gabriel Esperidião s/n sala 23

Bairro: Jardim Morumbi

UF: PR

Município: PARANAVAI

CEP: 87.703-000

Telefone: (44)99735-6006

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.029.245

qualquer dúvida referente à pesquisa ou à coleta de dados, bem como esclarecerá que a participação é voluntária e a qualquer momento o participante pode deixar o estudo.

Benefícios:

Nota-se que a História tem parte fundamental na sociedade, a história do curso de Pedagogia regionalmente, traz à tona a construção de uma instituição, por ser vinculada ao mesmo ano de criação e fazendo parte da vida de indivíduos que por ali passaram, nacionalmente ela traz a memória acontecimentos históricos na educação o que é fundamental para a constituição de uma sociedade. Com isso, pretendemos, com essa pesquisa fornecer materiais para que essa constituição e trajetória seja conhecida e valorizada por acadêmicos, pesquisadores e historiadores, contribuindo, assim, para a pesquisa sobre a história da educação e das instituições escolares

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa histórica, com fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo.

Será realizada no campus da Unespar de Paranavaí, na Prefeitura e na Câmara dos vereadores de Paranavaí.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram anexados ao processo e estão em acordo com os protocolos exigidos para pesquisas com seres humanos.

Conforme solicitação do CEP, o cronograma de início da coleta de dados foi alterado pela pesquisadora e será iniciado após a autorização do CONEP.

Recomendações:

A solicitação de adequação do calendário para o início da coleta de dados foi atendida.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existe nenhum óbice ético para a realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 23

Bairro: Jardim Morumbi

UF: PR

Município: PARANAÍ

CEP: 87.703-000

Telefone: (44)99735-6006

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.029.245

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1799149.pdf	13/09/2021 10:46:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOBROCHURA3.pdf	13/09/2021 10:45:59	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	cartaresposta3.pdf	13/09/2021 10:43:45	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPRONTO1.pdf	06/08/2021 18:01:06	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	CHECKlist1.pdf	27/07/2021 15:29:29	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto2.pdf	27/07/2021 15:27:06	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	TERMOresponsavellocal.pdf	27/07/2021 15:25:05	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	27/07/2021 15:11:22	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	TERMO.pdf	27/07/2021 14:34:20	MARCIA MARLENE STENTZLER	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PARANAVAI, 08 de Outubro de 2021

Assinado por:
MARIA ANTONIA RAMOS COSTA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gabriel Esperidião s/n sala 23

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99735-6006

E-mail: cep@unespar.edu.br

Anexo 2 – Arquivo Inativo da UNESPAR

Figura 34 – Arquivo Inativo da Unespar (2022)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).